

**REVISTA  
DO  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
E  
HISTÓRIA MILITAR  
DO  
BRASIL**



**ANO 59 – Nº 85 – 1999  
ISSN – 0020-3890**



### *IGHMB – 1999*

**O** ano cultural do Instituto – último dos anos 1900 – foi marcado pela realização de dois simpósios. Ambos apoiados pela Bibliotheca do Exercito, o primeiro deles, comemorativo dos 300 anos da criação da *Aula de Fortificação* no Brasil (15 de janeiro de 1699), contou com a participação da Comissão Portuguesa de História Militar e do Instituto Militar de Engenharia, o nosso IME; o segundo teve por tema o sexagésimo aniversário de eclosão da Segunda Guerra Mundial (1º de setembro de 1939).

A *Aula de Fortificação*, embrião da futura Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, daria origem ao ensino de Engenharia no Brasil, confirmando o pioneirismo da participação militar nos empreendimentos deflagradores do progresso em nosso País. Temas como *O Ensino da Engenharia Militar no Brasil até a Independência*, *Resumo Histórico do Ensino da Engenharia no Brasil*, *O Ensino da Engenharia Militar no Exército Brasileiro*, *A Casa do Trem e a Academia Militar* e *Evolução Industrial do Brasil* compuseram a moldura dos debates, apresentados por conferencistas de reconhecida autoridade no trato dos assuntos que lhes coube discorrer, alguns inéditos para o grande público.

O início da Segunda Guerra Mundial, que produziria sensíveis modificações na conformação geopolítica do mundo, assinala, por certo, o mais importante fato histórico do século prestes a findar, marco introdutório que foi de uma nova era, referenciada pela assombrosa alteração nas perspectivas do progresso, cujos limites não se ousa imaginar diante das descobertas cada vez mais surpreendentes da Ciência e da Tecnologia. Assunto de extensão inesgotável quanto aos seus desdobramentos, o Simpósio propôs-se a apreciar as causas e conseqüências da Guerra, a participação das Forças Armadas do Brasil no seu contexto e os reflexos dessa participação no processo evolutivo do componente militar do poder nacional.



A direção do IGHMB há de envidar todos os esforços para, em edição especial de sua Revista, publicar o desenrolar dos dois simpósios, com a reprodução dos textos das comunicações que neles foram apresentadas.

Há de valer qualquer esforço nesse sentido.

Affonso d'Escragnole Taunay, historiador e lexicógrafo, filho do autor de *A Retirada da Laguna*, o Visconde de Taunay, observa que o Brasil é um país que, por ser jovem ainda, não tem muita história para contar, mas lamenta que nem esse pouco se conte... Por sua vez, como todos sabemos, não se pode entender a história de um país sem se conhecer a do mundo a seu redor.

A realização dos dois simpósios procurou, de certa forma, atender ao segundo desses conceitos e contrapor-se ao juízo expresso no primeiro.





## Revista do IGHMB

ANO 59 – Nº 85-1999

Publicação Oficial

do

Instituto de Geografia e História Militar

do

Brasil

Fundada em 1940

### DIRETOR

Coronel de Art e EM Luiz de Alencar Araripe

### REDATOR

Coronel de Eng e EM Virgílio da Veiga

### ADMINISTRAÇÃO e REDAÇÃO

Casa Histórica de Deodoro

Praça da República, 197

Rio de Janeiro, RJ, 20211-350

BRASIL

Tel/Fax.: (55-21) 221-0467

E-mail: ighmb@ism.com.br

### REVISÃO

Lúcia Regina Rodrigues Bimbi

### PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO

### E PROGRAMAÇÃO VISUAL

Maria José Peneluc

Tel.: (21) 772-6335

### IMPRESSÃO

SERMOGRAF – Artes Gráficas e Editora Ltda.

Telefax.: (24) 237-3769

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser digitados em formato A4 (210 x 297mm), com margens de 25mm (usar apenas um lado de cada folha A4, com letras de 12 pontos e entrelinhamento duplo), acompanhados de uma síntese do currículo.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

PUBLICAÇÃO ANUAL  
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

# SUMÁRIO

|                                                                                                                               |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA MILITAR .....                                                                                        | 5   |
| Luiz Paulo Macedo Carvalho                                                                                                    |     |
| REPARANDO UMA INJUSTIÇA PESSOAL .....                                                                                         | 16  |
| Olavo de Carvalho                                                                                                             |     |
| A AVIAÇÃO DE CAÇA .....                                                                                                       | 28  |
| Nelson José Abreu do Ó de Almeida                                                                                             |     |
| A AVIAÇÃO COMERCIAL BRASILEIRA .....                                                                                          | 35  |
| Murillo Santos                                                                                                                |     |
| A NOVA ORDEM MILITAR MUNDIAL E O BRASIL .....                                                                                 | 56  |
| Lauro Ney Menezes                                                                                                             |     |
| A MANOBRA ESTRATÉGICA DE HITLER NA<br>SEGUNDA GUERRA MUNDIAL .....                                                            | 59  |
| Sérgio Augusto A. Coutinho                                                                                                    |     |
| GENERAL JOAQUIM DE SALLES TORRES HOMEM:<br>UMA SÍNTESE BIOGRÁFICA .....                                                       | 63  |
| Manoel Soriano Neto                                                                                                           |     |
| HISTÓRIA MILITAR — PASSADO E FUTURO .....                                                                                     | 73  |
| Sérgio Paulo Muniz Costa                                                                                                      |     |
| FORÇAS ARMADAS: O MITO DA CRISE DE IDENTIDADE .....                                                                           | 82  |
| Sebastião José Ramos de Castro                                                                                                |     |
| A SELEÇÃO MÉDICA PARA A FORÇA EXPEDICIONÁRIA<br>BRASILEIRA .....                                                              | 85  |
| Aureliano Pinto de Moura                                                                                                      |     |
| CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA MODERNA À FORMULAÇÃO<br>DA GEOPOLÍTICA .....                                                         | 92  |
| Carlos de Meira Mattos                                                                                                        |     |
| O EXÉRCITO E O RIO DE JANEIRO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA ....                                                                        | 95  |
| Guilherme de Andrea Frota                                                                                                     |     |
| HISTÓRIA, TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E<br>HISTÓRIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:<br>UMA REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA ..... | 105 |
| Nuno Severiano Teixeira                                                                                                       |     |
| A INCONFIDÊNCIA BAIANA (A REVOLUÇÃO DOS ALFAIATES OU<br>A REVOLUÇÃO DOS BÚZIOS) .....                                         | 114 |
| José de Sá Martins                                                                                                            |     |
| O GENERAL SYLVIO FROTA .....                                                                                                  | 119 |
| Paulo Dartanham Marques de Amorim                                                                                             |     |
| A GUERRA GUARANÍTICA: UMA GUERRA INVULGAR E<br>INCÔMODA .....                                                                 | 124 |
| Silvino da Cruz Curado                                                                                                        |     |
| O EMPREGO DO AVIÃO NA REVOLTA DE PRINCESA .....                                                                               | 131 |
| Alcyr Lintz Geraldo                                                                                                           |     |
| DOCUMENTOS .....                                                                                                              | 136 |
| INFORMAÇÕES .....                                                                                                             | 155 |
| NOTÍCIAS .....                                                                                                                | 180 |
| IGHMB – SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 1999 .....                                                                                    | 185 |
| RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA – ANO DE 1999 .....                                                                              | 200 |
| ÍNDICE REMISSIVO .....                                                                                                        | 207 |



## NOSSA CAPA

Ilustra a 1ª capa o anverso do medalhão do IGHMB em ouro, sobre um fundo azul, cor heráldica que representa a sabedoria.





# INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

*Fundado em 7 de novembro de 1936*

Órgão Consultivo Oficial de História Militar reconhecido pelo Governo Federal  
(Decreto nº 27.512, de 28 de novembro de 1949 – DOU de 1ª de dezembro de 1949)

Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro  
(Lei 2.217, de 28 de agosto de 1973 – DO/RJ, de 30 de agosto de 1973)  
CGC 30.278.931/0001-17

## DIRETORIA ELEITA PARA O BIÊNIO 1999-2000

|                                              |                                                                                                                                                     |
|----------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| PRESIDENTE                                   | Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho                                                                                                                  |
| 1ª VICE-PRESIDENTE                           | Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins                                                                                                                |
| 2ª VICE-PRESIDENTE                           | Coronel Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves                                                                                                   |
| SECRETÁRIO                                   | Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Dino Willy Cozza                                                                                                       |
| TESOUREIRO                                   | Tenente-Coronel (Int Aer) Alcyrr Lintz Geraldo                                                                                                      |
| ENCARREGADO DA BIBLIOTECA                    | Professor Guilherme de Andrea Frota                                                                                                                 |
| DIRETOR DA REVISTA                           | Coronel Luiz de Alencar Araripe                                                                                                                     |
| SUPLENTE                                     | General-de-Divisão Dr Aureliano Pinto de Moura<br>Coronel Paulo Dartanham Marques Amorim<br>Professor Marcos Ribeiro Correa                         |
| CONSELHO FISCAL                              | General-de-Exército Jonas de Moraes Correia Neto<br>Major-Brigadeiro-do-Ar Max Alvim<br>Contra-Almirante Domingos Pacífico Castello Branco Ferreira |
| COMISSÃO DE ADMISSÃO<br>e EXCLUSÃO DE SÓCIOS | Almirante-de-Esquadra Arlindo Vianna Filho<br>General-de-Exército Sebastião José Ramos de Castro<br>Tenente-Brigadeiro-do-Ar Murillo Santos         |



# Periodização da História Militar

Luiz Paulo Macedo Carvalho\*

*Palestra proferida em 16 de março, na abertura do ano cultural de 1999, no auditório do IGHMB, Casa Histórica de Deodoro, Rio de Janeiro-RJ.*

## COMPREENDENDO A HISTÓRIA MILITAR



História Militar, ao contrário do que muitos pensam, não é domínio exclusivo dos militares.

A História Militar não mais deve ser confundida com história dos militares nem com a mera história das batalhas. Hoje, ganhou nova dimensão, ampliando seu restrito campo de investigação de ontem. Múltiplos pontos em comum são encontrados com a História Geral e outros ramos do conhecimento.

Ao longo dos tempos, a evolução da arte militar e das instituições castrenses sempre se fez sentir na vida das civilizações. Apesar de o momento parecer inadequado diante da propalada inutilidade dos Exércitos, da generalizada abolição do serviço militar obrigatório e do desaparecimento da noção de pátria – dado a guerra ter sido ilusoriamente proscrita pelos organismos internacionais e a implantação da nova ordem

mundial – a História Militar escapou à condenação de limitar-se à história das instituições armadas e da nobre profissão de soldado.

Vale recordar que a Segunda Guerra Mundial causou 41 milhões de mortos, ou seja, da ordem de 2,3% da população mundial de então. Tais cifras mostram-se inferiores aos 11,2% do período de 1914 a 1945 e aos 10% do século XVIII, mas devemos considerar haver o efetivo demográfico do planeta se multiplicado. Precisamos ainda ter em mente que a guerra, nos dias atuais, mata mais civis do que militares. O percentual de civis entre as perdas globais foi de 43% durante a Primeira Guerra Mundial, de 63% na Segunda, de 85% nos conflitos dos anos 80, superando em muito os 30% registrados na Revolução Francesa e nas Guerras Napoleônicas, e, até mesmo, os 75% verificados na Europa nos confrontos armados do século XVIII, sem levar em conta estarem incluídos hoje, entre os combatentes, soldados e guerrilheiros.

Por outro lado, a direção suprema da guerra passou das mãos dos chefes militares para a dos líderes políticos.

\* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Presidente do IGHMB.



Tornando-se a segurança de cada país responsabilidade do cidadão, o preparo e a mobilização do Poder Nacional impõem o esforço conjunto de todas as formas de expressão de poder – econômico, científico-tecnológico, militar, político e psicossocial.

Assim, a História Militar assumiu maior importância, viu-se inseparável do contexto histórico dos povos, ultrapassou os umbrais dos estabelecimentos de ensino militar, penetrou nas universidades dos países desenvolvidos e despertou o interesse tanto dos meios acadêmicos quanto das classes armadas.

Para melhor compreender a evolução da arte e das instituições militares através dos séculos, afigura-se impositivo termos uma idéia da periodização da História Militar. Apesar de qualquer tentativa de compartimentação didática trazer no seu bojo o risco de incorrer em erros e gerar polêmicas, permitimo-nos enfocar as sistematizações geralmente mais aceitas.

Tradicionalmente, a periodização da História Militar se faz tomando-se como referencial o aparecimento das armas de fogo, o advento de Napoleão e as idades ou épocas que balizam a história da humanidade desde o nascimento de Cristo.

## O REFERENCIAL DA ARMA DE FOGO

A história da evolução da arte militar com base no aparecimento das armas de fogo é dividida em três períodos: o das armas brancas; o do aparecimento das armas de fogo; e o das armas de fogo até os artefatos nucleares.

O período das armas brancas, caracterizado por lento progresso na arte da guerra,

vai dos primórdios das civilizações de antes de Cristo até o século XIV, abarcando os povos primitivos e bárbaros e a época do feudalismo. O armamento usado pelas primeiras civilizações orientais era o pique com ponta de osso, o punhal, a maça, o machado, a espada de ferro, o arco e a flecha, o dardo, a lança com ponta de sílex ou metal, o aríete, a funda, e carros de madeira e couro guarnecidos por dois homens – um condutor e um guerreiro.

Os gregos empregavam como armamento ofensivo espadas e piques de menor tamanho, armas leves de arremesso, arcos, fundas, dardos, lanças e *sarissas* (pique de seis metros para cavalaria); como armamento defensivo, escudo grande de madeira ou de metal de forma oval, *pelta* (pequeno escudo circular) e armadura de pano e couro forrada de lâminas de metal em escamas para homens e cavalos, aríete de ponta de bronze, *terebra* (para furar muralhas), *arpéu* (para deslocar pedras), catapulta lançadora de pedras (célula máter da artilharia), *balista-flechas*, *piro-balistas* (flechas incendiárias) e máquinas de guerra (torres de madeira de quatro a vinte andares).

Os romanos se serviam como armamento defensivas, entre outras, do *cassis* (elmo de cimeira de bronze) ou da *galéa* (capacete de couro), da *loriga* (protetor da parte superior do corpo), da *femorale* (parte da armadura que resguarda a coxa), do *scutum* (escudo de madeira de formas variadas, revestido com pano e couro, bem como da *parma* (pequeno escudo redondo); como armas ofensivas, da espada, do *gladius* (pique), do *telum* (armas de arremesso), da lança, do *sparum* (rojão), do *iaculum* (dardo) e da *framea* (lança de ferro curta, germânica).

O período do barbarismo (do século V ao século IX) é de estagnação da arte militar,



não se verificando progresso no armamento e se restringindo o combate a luta corporal e cruel.

Durante o feudalismo (do século IX ao início do século XIV), persiste a inércia na arte da guerra. Surgiu apenas, nessa ocasião, como arma, a cavalaria. Pela extensão do seu emprego, transformou-se em instituição regida por códigos de honra, obediência, generosidade e altruísmo.

Predominavam os arqueiros e estoqueiros armados com uma espécie de baioneta encabada na extremidade de um bastão, cabendo aos franceses descobrir o emprego dos besteiros. A acha, o martelo d'arma e a adaga complementavam o armamento tradicional do período bárbaro – a espada, o arco e a lança.

O aparecimento dos canhões de mão e bombardas (Crécy – 1346), em consequência da descoberta da pólvora, marca o período de transição das armas brancas para o das armas de fogo. Dá-se o início do ataque aos castelos, voltando a guerra a choques de massas armadas.

Segue-se à colubrina (1360) a invenção das armas de fogo portáteis, nos séculos XV e XVI – o arcabuz e o mosquete.

Com Gustavo Adolfo, rei da Suécia (1594-1632) – o pai da artilharia moderna –, a guerra dá um passo à frente, levando a pólvora aos campos de batalha, por meio do canhão e do mosquete de pequeno alcance e de velocidade de tiro reduzida. Ficava, assim, o combatente, privado das armas antigas para a luta corpo a corpo, nascendo a tática moderna.

Em 1615, o armeiro francês Le Bourgeois inventou o fuzil a pederneira, ao qual seria inserida, nos meados do século XVII, a baioneta, em substituição ao pique. Somente em 1680, possivelmente Vauban de-

senholve a baioneta de anel, deixando o cano livre para atirar. O elevado custo da nova arma e o conservadorismo retardariam sua adoção pelos Exércitos europeus até 1699.

O século XVIII é perfeito exemplo de um “ciclo de invenções, triunfo, letargia e, eventualmente, desastre”, no dizer de Toynbee. Gustavo Adolfo era tomado como modelo, sem se entender que a chave do sucesso estava na combinação de armas novas com velhos princípios.

A segunda metade do século XVIII assinala o começo, realmente, da era das armas de fogo, com a ascensão de Frederico II ao trono da Prússia, em 1740, que se transformaria no árbitro da Europa e precursor de Napoleão até a sua morte, em 1786. Defensor da idéia de que “é com fogo que se ganham as batalhas”, Frederico II promoveu o grande avanço da arte militar e do material bélico. O armamento de infantaria teve aumentado o alcance e a velocidade de tiro, registrando-se a introdução da vareta (General Dessauer). A artilharia experimentou enormes aperfeiçoamentos, criando-se a artilharia de costa, de fortaleza, de sítio e de campanha a cavalo, com redução do peso das peças e aumento do alcance e da cadência de tiro. A cavalaria como arma de choque foi estruturada em *hussardos* (leve), *dragões* (pesada) e *courageiros* (muito pesada). Começou a se delinear um sistema logístico.

No ano de 1703, o fuzil *Brown Bess*, introduzido pelo Duque de Marlborough, virou arma padrão da infantaria por 250 anos. Data dessa época o aparecimento, também, do canhão *George*.

Ao final do século XVIII, disseminava-se na infantaria o uso do fuzil a pederneira com baioneta curta, modelo 1777, calibre 17mm, alcance de 250 metros e cartucho de papel, que disparava de três a quatro tiros



por minuto. A cavalaria portava espada (reta ou curva), pistola nos coldres, mosquetão e carabina leve a tiracolo, além de lança nas mãos. A artilharia empregava canhões de bronze de alma lisa, do tipo *Gribeauval*, de 4, 8 e 12 libras, e obuses de 6 polegadas. Havia artilharia de sítio e de campanha.

No início do século XIX, durante o apogeu napoleônico, acentuou-se, cada vez mais, o aumento da potência de fogo, passando a arte da guerra por grande transformação.

Em 1819, Friedrich Krupp começou a forjar canhões raiados, em Essem, que seriam responsáveis pela derrota francesa em 1871. Na Inglaterra, apareceram os canhões *Armstrong* (1854) e *Whitworth*; na França e na Itália verificou-se, respectivamente, com Paixhans e Cavalli, uma completa revolução na artilharia, em face do carregamento pela culatra. Ao mesmo tempo, os franceses lançaram o famoso canhão *La Hitte*, raiado, no ano de 1855.

No armamento leve, o cartucho de percussão suplantaria a pederneira e ensejaria a invenção do revólver, em 1835, patenteado pelo norte-americano Samuel Colt.

Em 1827, o alemão Dreyse resolveu o problema do fuzil de agulha e ferrolho que, adotado pelos prussianos mais tarde, tornou-se o primeiro armamento de infantaria de retrocarga.

Em 1842, aparecia o primeiro modelo de fuzil de cápsula fulminante.

O sistema *Minié*, inventado em 1849 por um oficial instrutor da Academia de Vincennes, aumentava a precisão e o alcance do fuzil carregado rapidamente pela boca, tornando obsoleto o mosquete de cano liso. Em 1852, foi desenvolvido o sistema *Enfield*. Os fuzis *Minié* e *Enfield*, empregados pelos aliados, mostraram-se superiores às espín-

gardas de cano liso dos russos na Guerra da Criméia (1853-1856).

O fuzil *Chassepot* (1866), raiado e de retrocarga, com 1.200 metros de alcance, nítida imitação do *Dreyse*, induziu os franceses ao espírito defensivo e acabou substituído pelo *Gras*, em 1874.

Os norte-americanos, logo depois, produziram o fuzil *Springfield*.

O foguete à *Congreve* (Sir William Congreve) emergiu como arma mortal, evoluindo de sua limitada aplicação à pirotecnia e ocupando lugar entre o fuzil a pederneira e o canhão de campanha de 12 libras. Dada a imprecisão e a limitação do alcance de 1.500 jardas, cedo desapareceria.

O excelente sistema de artilharia de campanha *Gribeauval* (General Jean Baptiste Vaquette de Gribeauval), herança da Revolução Francesa, desencadeou a transformação absoluta da artilharia que atingiria, com Napoleão, um quarto de século mais tarde, o seu ápice. Padronizados, os canhões de alma lisa, forjados em ferro ou bronze, conhecidos por napoleônicos em homenagem a Napoleão III, dominariam o cenário das batalhas. As peças mais leves e os armões reforçados viabilizaram o atrelamento de quatro ou seis cavalos em pares ao invés de em coluna. Os condutores civis contratados foram substituídos por soldados.

Duas invenções – uma britânica e outra norte-americana – alterariam o futuro da guerra. Em 1784, o Tenente Henry Shrapnel, da Real Artilharia, inventaria o projétil que recebeu o seu nome, cuja explosão no ar ampliou a letalidade sobre as tropas desabrigadas no terreno. No ano de 1798, Eli Whitney, norte-americano, iniciou a fabricação em série de armamento leve.



O final do século XIX, denominado período de Moltke (Helmuth von Moltke – dinamarquês e oficial de infantaria que chefiou o Grande Estado-Maior do Exército prussiano), notabilizou-se pela transição das peças de artilharia carregadas pela boca para as de retrocarga pela culatra. Aperfeiçoaram-se os projetis perfurantes de blindagem e de fortificações ligeiras; os projetis sólidos ficaram obsoletos e cederam lugar às granadas de carga explosiva, detonadas por espoletas de tempo ou de percussão. Os canhões de alma lisa foram trocados pelos raiados. O problema do recuo das peças foi resolvido, primeiro simplesmente por molas, e, mais tarde, por sofisticados sistemas hidropneumáticos. As defesas de costa ganharam expressão.

O fuzil de carregamento pela boca foi trocado pelo de repetição. Ao cartucho oblongo *Minié* sucedeu-se o de formato cônico alongado. A pólvora sem fumaça tornou-se o propelente, tanto das armas individuais quanto da artilharia.

Nos Estados Unidos e na África, as metralhadoras *Colt* e *Gatling* varreram, respectivamente, os índios do Oeste e os negros das savanas.

Os russos repeliram os japoneses em Porto Arthur com a metralhadora francesa *Hotchkiss*.

Em 1857, o Exército francês foi armado com fuzil de percussão raiado, que perdurou até o século XX, com poucas alterações.

Na guerra de 1870, as *mitrailleuses* revelaram-se ineficazes diante dos canhões de longo alcance prussianos. Nessa mesma época, a Bélgica adotou o fuzil *Comblain*, importado, depois, pelo Exército brasileiro de então.

Minas terrestres e armadilhas foram usadas na Guerra da Secessão pelos confe-

derados. Modernos protótipos de morteiros de trincheira e granadas de mão vieram a ser desenvolvidos. Fez-se intenso uso de canhões raiados.

Os maiores progressos ocorreram na artilharia naval. Na batalha de Sinope, os russos realizaram a primeira experiência de emprego de canhões em belonaves contra os turcos, assim como constatou-se, com pleno êxito, o emprego de baterias blindadas flutuantes na Guerra da Criméia. Grande contribuição também foi dada nesse campo pela Guerra da Secessão, com a construção de encouraçados que puseram fim aos navios de madeira, minas submersas chamadas torpedos e submarinos. Os canhões de carga de dinamite a ar comprimido tiveram vida curta com o avanço dos explosivos tais como o TNT.

O despontar do século XX trouxe incomensuráveis avanços na arte da guerra ocasionados pela invenção e pelo aperfeiçoamento de novas armas. Entretanto, durante o final do século XIX, com raras exceções, presenciou-se o declínio do desenvolvimento das armas.

Na Primeira Guerra Mundial deu-se ênfase ao emprego da faca de trincheira, da baioneta, da pistola, do fuzil de repetição (*Mausser* 1898-1908), da metralhadora leve e pesada – refrigerada a água e a ar –, do morteiro silencioso, dos canhões leves de 75mm e dos obuseiros médios. A metralhadora automática, inventada pelo inglês Maxim, em 1883, transformou-se na arma mais mortífera e temida, dada a sua cadência média de 650 tiros por minuto, o alcance eficaz de 800 metros e a varredura de 150 graus. A ela seguiram-se a *Vickers* M1904, a *Maschinengewehr* 1908, a *Saint Etienne* 1907, a *Hotchkiss* refrigerada a ar e com carregador *Puteaux*, a *Lewis*, a *Browning*



M1917 e o BAR (*Browning Automatic Rifle*). O carro-de-combate apareceu como o mais importante engenho da guerra terrestre, na região de Cambrai, em 1917. O gás venenoso constituiu outra inovação letal, introduzindo o conceito de arma química, enquanto a artilharia de longo alcance alemã que bombardeou Paris teve mais efeito psicológico do que real.

O emprego do avião e dos dirigíveis nos combates, inicialmente em missão de reconhecimento, ao final da guerra transformou-se na arma mais eficaz e temível.

Os *dreadnoughts* e os submarinos, no mar, invalidaram todos os tipos de navios de guerra anteriores.

Entre as duas guerras mundiais, os alemães intensificaram as pesquisas de modos e meios de superação das deficiências que paralisaram suas ofensivas em 1918, quando próximo de alcançar a vitória. O aperfeiçoamento dos blindados era a resposta para manter a impulsão das rupturas. A *blitzkrieg* (guerra relâmpago), combinação de fogo e movimento da artilharia autopropulsada com cobertura aérea aproximada, proporcionaria o apoio de fogo necessário quando a artilharia convencional não tivesse condições de acompanhar as forças atacantes. Invenções interessantes e refinamentos técnicos decorreram da Segunda Guerra Mundial, entre os quais merecem destaque: a faca *comando*, novo tipo de baioneta, os fuzis semi-automáticos, metralhadoras automáticas (mais eficazes e refrigeradas a ar), morteiros leves e pesados, canhões anticarro e antiaéreos (destacando-se o 88mm alemão), obuses mais leves, espoleta de aproximação (*variable time*), cargas preparadas, lança-rojões, fuzis sem recuo, foguetes (após um século de esquecimento), carros-de-combate mais rápidos e

potentes, destruidores de carros, o sistema de controle e de direção do tiro da artilharia, permitindo o emassamento dos fogos, rapidamente, sobre um alvo (desenvolvido em Forte Sill), os caças, os bombardeiros, as fortalezas voadoras, os planadores e aviões de transporte, modernos navios-aeródromos, submarinos, contratorpedeiros e embarcações de desembarque. A invenção do radar e do sonar teve notável papel nas operações aero-navais. O uso da metralhadora, canhões leves, bombas, foguetes e torpedos pelos aviões modificou a arte militar. Os aviões a hélice acabaram suplantados pelas aeronaves a jato desenvolvidas na Alemanha e na Inglaterra.

Granadas de mão e lançadores de granadas adaptados a armas leves foram aperfeiçoados, bem como lunetas acopladas aos fuzis garantiram precisão a longo alcance, de parte dos franco-atiradores.

Após a Segunda Guerra Mundial, os foguetes tornaram-se a principal arma da artilharia, capazes de transportar ogivas nucleares ou de alto explosivo a qualquer ponto da Terra, variando desde os gigantes mísseis balísticos intercontinentais à bazuca do combatente individual. Os mísseis foram classificados em quatro tipos: superfície-superfície, superfície-ar, ar-superfície e ar-ar.

Armas químicas, biológicas e radioativas ameaçavam os campos de batalha, contaminando a atmosfera, a vegetação e as águas.

As minas terrestres e navais, mais sofisticadas, provocavam maiores baixas e danos.

Reduzido o peso do armamento e das viaturas de combate, propiciou-se a realização do *assalto vertical* por tropas aeroterrestres e aerotransportadas.

As guerras da Coreia e do Vietnã provaram que a baioneta ainda é de grande



utilidade, decidindo o combate corpo a corpo. A teoria do cone de fogo tomou o lugar do atirador de escol individual, levou os arsenais a retrocederem um século e meio, armando a infantaria com armas portáteis mais leves e de mais fácil remunição, capazes de disparar três tiros diferentes: uma bala de 22mm (provoca maior número de feridos do que mortos em ação); uma espécie de *shrapnel* de bolso, tipo *flechettes*, e um cartucho contendo dois projetis – retrocesso às cargas dos dias das armas não raiadas.

O carro-de-combate salientou-se na Segunda Guerra Mundial como principal arma do campo de batalha, apesar das limitações impostas às operações de mecanizados e blindados nas selvas e terrenos montanhosos, mantendo a supremacia potencial e efetiva, como ficou atestado nos confrontos Índia-Paquistão e nas guerras árabe-israelenses. A despeito da restauração parcial do equilíbrio entre as armas de infantaria e pesadas, parece que o mais eficaz adversário para os blindados é o canhão de alta velocidade do carro-de-combate e não os foguetes e mísseis guiados leves e de custo reduzido.

Embora bastante vulnerável, o helicóptero de múltiplo uso – ataque, reconhecimento, suprimento, transporte de tropa e evacuação – tornou-se a arma de combate que assegurou incalculável flexibilidade e mobilidade, através de qualquer terreno, ao combatente terrestre e deu origem à *cavalaria aérea*.

Todavia, a supremacia garantida pela arma nuclear aos seus detentores confere-lhe, ainda, destacada proeminência na evolução da arte da guerra neste final de século, acentuada pela precisão cirúrgica propiciada por material optrônico e eletrônico e computadores, comprovada nos bombardeios do

Iraque durante os últimos conflitos bélicos no Golfo Pérsico.

## O REFERENCIAL NAPOLEÔNICO

Tomando-se Napoleão como referencial para a periodização da História Militar, temos a considerar três períodos: pré-napoleônico; napoleônico; e pós-napoleônico.

O período pré-napoleônico estende-se por 23 séculos, iniciando-se com a batalha de Maratona, no século V a.C., e terminando na de Valmy, em 1792, travada entre franceses e prussianos, onde Dumouriez manifestou sua inteligência e transformou a luta descoordenada e indisciplinada em um novo sistema de guerra – a defesa indireta.

Abre-se em Valmy o ciclo das vitórias francesas e dos anos de glória para as águias tricolores, mais tarde sob a liderança do gênio das batalhas – Napoleão Bonaparte.

Aceita-se a batalha de Valmy como marco para o início do período napoleônico, embora anteceda de quatro anos o aparecimento de Napoleão, por ter se dado nela a aplicação do princípio da defesa indireta das posições, com a frente invertida – princípio básico napoleônico.

A famosa barragem de artilharia desencadeada em Valmy constituiu um divisor com o passado. Goethe sentenciou: “Deste lugar e a partir desta data iniciou-se uma nova era na história do mundo e todos podem dizer que presenciaram seu nascimento.” Até então, as campanhas militares européias, com algumas exceções, ficaram conhecidas por sua lentidão e inalteráveis métodos. Procurava-se mais evitar a batalha do que obter vitória. Preferia-



se o cerco aos confrontos abertos das batalhas. Por isso, o número de baixas era menor. Valmy assinala um ponto de inflexão na evolução da arte da guerra e da organização militar, com radicais mudanças na estratégia e na tática. Primeiro, a guerra tornou-se uma causa nacional, criando os grandes Exércitos de cidadãos-soldados (nação em armas). As alterações verificadas na estrutura dos exércitos exigiam maior apoio de fogo e logístico. Fez-se imperativo dar condições para os exércitos marcharem em segurança. Daí advém a missão atribuída à cavalaria de proporcionar segurança e cobrir os flancos. A necessidade de apoio logístico, já reconhecida por Frederico, levou o soldado a carregar em sua mochila três dias de rações, os trens regimentais a transportarem oito dias de suprimento e os trens do exército um mês, além do aproveitamento dos recursos locais e da estruturação de um sistema de transporte.

No final do século XVIII, o Marechal Broglie e o Duque de Choiseul criaram a grande unidade básica, com capacidade de executar, independentemente, a manobra estratégica concebida pelo exército – a divisão.

A idéia desenvolvida de artilharia móvel a cavalo, defendida por Duteil, permitiu o emassamento rápido dos fogos e a abertura de brechas nas posições inimigas, das quais Napoleão tiraria maior vantagem.

A guerra de posição perdeu significado com a valorização da manobra, do movimento e da ordem dispersa.

O armamento individual da infantaria continuava o mesmo que perdurara até a metade do século XVI – o mosquete de alma lisa, de pequeno alcance e pouca precisão.

Segundo Clausewitz, *o que houve de revolucionário nas guerras dessa época*

*não resulta de alteração no armamento e, até certo ponto, corresponde a novos métodos e táticas. Essa revolução decorre do surgimento da nação em armas, do grande aumento no efetivo dos exércitos que esse fenômeno tornou possível; e da nova política nacional que, substituindo a política dinástica ou de fronteiras, tinha a nação em armas como seu instrumento militar.*

A batalha de Waterloo (18 de junho de 1815) identifica o término do período napoleônico.

Não foi tanto o que Napoleão empreendeu ou tentou realizar em suas campanhas ou batalhas que fez diferença. O que revolucionou a arte da guerra foi a sua maneira de conduzir a batalha e tirar proveito do seu clímax, bem como o emprego de esquemas de manobra simples, porém de grande alcance estratégico.

“A arte da guerra é simples, tudo é uma questão de execução”, ainda afirmava ele no fim da vida.

O impacto causado por Napoleão na arte militar, que o consagrou como mestre da guerra moderna em toda parte do mundo, está em sua absoluta confiança na concentração maciça e no emprego da força, sua insistência na vitória absoluta, na rejeição às guerras limitadas por objetivos restritos e nos princípios de guerra por ele defendidos:

1. Bater o inimigo antes que tenha conseguido concentrar as suas forças.

2. Travar a batalha com todos os meios reunidos.

3. Em presença de um adversário isolado e mais fraco, cortar suas linhas de retirada e obrigá-lo a capitular.

4. Ser taticamente mais forte, mesmo sendo estrategicamente mais fraco.



### 5. Assegurar as comunicações.

A flexibilidade e a versatilidade decorrentes da formação em coluna napoleônica no ataque, coberta por batedores, levou a infantaria francesa a se organizar segundo regimentos de *chasseurs a pied* (esclarecedores), de *voltigeurs* (volteadores-fuzileiros) e de *grénadiers* (granadeiros), tropa de elite composta de homens mais altos e fortes.

Na cavalaria, os *chasseurs a cheval* e hussardos tinham por missão a vigilância e o reconhecimento; os dragões valiam-se de suas montadas para deslocamentos rápidos e combatiam como infantaria quando apeados; e os *cuirassiers* (couraceiros) constituíam a tropa de choque para as cargas. Havia, ainda, regimentos de cavalaria ligeira chamados de lanceiros. A despeito dessas unidades disporem de armas de fogo, o sabre era o armamento por excelência da cavalaria.

O período pós-napoleônico começa com o desastre de Waterloo e prossegue até a encruzilhada de hoje, inaugurada com a era nuclear, em que o homem parece ter descoberto o poder de auto-destruição em massa.

## DIFERENCIAL DAS IDADES

Sendo a guerra uma constante no decurso da história da humanidade, em quase todas as idades e épocas, outra modalidade de periodização da História Militar se faz por análise do grau de civilização alcançado, confundindo-se, pois, esta com a própria história do homem.

A periodização da História Militar adotando-se o critério das idades e épocas é a seguinte: Idade Antiga (4000/1000 a.C. a 476); Idade Média (476 a 1453); Idade Mo-

derna (1453 a 1789); e Idade Contemporânea (1789 até hoje).

A Idade Antiga compreende o estudo dos povos orientais (sumerianos, hebreus, babilônios, egípcios, hititas, assírios, fenícios, medas, persas, hindus e chineses), dos gregos e dos romanos. Tem como marco final a queda do Império Romano do Ocidente (476). A guerra na Antigüidade visava a escravidão dos vencidos, a destruição das cidades e o enriquecimento do vencedor. Destacam-se nesse período como figuras mais importantes: Ciro, Cambises, Dario I e III, Xerxes, Artaxerxes I e II, Milcíades, Epaminondas, Pelópidas, Alexandre, Aníbal e Júlio César.

A Idade Média, encerrada com a queda de Constantinopla em 1453, abrange os períodos das invasões bárbaras, a expansão do Islamismo, o restabelecimento e desmembramento do Império Romano do Ocidente, as invasões normandas, o Sacro Império Romano Germânico, a separação da Igreja Ortodoxa de Roma, o Feudalismo, as Cruzadas, a Guerra dos Cem Anos, o Império Otomano. Nessa época, guerreava-se para roubar, decaindo profundamente a arte militar. Salientam-se nesse período as seguintes figuras: Príncipe Negro, Duque de Orleans, Saladim, Harum al Rashid, Ricardo Coração de Leão, Carlos Magno, Gêngis Cã e Tamerlão.

A Idade Moderna, que vai de 1453 à Revolução Francesa em 1789, cobre os grandes descobrimentos e invenções, o Renascimento, as guerras religiosas, notadamente a dos Trinta Anos, a Independência dos Estados Unidos e a queda da Monarquia na França. A guerra perde o caráter feudal e ganha amplitude, sem envolver a nação. Manobra-se mais do que se combate. Longas guerras, com trocas de prisioneiros, sus-



pensão das operações no inverno e batalhas pouco sangrentas caracterizam os embates desse tempo. Sobressaem nessa época os nomes de Gustavo Adolfo, Turenne, Condé, Duque de Marlborough, Frederico, o Grande, e Suvorov.

A Idade Contemporânea estende-se da Revolução Francesa em 1789 aos nossos dias, enfocando os principais capítulos da História Militar do período napoleônico, a Santa Aliança, as guerras de libertação da América Latina e do Império Otomano, a unificação da Itália e da Alemanha, a partilha e colonização da África e da China, a entrada do Japão na comunidade internacional, as guerras da Secessão e da Tríplice Aliança, a Guerra dos Bôeres, o conflito russo-japonês, as duas guerras mundiais, a Guerra da Coréia, a Guerra do Vietnã, os conflitos árabe-israelenses, a Guerra Revolucionária da China, os conflitos ideológicos de cunho comunista, as guerras de libertação da África, a Guerra do Afeganistão, as guerras da Índia e Paquistão, as guerras do Golfo Pérsico e da Bósnia. De início, a guerra feita entre nações tem por finalidade defender a integridade e a independência, mas o fator econômico não exerce grande influência. A batalha é a maior preocupação, voltando a guerra a ser mais brutal e violenta. Crescem os efetivos e os meios empenhados. Não afeta as relações sociais. As batalhas de Marengo, Austerlitz, Waterloo, Sadowa e de Lomas Valentinas decidem as guerras em que se deram. As guerras mundiais tomam caráter universal. Surge a guerra total. Os fatores econômico e industrial fazem sentir seus efeitos na condução e conclusão da guerra, exigindo desmedido esforço das nações envolvidas. As ideologias se fazem presentes nos conflitos, motivando os exércitos de massa. Notabilizam-se como principais

personalidades desse período: Napoleão Bonaparte, Gribeauval, Jomini, Clausewitz, Moltke, Lee, Grant, Stonewall, von Schliffen, Ludendorf, Falkenhayn, Joffre, Foch, Haig, Pershing, Frunze, Churchill, de Gaulle, Marshall, MacArthur, Eisenhower, Bradley, Patton, Montgomery, Alanbrooke, Slim, Guderian, Manstein, Rommel, Zukov, Timoshenko, Mao tse Tung, Giap, Beaufre, Moshe Dayan, Schwartzkopf etc.

## REFERENCIAIS DIVERSOS

Enquanto o suíço Jomini dedicou-se à estratégia militar, o prussiano Clausewitz voltou-se para o desenvolvimento da teoria da guerra, ocupando-se dos aspectos básicos dos conflitos entre as nações.

Coube a Jomini, o conhecido *adivinho de Napoleão*, a divisão da História Militar em três grandes categorias: História das Batalhas; História da Arte da Guerra; e História Político-Militar.

Como a História Militar cobre um vasto espectro de acontecimentos, muitos autores do passado e do presente tendem a enfocá-la, ainda, segundo outras diferentes abordagens, centradas na figura dos generais, nas batalhas, na tipologia das guerras, nos níveis de violência alcançados, nas causas e conseqüências dos conflitos. Julgamos tais divisões um tanto delicadas, por sermos de opinião que o amplo campo da História Militar não a restringe a esses tópicos.

No nosso entender, a História Militar resume-se na interpretação dos fatos comprovados como verdadeiros a fim de se tirar ensinamentos para a humanidade e indicar tendências para o futuro.

Para finalizar, permitam-nos lembrar as palavras de von Schliffen:



*Diante de qualquer oficial que deseje ser um grande capitão há um livro aberto intitulado História Militar. Reconheço que sua leitura nem sempre é interessante ou divertida, por isso é necessário ir abrindo caminho através uma série de direções*

*difíceis. Porém, por trás de tudo isso encontram-se fatos concretos que freqüentemente entusiasmam, e no fundo aparece a noção exata de como ocorrem as coisas, como deveriam ocorrer e como ocorrerão no futuro.*



## BIBLIOGRAFIA

- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. *História da Doutrina Militar*. Resende, 1978.
- ALBUQUERQUE, Caetano M. de F. *Diccionario Technico Militar de Terra*. Lisboa: Typographia do Annuario Commercial, 1911.
- BOUTHOU, Gaston, CARRÈRE, René. *O Desafio da Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.
- CASTRO, Adler Homero F. de, BITTENCOURT, José Neves. *Armas: ferramentas da paz e da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1991.
- CORDOLINO de Azevedo, Pedro. *História Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- CORVISIER, André. *Dictionnaire d'Art e d'Histoire Militaires*. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.
- DUPUY, R. Ernest, DUPUY, Trevor N. *The Encyclopedia of Military History from 3500 B. C. to the Present*. Londres: Macdonal & Jane's, 1977.
- ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *A Evolução da Arte da Guerra*. Rio de Janeiro, 1979.
- ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual de História Militar*. Buenos Aires, 1980.
- LIDDELL HART, B. H. *As Grandes Guerras da História*. São Paulo: IBRASA, 1963.
- MANUCY, Albert. *Artillery through the Ages*. Washington, D.C.: US Department of the Interior, 1949.
- PARET, Peter. *Makers of Modern Strategy*. New Jersey: Princeton University Press, 1986.
- PORTELLA Ferreira Alves, Joaquim Victorino. *Seis Séculos de Artilharia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1959.
- WEIGLEY, Russel F. *Novas Dimensões da História Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981.



# Reparando uma Injustiça Pessoal

Olavo de Carvalho\*

*Matéria extraída de palestra pronunciada no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil ao ensejo das comemorações de aniversário da Revolução Nacional de 1964.*

**E**xistem pessoas que têm o dom de se aproximar de quem está no poder. Eu pareço que fui brindado com o dom contrário. No tempo dos governos militares, logo no começo, entre 1966 e 1968, eu era um militante do Partido Comunista e odiava os militares; chamava-os de *gorilas*, como, aliás, todo mundo

Ora, toda a experiência que vivi, primeiro ao lado dos esquerdistas e, depois, numa longa solidão para a qual me retirei após ter me desiludido com a perspectiva socialista, para poder meditar e refazer de certo modo o meu mundo de idéias, toda essa experiência me ensinou, em primeiro lugar, a inconveniência de falar quando não se tem um mínimo de certeza razoável. Devo lembrar que a minha atuação pública começa apenas em 1996, com o livro *O Imbecil Coletivo*. Até aí, a minha vida tinha sido muito modesta, muito discreta, dando minhas aulinhas e escrevendo uns livros de filosofia que ninguém lia. Só publiquei *O Imbecil Coletivo* porque observei a ascensão de um tipo de mentalidade destrutiva, não só do ponto de

vista político mas, sobretudo, no que diz respeito à destruição da inteligência humana. Tendo observado fatos cada vez mais alarmantes na área cultural, e vendo que ninguém dava sinal de tê-los percebido, disse a mim mesmo: parece que sobrou para mim. Então, com competência ou sem ela, foi necessário fazer alguma coisa. Esse livro, na época, desencadeou uma onda que eu não diria de rai-va; foi mais onda de pânico, entre pessoas do meio intelectual que jamais tinham sido criticadas no mínimo que fosse e que estavam acostumadas com o dogma da intangibilidade sacrossanta de suas pessoas. Um deles, lembro-me claramente, foi o Professor Leandro Konder, um comunista histórico, homem que nunca foi criticado por nada, sem defeito, sem mácula e que, onde quer que você pergunte a respeito dele, lhe dirão: o Leandro é uma moça, o Leandro é um cavalheiro, é um *gentleman*. Dele não se fala mal. E esse homem, por conta do seu prestígio de *gentleman*, vinha não só mentindo compulsivamente em assuntos culturais, mas pregando idéias bastante destrutivas, por trinta anos protegido pelo manto de sua pretensa delicadeza. Então, quando ousei mexer nessa figura, muita gente ficou escandalizada,

\* Escritor, professor e jornalista.



parecia que ia ter um enfarte, e eu notei que para essas pessoas doía mais nos seus corações ver alguém destratar intelectualmente um Leandro Konder, um Oscar Niemeyer ou alguém assim, do que ouvir blasfêmias contra Jesus Cristo. Cheguei a ver pessoas, em conferências minhas, passarem mal *fisicamente* ao ver-me desmascarar certas figuras da sua adoração. Tudo isso vi com meus dois olhos, não estou inventando nada. Vi no rosto dessas pessoas a emoção que a Bíblia chama *escândalo*. E que é o escândalo, no sentido bíblico do termo? O escândalo é um fato que desmente a nossa fé, que viola a integridade da nossa alma e abala a nossa confiança na ordem do universo.

Então, quando eu dizia certas coisas para certas platéias, as pessoas sentiam a emoção do escândalo, uma espécie de terror espiritual ante a morte do seu Deus. Não posso dizer que os artigos que publiquei, reunidos nesse livro, tenham suscitado propriamente ódio ou rancor. Tenho certeza de que suscitaram medo.

As pessoas sempre me perguntam se nunca recebi pressões ou se fui intimidado ou ameaçado. Sim, isso aconteceu algumas vezes, mas ninguém fica trinta anos quieto num canto, pensando, para depois recuar ao surgir a primeira reação adversa. Recuo é só quando, na juventude, no arrebatamento do entusiasmo, nos levantamos de improviso contra algo que, no calor da hora, nos parece errado e o adversário reage; aí sim, nos intimidamos e corremos e pomos o rabo entre as pernas. Praticamente toda a minha geração fez isso. Fez isso baseada sobretudo no mito lisonjeiro de que a juventude é idealista e de que a juventude tem amor à justiça. Ora, o que vocês achariam de um juiz de 15 anos de idade que condenasse o réu sem sequer tê-lo ouvido? Não há amor à justiça quando

não há amor à verdade, e não há amor à verdade quando não há sequer a paciência de esperar para conhecê-la. Isso quer dizer que esse famoso amor à justiça que se atribui à juventude é apenas vaidade, pretensão e arrogância. Evidentemente, esses sentimentos baixos, como todas as paixões infames de que o ser humano é capaz, sempre podem ser muito bem trabalhados e aproveitados por pessoas sedutoras. A palavra sedutor vem do latim *sub ducere*. *Ducere* é conduzir, e *sub*, por baixo. Quer dizer: o sedutor é alguém que nos conduz pela nossa parte inferior, pela nossa parte fraca e pelas nossas tendências abissais ocultas. Ora, não há tendência mais baixa do que a vaidade e a arrogância rancorosa. Quem quer que diga a um garoto de 15 anos que ele é superior à geração de seus pais porque tem o espírito da justiça é apenas um sedutor barato e mentiroso. Mas acho que não houve na história do século XX uma única geração que não tenha ouvido esse canto de sereia. Eu também ouvi, também fui seduzido, também achei maravilhoso me imaginar o grande justiceiro; aos 17, 18 anos, eu tinha a certeza de que sabia quais eram os males do mundo, quais eram os culpados pelos males do mundo e qual a punição que lhes deveria ser aplicada. Também tinha a certeza de que o principal mal do mundo era que não me dessem os instrumentos de punir todos os culpados. Ou seja: para resolver tudo bastava uma só coisa – dar o poder absoluto ao Olavo de Carvalho e a seus cupinchas. Então tudo estaria resolvido. Isso eu achava, aos 17 anos, e toda a minha geração pensava como eu. Você chama isso de espírito de justiça? Eu chamo de espírito de estupidez, espírito de arrogância, espírito da pretensão boba. A diferença entre os meus companheiros de geração e eu é a seguinte: percebi isso, e eles não.



Quando falo em companheiros de geração, às vezes se trata de pessoas que me eram bem mais próximas que meros companheiros de geração. Durante um certo tempo dividi um apartamento com Rui Falcão, que foi presidente do PT, e ambos éramos amigos do José Dirceu, que não saía dali; então, esses eram os meus companheiros. Percebi que eu era um palhaço arrogante e eles nada perceberam de si mesmos até hoje.

Não sei se cheguei a ser alguma coisa que preste, mas aquela porcaria que eu era já não sou mais. Não consigo mais me enganar com tanta facilidade, não consigo dizer a mim mesmo, como naquela época: Olavo, você sabe quem são os culpados dos males do mundo; Olavo, você tem o direito de reivindicar a posse do chicote universal para açoitar o lombo de todos os malvados, e assim por diante. Ora, estou com 52 anos, alguma coisa devo ter aprendido nesse período, mas certamente, se aprendi, foi porque me abstei de falar durante vinte anos ou mais. Ontem mesmo, estava contando que fiz como Buda, que sendo tomado por uma dúvida, sentou ao pé de uma árvore e disse: *"Não me levanto daqui até descobrir a resposta."* Eu também tive um amigo, já falecido, que foi um grande psicólogo clínico, Juan Alfredo César Müller, o qual, na sua juventude, tendo terríveis dúvidas vocacionais, entrou numa igreja e disse para si mesmo: *"Vou me ajoelhar e vou rezar até obter a resposta ou vou morrer ajoelhado aqui."* Assim, ele obteve a evidência, uma espécie de sinal divino de que ele devia seguir a carreira de psicólogo, e raramente uma vocação foi tão acertada como a desse grande gênio da psicologia clínica. Quando a gente quer a verdade a gente faz assim, quando a gente não quer a gente inventa uma

qualquer, a que nos pareça a mais lisonjeira, a que agrade ao nosso grupo de referência, e condenamos o resto do mundo porque ele não concorda conosco. Quem estudar brevemente a história do século XX verá que todos os movimentos destrutivos, todos os movimentos responsáveis por massacre de milhões de pessoas, todos eles, foram sempre encabeçados por jovens, e que a militância a serviço desses movimentos foi sempre de jovens. Isso será porque o jovem tem espírito de justiça? Somem o número dos mortos: cem milhões do comunismo, mais vinte milhões do fascismo e assim por diante, sem contar a maravilhosa militância de 1968, Woodstock, em favor da disseminação das drogas, que transformou o mundo num feudo dos traficantes. Quantas pessoas as drogas mataram e a quem incumbe a culpa disso? A culpa inteira cabe a esses jovens, cujos pais covardemente continuam a lisonjeá-los, dizendo: vocês têm o espírito da justiça, vocês têm o espírito da verdade, vocês são melhores que nós. Nunca se deve dizer isso a um filho, nunca, nunca, nunca. Um século de lisonja à juventude deu em duzentos milhões de mortos. Será que não está na hora de parar com isso? Será que não está na hora de os adultos aprenderem que os jovens não devem ser lisonjeados e sim educados, mesmo que isso os contrarie? Muito bem, eu tive um monte de filhos, tenho oito, nunca os maltratei, nunca os humilhei, mas também nunca os lisonjeei. Eu disse apenas o que um pai deve dizer a um filho: eu te amo, meu filho; saia de cima do muro que você vai cair; pare de maltratar o seu irmãozinho, e todas essas coisas de pai. Mas nunca disse: você é a encarnação do espírito de justiça; você é a consciência moral do seu pai, e nenhuma dessas coisas covardes que corrompem a alma da juventude. Podemos expressar bon-



sentimentos pelos nossos filhos sem lhes inocular a mais destrutiva das ilusões. Mas a nossa geração recebeu doses imensas, doses cavaleares dessa lisonja. E, assim lisonjeados, acreditamos que bastava nos dar armas e que o resto nós faríamos: construiríamos um mundo melhor. E como construiríamos um mundo melhor? Pelo velho expediente de matar, matar quem não o desejasse. Essa é sempre a solução, qualquer que seja o problema, não é mesmo? Nós tomamos em sentido literal o que dizia Jean Paul Sartre: "O inferno são os outros." Basta matá-los e está tudo resolvido, basta matar quem não concorda conosco. Sendo educado nessa mentalidade – da qual felizmente me livre, mas me livre progressivamente, porque é uma ilusão pensar que você se livra do veneno marxista simplesmente trocando a carteirinha do seu clube; não é assim, é um processo interior que requer uma verdadeira psicanálise, uma retirada progressiva dos enclaves, dos complexos, dos cacoetes mentais que se impregnam profundamente no nosso interior –, foi assim que julguei o movimento de 1964. Para julgá-lo, condená-lo e abominá-lo eu não precisei saber quase nada a respeito dele. Bastou ouvir uma palavra. E qual era essa palavra? Era a palavra mágica – a *Direita*. Qual era o crime dos militares? Eles eram a *Direita*. Ora, a *Direita* quer dizer necessariamente o mal, portanto eles eram o mal encarnado. Não interessava saber o que estavam fazendo, por que estavam fazendo etc. Não era preciso saber nada a respeito deles para odiá-los e condená-los. Era uma espécie de maldade ontológica que estava grudada na constituição deles, independentemente do que fizessem ou deixassem de fazer. Se um militar socorresse um doente na rua, ele continuaria sendo mau, e se um homem da esquerda

maltratasse uma criancinha, ainda assim ele continuaria sendo bom, porque a bondade e a maldade não dependiam dos atos e sim da identidade ideológica. Ora, essa metafísica, essa horrenda metafísica "maniquéia", ela na verdade é a essência mesma da política. Um dos grandes teóricos da política no século XX foi Carl Schmitt. Ele se perguntou qual a essência da política, o que distingue a política de outras atividades, o que distingue a política da moral, do direito, da economia etc. E ele diz o seguinte: "Quando um conflito entre facções não pode ser arbitrado racionalmente pela análise do conteúdo dos conceitos em jogo e quando, portanto, o conflito se torna apenas confronto nu e cru de um grupo de amigos contra um grupo de inimigos, isto chama-se *Política*." Ora, é fácil compreender que, nesse sentido, a definição de Schmitt inverte a definição de Clausewitz que diz que a guerra é uma continuação da política por outros meios. Schmitt descobriu, muito mais realisticamente, que a política é uma continuação da guerra por outros meios. Ora, durante toda a história humana existiu política, mas havia outras dimensões e outras atividades que eram consideradas mais importantes. A religião era uma delas; mesmo os governantes se ocupavam mais de religião que de política. No século XIX, um homem chamado Napoleão Bonaparte descobre uma coisa terrível: "A política", diz ele, "é o destino inevitável dos tempos modernos. Tudo vai virar política e os homens não se ocuparão senão de política." Ele descobre a politização geral de tudo. E o que significa a politização geral? Significa que todos os conflitos já não poderão mais ser arbitrados pela análise dos conteúdos dos termos em questão, mas serão resolvidos sempre por um confronto de forças entre o grupo dos amigos e o grupo dos inimigos. Ou seja, terminou a



civilização e começou a barbárie. A politização geral de tudo é simplesmente a barbárie, a violência institucionalizada, seja sob a forma de violência física, seja como a violência moral da mentira imposta como verdade obrigatória. Napoleão previu isso no começo do século XIX, mas a previsão dele só se torna plenamente efetiva no século XX. No século XX, tudo é politizado, e, por isso mesmo, este foi o século mais violento e mais sanguinário da história humana. A partir do século XIX, você vê um crescimento do índice de violência absolutamente incomparável com o crescimento paralelo da população. A politização geral da vida quer dizer que um garoto de 15, 16 anos, que mal está entrando na vida, que não tem a menor idéia do que se passa neste planeta, já está cooptado, já está inscrito no grupo dos amigos, cuja única finalidade é matar o grupo dos inimigos. Mas isso é vida? Isso é perspectiva que se ofereça a um jovem: politizá-lo desde o berço, oferecer-lhe o vício da militância política como se fosse a encarnação mais alta da ética e do bem? Ora, quantas vezes não ouvi intelectuais brasileiros fazendo a apologia da politização, condenando as pessoas que não são politizadas! Por exemplo, um homem que se ocupe mais de religião do que de política é condenado como um cretino ou um inconsciente; um indivíduo que se ocupa mais com o sustento de sua família do que com política parece uma criatura inferior. Quando analisamos o termo e entendemos as implicações práticas desse conceito, vemos que essa apologia da politização é a coisa mais monstruosa que algum ideólogo já inventou. Ora, foi à luz dessa mentalidade que julguei, sem conhecê-lo, o movimento de 1964. Tendo percebido que eu já tinha condenado o réu sem nem tê-lo ouvido, sem nem ter visto a cara dele, sem

nem ter sabido onde ele estava, um dia constatei a minha própria ignorância e disse "Bem, agora tenho de ir para casa e pensar no assunto."

Então, eu me fiz a pergunta filosófica decisiva. A pergunta filosófica decisiva é "Que?" – *Quid?* Eu me perguntei: Que aconteceu em 1964? Que foi exatamente aquilo? Ou seja, vamos deixar de lado por uns momentos a avaliação dos acontecimentos, a investigação de suas causas profundas, a conjecturação de suas consequências a longo prazo etc., etc., e vamos fazer a mais simples e a mais decisiva das perguntas. Que aconteceu?

Ora, o que aconteceu em 1964 foi o seguinte. Em janeiro daquele ano, Luiz Carlos Prestes esteve em Moscou, apresentando a Mikhail Suslov um relatório da situação brasileira. Não sei qual foi o conteúdo desse relatório, mas a conclusão de Suslov foi bastante significativa: ele chegou à conclusão de que o Brasil estava maduro para ter uma guerra civil no campo, e autorizou Luiz Carlos Prestes, em seu retorno ao Brasil, a desencadear essa guerra civil no campo. Luiz Carlos Prestes voltou com a autorização e, se não executou a tarefa de imediato, decerto a teria executado ao longo do tempo. Se não havia ainda a condição para desencadear uma guerra civil no campo em escala nacional, havia, no entanto, condições para paralisar a economia, instaurar a rebelião entre as Forças Armadas e fazer tudo para tornar viável a guerra civil encomendada por Suslov. Em suma, estava sendo montado aqui algo cujo tamanho as pessoas às vezes não avaliam. Que seria uma revolução comunista num país do tamanho do Brasil? Seria certamente a maior revolução comunista da história das Américas. Era isso que estava sendo montado aqui. Ao



mesmo tempo, é evidente que estava sendo montada uma reação a essa revolução. Que reação era essa? De onde partia? Partia sobretudo de algumas lideranças civis. Particularmente em São Paulo, do Governador Adhemar de Barros, e no Rio de Janeiro, do Governador Carlos Lacerda. Um dos recursos que esses dois líderes utilizaram para fazer face a uma eventual ameaça comunista foi a constituição de tropas paramilitares com dinheiro que recolhiam de empresários e com o apoio discreto, e evidentemente ilegal, das polícias militares desses dois estados. Os detalhes do Rio de Janeiro eu não conheço (o assunto está sob pesquisa e não posso assegurar nada sobre a extensão dos recursos paramilitares sob o comando de Lacerda), mas a situação de São Paulo eu conhecia muito bem. A Polícia Militar, que então se chamava Força Pública, era uma espécie de igreja ademarista, um culto ademarista, uma seita. Os oficiais da PM pareciam já nascer ademaristas, como se estivesse no ADN. Se o Adhemar de Barros lhes dissesse: “Vocês peguem um carregamento de três mil metralhadoras e entreguem na rua tal número tanto”, eles fariam. E assim foram se construindo certas organizações paramilitares como, por exemplo, a PAB (Patrulha Auxiliar Brasileira), que era uma tropa de vagabundos e arruaceiros, lumpemproletários, exatamente como as tropas fascistas de Mussolini. Ora, não acredito que o fascismo seja o pior dos males; ele é uma reação ao comunismo. Está para o comunismo assim como a febre está para uma infecção. O fascismo não é *causa sui*, não é ele que se produz a si mesmo; mas ainda assim é uma coisa bastante perigosa. Não sei medir a extensão dessas tropas paramilitares fora de São Paulo. Na Paraíba, certamente, havia organizações desse tipo.

Um historiador comunista chamado Moniz Bandeira que, apesar de comunista, sempre me pareceu honesto no que escreve, diz que provavelmente havia na Paraíba por volta de dez mil homens armados. Muito bem, descobri essas coisas uns anos atrás, quando estava estudando para poder reescrever os capítulos finais de uma obra chamada *O Exército na História do Brasil*, publicada pela Odebrecht e pela Biblioteca do Exército. Na época, eu era um redator autônomo contratado pela Odebrecht, e um dos serviços que vieram parar na minha mesa foi o de corrigir o texto desse livro. O capítulo referente à Revolução de 1964 tinha muitas lacunas e decidi completá-lo por minha conta. Foi revirando livros e documentos, fazendo entrevistas com testemunhas da época que me dei conta dessas coisas, mas havia alguém que já havia descoberto tudo isso muito antes de mim. O então General Humberto de Alencar Castello Branco, em setembro de 1963, era chefe do Estado-Maior do Exército, e fez um discurso alertando seus companheiros para o perigo da proliferação de organizações paramilitares, que num momento de crise poderiam usurpar as funções das Forças Armadas. Ele não se referiu apenas à famosa organização de esquerda, os “Grupos dos Onze”, nem às Ligas Camponesas: ele falou no plural, sem mencionar cor ideológica, e subtendendo que quaisquer organizações paramilitares eram um insulto e um perigo para as Forças Armadas regularmente constituídas. Ora, eu vim a me preocupar com isso em 1996, o General Castello Branco se preocupou em 1963. Dá para medir o tamanho da minha sonolência, da minha burrice, da minha idiotice? Dá para vocês medirem o estado de hipnose em que vivi durante todos esses anos, entre 1964 e 1996, para um dia acordar e ver que esse



homem já havia percebido tudo isso 33 anos antes? Muito bem, estavam lá os comunistas montando a sua revolução e os governadores direitistas montando suas tropinhas paramilitares de fascistinhas, a PAB tinha até aquela vestimenta cáqui, muito característica, que lembrava as camisas pardas das SA. Então, com um monte de comunistas armados de um lado e fascistas armados do outro, que é que ia acontecer? Certamente, a Noite de São Bartolomeu. Mas a direita sempre foi mais combativa, mais corajosa, e estava mais armada; isso quer dizer que se a iniciativa da reação aos comunistas dependesse exclusivamente dos líderes civis, *não teria chegado um único comunista vivo ao fim do ano de 1964*. A revolução comunista teria falhado. Os comunistas seriam derrotados, como o foram pelas Forças Armadas. Mas quantos eles teriam matado e quantos deles teriam morrido? O número é incalculável, mas, além disso, ainda podemos compreender que, em plena época da chamada Guerra Fria, as duas grandes potências não duelavam diretamente, mas sim através de situações exatamente como essa, montadas em países periféricos. Portanto, se houvesse uma guerra civil aqui, todo mundo iria querer ajudar os dois lados. Seria um festival de generosidade universal: os Estados Unidos mandando armas e assistência técnica para um lado e a União Soviética e a China mandando armas e assistência técnica para o outro. Seria uma efusão de bondade fantástica, como foi no Vietnã. E teríamos vivido esse drama por uma década ou duas. Isso era o cenário que estava montado. Isso não é uma conjectura feita *a posteriori*, eram os planos que já estavam em andamento de parte a parte. Na noite de 31 de março para 1º de abril, o que faz, porém, o Exército? Ele toma a dianteira, ocupa as ruas, desmonta

a máquina comunista, coloca uma focinheira nas tropas direitistas e, por fim, corta a cabeça dos seus líderes, primeiro encostando-os, depois chegando a cassar os mandatos de Adhemar de Barros e Carlos Lacerda. Entretanto, antes mesmo disso, tomando uma medida mais decisiva ainda, que foi criar a Inspeção Geral das Polícias Militares, com o que todas as polícias militares estaduais, virtuais colaboradoras das tropas paramilitares de direita do Brasil inteiro, foram submetidas diretamente à autoridade do Exército e voltaram à disciplina normal. Essa imensa operação de desmontagem de uma revolução esquerdista e de um aparato bélico direitista quantas mortes custou? Duas, três, cinco no máximo. Quantas pessoas morreram em conflitos políticos entre 1964 e o fim do mandato do Marechal Castello Branco? Quantas? Cinco? Seis? Esse foi o preço que pagamos pela desmontagem não só da maior máquina revolucionária já construída pelos comunistas em toda a América Latina, em todas as três Américas, mas também pela desmontagem do aparato bélico de reação direitista civil, que simplesmente desapareceu da história e entrou no esquecimento. Foi isso o que aconteceu em 1964. Quando vemos isso, só há uma coisa que podemos dizer. *Foi absolutamente genial*. Não é qualquer um que desmonta uma bomba desse tamanho com uma perda de vidas humanas tão reduzida, tão insignificante. É claro que depois houve alguma violência, porque decorridos quatro anos a esquerda se rearmou e se lançou na aventura das guerrilhas. Em razão das guerrilhas, morreram umas trezentas pessoas, entre os guerrilheiros, e duzentas pessoas do outro lado. Na pior das hipóteses, quinhentas pessoas – isso ao longo de mais de uma década, num país do tamanho de um continente. Esse talvez tenha sido o



preço mais barato em vidas humanas que qualquer regime do mundo já pagou pela reconquista de sua própria estabilidade. Nunca se deteve uma revolução comunista com tão poucas mortes. Ora, mas sempre vamos encontrar um engraçadinho para nos dizer: “Mas *uma só morte* já é revoltante!” Ora, sabemos perfeitamente que essa atitude é um teatro histérico, um fingimento. Quando se diz que um total de quinhentas mortes é menos grave que um de mil mortes – ou do que as dezessete mil mortes de adversários do regime cubano –, aí já está implícito que todas as mortes são más. Só podemos fazer um cálculo do mal *maior* ou *menor* se já admitimos que ambos são males. Mas toda vez que se diz que aqui houve menos violência, que um adepto do regime sanguinário de Fidel Castro não tem autoridade moral para criticar o uso moderado que o nosso governo militar fez de uma violência que a própria esquerda inaugurou, sempre aparece um hipócrita, um sofista, um mentiroso comunista para fingir que é tão cristão, tão bondoso, que não admite a morte de um mosquito, e é precisamente esse tipo de calhorda que vem nos atirar ao rosto a bela frase: “Mas *uma só morte* já é revoltante!” Ora, qualquer principiante de lógica sabe que não é possível nivelar uma afirmação categórica e uma afirmação comparativa. Por exemplo, se digo que Aids é mais grave do que gripe, não estou fazendo apologia da gripe, estou subentendendo que ambas são doenças, que ambas são males, não é isso? E, se um indivíduo ameaçado de Aids descobre que tem apenas gripe e se regozija com isto, devemos concluir que ele gosta de gripe, que ele ama a gripe, que ele é um apologista da gripe e desejaria espalhar os germes da gripe no mundo? O alívio do mal menor será uma apologia do mal? Só

um tipo perverso, como são intelectualmente perversos todos os comunistas sem exceção, pode fingir que acredita numa coisa dessas. Quando mostramos que o preço pago por este país para se libertar de uma guerra civil que provavelmente não terminaria nunca foi um preço baixo, sempre aparece não só um farsante para insinuar que adoramos pagar esse preço, mas também aparece sempre um engraçadinho que nos diz que o que estamos fazendo é “contabilidade macabra”. Quem já não ouviu esta expressão? Ora, todos sabemos que os comunistas odeiam “contabilidade macabra”. E porque a odeiam? Odeiam-na por um motivo muito simples. Odeiam-na porque toda soma do número de vítimas mostra que eles são os maiores assassinos, que eles têm o primeiro prêmio do morticínio universal, que nenhum regime do mundo pode se igualar, em sanha mortífera, ao desses benfeitores do gênero humano. Se somarmos o número total de vítimas do comunismo neste século, veremos que é superior ao número de mortes de duas guerras mundiais, somado ao número de vítimas de todas as ditaduras de direita, mais o número total de vítimas de terremotos, enfartes e epidemias variadas. Isto não é força de expressão: é um simples fato, medido matematicamente. Ou seja, o comunismo foi o pior flagelo conhecido pela humanidade desde o dilúvio universal. Não há outro termo de comparação. A peste negra, proporcionalmente, foi menos grave do que o comunismo. Será que perdemos totalmente o senso das proporções? Ou será que o medo de sermos acusados de fazer “contabilidade macabra” nos torna cegos para as proporções dos males? Será que os defensores de uma ideologia tão assassina, tão intrinsecamente homicida, têm alguma autoridade moral para falar mal da nossa



“contabilidade macabra”, como se o feio, como se o mal não estivesse em cometer os homicídios e sim em somá-los? Como se fazer cadáveres fosse menos grave do que contá-los. Quem condena a “contabilidade macabra” é sempre aquele que tem mais crimes a esconder; que tem, portanto, uma boa razão para não querer fazer as contas. Pois a contabilidade, macabra ou não, mostra que num país de mais de uma centena de milhões de habitantes um governo militar conseguiu deter uma revolução sem fazer mais de cinco vítimas, e que, em seguida, esse mesmo governo conseguiu desmontar uma guerrilha sem matar mais de trezentos combatentes (perdendo ele próprio duzentos), enquanto na vizinha ilha de Cuba, em tempo de paz e sem ser desafiado por qualquer guerrilha, o governo comunista matava quase *duas dezenas de milhares de pessoas*. Não, macabra não é a contabilidade; macabro é o esforço de ocultar seus números.

Ora, mas foi somente isso que aconteceu em 1964 – um movimento muito bem-sucedido que desmonta duas máquinas de guerra e devolve a paz à nação, com um número de perdas insignificante? Não! Em seguida, as pessoas que fizeram o movimento tinham de governar. Governar como? Tinham um programa? Tinham ao menos uma ideologia pronta? Não tinham. Tanto não tinham, que os governos nascidos da Revolução de 1964 tentaram, nos anos subseqüentes, duas políticas exatamente contrárias: primeiro uma política liberal internacionalista, com Castello, e depois uma política estatizante nacionalista, com Geisel. Ou seja, eles tentaram as duas pontas do espectro ideológico que então havia no país. Isso prova que não tinham ideologia nenhuma. Ora, não ter ideologia nenhuma significa que esse movimento não foi feito para

implantar uma ideologia determinada, mas que foi feito simplesmente para tirar o país de uma emergência catastrófica, e que apesar de não se apresentar com programa algum, acabou tendo uma folha de realizações bem superior, seja à da Era Vargas, seja à dos governos que lhe sucederam. Quais são essas realizações? Voltemos à definição: o movimento de 1964 foi um movimento de emergência para desmontar duas máquinas de guerra, para impedir que o país entrasse numa guerra civil e que, em seguida, mesmo não tendo ideologia nem planos definidos conseguiu – o que? Vamos ver: em 1964, o número de pessoas que viviam na miséria, que viviam com menos de um salário mínimo neste país era de 60% da população nacional. Quando terminou o regime militar, eram cerca de 20%. Ou seja, esse regime que não tinha ideologia, que não tinha planos, que nem sabia o que haveria de fazer, conseguiu tirar da miséria 40% da população brasileira. O que são 40% da população brasileira? São, hoje, setenta milhões de pessoas; na época, uns cinquenta milhões. Aí é que eu me pergunto: será que estamos todos dormindo? Será que não percebemos as coisas? Será que perdemos o senso das proporções? Digam-me: qual o regime do século XX, qual o plano econômico, por mais genial que fosse, seja o *Plano Quinquenal* de Stálin ou o *New Deal* de Roosevelt ou qualquer outro, que conseguiu retirar da miséria e deu condições de vida humana a 50 milhões de pessoas no prazo de uma geração? Quem fez isso? Quem pode se gabar de tanto? Nós conseguimos fazer. Quando digo *nós, nós, brasileiros, fizemos* – vejam que coisa irônica! –, estou atribuindo a mim as obras e as glórias daqueles a quem eu abominava e a quem chamava de *gorilas*. E eles, os abomináveis gorilas, me deram a possibilidade de hoje poder dizer



com orgulho: nós, brasileiros, fizemos isso, nós tivemos a vitória – a maior vitória sobre a miséria que se conheceu no século XX. E será que temos motivo para sentir vergonha disso? Será que um daqueles meninos de 15 anos – que eram meninos de 15 anos aos 15 anos e que continuam a sê-lo aos cinquenta e tantos –, bobocas irresponsáveis e sobretudo mentirosos, será que um desses meninos tem autoridade para julgar e condenar o movimento que fez isso?

Quando nos perguntamos o que aconteceu em 1964, foi isso. Houve prisões, houve torturas, houve mortes. Eu tive parentes que foram torturados, eu próprio passei muito medo e humilhações. Tive amigos que foram mortos. Um amigo querido meu, João Leonardo da Silva Rocha, apanhou tanto de alguns soldados que ficou louco. Nunca mais ficou bom. Mas eu teria de ser um monstro de mesquinaria para condenar em bloco, por esses atos de violência, por revoltantes e intoleráveis que sejam em sua própria escala, um regime que salvou o país de uma guerra civil e que salvou cinquenta milhões de pessoas da miséria. Porque ninguém conseguiu fazer tanto com tão pouca violência. Ora, falamos em trezentos, quatrocentos, quinhentos mortos! Quantas pessoas morreram nos Estados Unidos em conflitos políticos no mesmo período? Quantos negros foram espancados e mortos, quantos brancos assassinados em represália? E isso em plena vigência da democracia, com todas as garantias da ordem jurídica, sem o perigo de uma guerra civil. Para matar quatrocentos, quinhentos ou trezentos, os americanos não precisam de uma guerra civil. Na guerra civil deles morreram cinco milhões – foi a maior guerra que o mundo conheceu até então. E o nosso regime, para

parar uma guerra civil, e depois para desmontar a guerrilha, matou trezentos e perdeu duzentos. Devemos comparar os nossos militares aos governantes de outras nações, aos cubanos, aos espanhóis antepassados do Dr. Garzón que queimavam freiras em massa, aos americanos que se matam sem cessar, aos lindos lordes ingleses que nunca pararam de matar irlandeses, aos russos que mataram trinta milhões de seus compatriotas, aos chineses que mataram sessenta milhões, ou devemos compará-los a Deus e condená-los por não serem perfeitos? Se houve um governo humano que fez melhor, me mostrem qual. Sobretudo, se houve um governo comunista que fez melhor, me mostrem. Eu nunca vi. Mas todas essas coisas óbvias que estou dizendo parece que foram perdidas de vista, que se tornaram invisíveis e incompreensíveis, ofuscadas por tantas mentiras e tanto falatório comunista recompensado a peso de ouro por empresários de imprensa venais e irresponsáveis. E tudo isso foi perdido de vista por um motivo muito simples: esse governo militar, que era não opressivo, que não era um governo fascista, não tinha um dos principais traços que caracterizam todas as ditaduras e todos os movimentos fascistas – ele não tinha a menor vontade de inculcar uma ideologia na população. Ele não tinha nenhuma ideologia para inculcar. De vez em quando fazia uns cartazes – *Brasil, ame-o ou deixe-o* – ou mandava passar uns anúncios de suas realizações, uma estrada, uma usina, uma ponte – tudo com menos alarde e menos despesa do que qualquer governo civil antes ou depois dele. Isso foi tudo. Pergunto eu: havia doutrinação fascista nas escolas? Havia um cinema doutrinário pago pelo governo para inculcar idéias fascistas na população? Não. O governo dava dinheiro para a opo-



sição fazer filmes! Havia programas de TV martelando e remartelando o discurso oficial 24 horas por dia, como em Cuba e em todos os países comunistas e fascistas? Não! Não havia. As novelas, o gênero mais popular de TV, eram usadas pelo governo para transmitir propaganda ideológica? Não. As novelas eram todas escritas por comunistas notórios como Dias Gomes e Janette Clair, e quando o governo censurava alguma cena erótica julgando-a imprópria para o horário das oito, quando as crianças estavam acordadas, era uma tempestade de protestos! Havia editoras dominadas pelo governo publicando material ideológico o tempo todo para inculcar a doutrina oficial na população? Não! Ao contrário, nunca o mercado de livros esquerdistas foi tão próspero – no mais das vezes com subsídios do governo. Nas universidades só havia propaganda comunista e simplesmente não se notou um esforço ideológico por parte do governo. O único passo que o governo deu nessa direção foi a disciplina de Educação Moral e Cívica. Mas o que aconteceu com a EMC? Eu estava lá, “meninos, eu vi”. Eu vi isso acontecer. Eu vi o Partido Comunista decidir, muito simplesmente: colocaremos os nossos militantes em todas as cátedras de EMC e as transformaremos em canais de propaganda comunista. Assim disse e assim fez. O governo o impediu? Fez algo para impedir? Não! Ou seja, além de dar liberdade para os comunistas fazerem o que fizeram, ainda criou instrumentos, financiou filmes comunistas, deixou comunistas ocuparem as cátedras de EMC, deixou que os comunistas tomassem toda a imprensa e toda a universidade, onde hoje exercem cinicamente um poder de censura. Tudo isso aconteceu porque havia um cidadão chamado Golbery do Couto e Silva que acreditava numa tal

teoria da “panela de pressão”. E o que era a “panela de pressão”? Era que, dizia ele, “não podemos tampar todos os buracos, tem de haver uma valvulazinha...” E onde era essa valvulazinha? Eram as universidades e a cultura, o movimento editorial e o *show business* – eram todos os canais de comunicação das idéias. Tudo isso foi entregue pelo próprio governo nas mãos dos comunistas. Mas que bela teoria, hein? Era só o que os comunistas queriam. Era só o que eles queriam para fazer da sua derrota militar a sua vitória política, porque naqueles anos estavam começando a entrar no Brasil as obras do ideólogo italiano Antonio Gramsci. Este dizia adeus à teoria leninista da insurreição e criava uma nova estratégia baseada em duas coisas: de um lado, aquilo que chamava de *Revolução Cultural*, ou seja, o domínio do vocabulário, o domínio dos automatismos mentais, de modo que as pessoas, sabendo ou não, passem a falar e pensar como os comunistas e acabem aceitando o comunismo, com ou sem esse nome, como se fosse a coisa mais natural do mundo; de outro lado, o que ele chamava de *a longa marcha da esquerda para dentro do aparelho de Estado*, ou seja: ocupar todos os postos da burocracia. Lentamente, com muita calma, através de ocupação de espaço, de nomeações, até mesmo de concursos – por exemplo, o governo abre um concurso para a Polícia Federal e, quando você vai ver, 90% dos candidatos que se apresentam são comunistas, foram mandados ali para isso.

Ora, que raio de governo fascista era esse que não tinha militância, que não tinha partido de massas, que não tinha ideologia, que não tinha sequer um programa de doutrinação das massas, um discurso para ser repetido nas escolas? É simples: esse governo nunca foi fascista. Foi um governo de



emergência para impedir uma guerra civil e que chegou ali e teve de governar de alguma maneira, sem nunca ousar aprofundar sua intervenção na história brasileira, a ponto de constituir uma legítima revolução. O movimento de 1964 foi uma revolução? Eu acho que não foi. Também acho que disputar com os esquerdistas e insistir no termo *revolução* quando dizem que foi apenas um golpe é ceder a uma tábua de valores esquerdista, a um vocabulário esquerdista. Porque, para um esquerdista, uma revolução é a melhor coisa do mundo. Comunistas é que adoram revoluções. Para que temos de imitá-los? O que temos de responder-lhes é: vocês, comunistas, que façam suas revoluções. Nós fizemos coisas modestas, nas quais morre menos gente; nós não somos assassinos profissionais, nós não estamos o tempo todo tentando virar o mundo de cabeça para baixo, nós só agimos na emergência para impedir catástrofes. Porque nós não somos como vocês, nós não temos a solução de todos males, nós não somos o bem encarnado, nós não acreditamos que temos a verdade revelada que nos autorize a matar metade do mundo para salvar a outra metade. Em suma, nós somos gente, somos seres humanos, não somos anjos do Senhor como vocês, não temos autoridade para fazer a História à nossa imagem e semelhança, e por isso mesmo, ao tomar o poder em 1964, governamos com sabedoria, com paciência,

com bondade, com brandura e sobretudo protegemos vocês contra a direita civil que queria matá-los. Se chegou um único comunista vivo ao fim de 1964, ele deveu isso a quem? Às Forças Armadas.

Isso foi o que aconteceu em 1964. Pergunto: onde estava eu? Eu estava dormindo. Dormindo no berço esplêndido da mitologia esquerdista, alimentado de palavras, sobretudo de adjetivos: *Fascista!*, *Explorador!*, *Imperialista!* Ah!, como essas palavras mexiam comigo! Como eram poderosas! Alimentando-me delas pude passar muito tempo sem me perguntar o que acontecia na realidade. Quando – finalmente e a contragosto – descobri o que acontecera, eu me disse: que posso fazer agora? Eu não posso mudar o curso da história passada, mas posso dizer algumas coisas boas àquelas pessoas que participaram desses acontecimentos, que tiveram uma participação em 1964 e que ajudaram a construir o Brasil. Não adianta chegar hipocritamente e pedir desculpas. Não se trata disso. Mas há uma coisa que posso fazer. Posso dizer: *não se envergonhem da sua obra. Levantem as suas cabeças, tenham orgulho e não permitam que nenhum hipócrita comunista venha se fazer de seu fiscal. Nunca, nunca cedam a sua dignidade ao falso moralismo da hora, nunca sacrifiquem aquilo que é elevado e digno em vocês àquilo que é baixo e vil num outro qualquer.*



*Podemos perdoar facilmente uma criança com medo do escuro;  
a verdadeira tragédia da vida é quando os adultos têm medo  
da luz.*

Platão



# A Aviação de Caça



Nelson José Abreu do Ó de Almeida\*

*Palestra proferida em 20 de abril de 1999, no auditório do IGHMB, Casa Histórica de Deodoro, Rio de Janeiro-RJ.*

O avião, nascido em 1906 com Santos Dumont, ensaiou seu potencial bélico já nos primórdios de 1911 (guerra italiana na Líbia). O livro *No Tempo das Carabinas* – tão interessante quanto repositório histórico – bem apresenta esse movimentado *début*. Sua missão inicial foi a de identificação de alvos e regulagem de tiros de artilharia e, inevitavelmente, de reconhecimento tático do terreno. Notou-se, desde logo, que pequenas bombas, mesmo lançadas manualmente, representavam o *ataque cirúrgico* para a época, além de estender o alcance dos canhões.

Ao se cruzarem, quase sempre com o céu limpo, franceses e alemães se cumprimentavam e acenavam uns para os outros. Coube a um alemão a idéia de fotografar a aeronave e os pilotos inimigos com sua Agfa caixote. Ao relevar-se o filme, apareceu o piloto francês fazendo caretas (e gestos feios...), deixando irritado o fotógrafo que, já na surtida seguinte, além da máquina fotográfica, portou também a sua arma curta de defesa pessoal. Pensando, dias depois,

haver reconhecido o piloto francês malcriado, sacou da arma e atirou diversas vezes contra ele, sem, entretanto, conseguir acertar. Mas havia nascido ali a idéia de atacar, no ar, alvos aéreos. E esse foi o embrião de onde evoluiria a Caça.

Em um próximo encontro, um francês, com um rifle de infantaria da época, logrou obter dois acertos no avião inimigo, causando danos menores à aeronave. Daí para portar-se metralhadoras de mão, metralhadoras pesadas de campo de tiro livre na nacele traseira (que, volta e meia, acertavam o próprio avião), metralhadoras fixas apontadas para a frente (atirando por fora do campo da hélice) e, afinal, metralhadoras sincronizadas com os giros da hélice foi um passo rápido. E nascia, ainda durante a Primeira Guerra Mundial, a Aviação de Caça – aquela que pretende controlar, neutralizar e/ou abater alvos aéreos, sejam eles balões, aeronaves, mísseis ou satélites.

Mas Douhet, o profeta do ar, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, já havia – e com rara felicidade – percebido e fixado a missão bélica primordial das aeronaves neonatas. E essa missão não considerava a Defesa Aérea, a luta aérea entre duas aero-

\* Coronel-Aviador. Sócio efetivo do IGHMB.



naves, nem mesmo a regulamentação de tiros de artilharia. Fixando-se numa estratégia de dissuasão, Douhet pregava que a única missão que explorava, de fato, o potencial das aeronaves era o ataque aeroestratégico. Mostrava que uma força aérea, sendo capaz de sobrevoar qualquer terreno (e as forças desdobradas nesse terreno, ou mares e esquadras) deveria possuir meios para destruir, em cada surtida, um ponto sensível (doloroso) do inimigo (não um objetivo militar, obrigatoriamente), usando material de sopro, de demolição (derrubar tudo), incendiário (para completar a destruição e exigir trabalho), e gases (para não permitir o controle imediato do incêndio nem o socorro aos atingidos).<sup>1</sup> Livrava a aviação de qualquer compromisso com o terreno, com TO's, e apregoava o ataque aeroestratégico e, mais, as missões *contra-valor*, em contraposição às missões *contra-força*, o que veio a ser bem compreendido pelos Marechais-do-Ar Sir Trenchard, criando a *Royal Air Force*, independente ainda em 1918, e Sir Harris, que assim empregou seus *Halifax* e *Stirling* em 1940, levando o General Eisenhower a imitá-lo, com seus B-17 e B-24, e o General LeMay a defender ardorosamente o princípio.

Colônia é um exemplo vivo (ou morto) desse conceito; Hiroshima e Nagasaki representaram a sua afirmação – e a sua consagração.

O pensamento de Douhet sobre a aviação de defesa aérea (DA) foi tão bem defendido que essa última especialidade custou a sobreviver (e isto tudo apresentado antes de 1920). Argumentava ele que se houvesse um avião de ataque sediado na Sardenha e que pudesse vir a atacar, por exemplo, duas

cidades do litoral italiano do Tirreno, isso exigiria um mínimo de quatro aeronaves de defesa aérea, afora o imprescindível sistema de alerta, para oferecer uns 80% de probabilidade de anulação da ameaça, e o custo disso tudo estaria sendo subtraído à aviação útil, isto é, à aviação de bombardeio estratégico. Sua solução seria a destruição da ameaça por meio de um ataque preemptivo. Israel não teria sobrevivido à sua primeira guerra se não seguisse tais conselhos...

Imagine-se o que ele pensava sobre a aviação de apoio às operações terrestres, ou à aviação naval, que não poderiam interferir com as missões da aviação de ataque ou de reconhecimento estratégicos...

Hoje, com o reabastecimento em voo (REVO) e com o armamento inteligente, nuclear ou não, e com os mísseis de cruzeiro apontados a *laser*, os aviões leves podem realizar missões estratégicas *a la Douhet* – o que veio a ser mais uma missão para os caças.

O avião de caça surgiu monomotor, leve, veloz, monoplace, com grande capacidade de subida e metralhadoras ar-ar. Hoje, é usualmente supersônico, podendo ser biplace (incluindo um chamado *oficial de armas*), bimotor, cheio de equipamentos eletrônicos e portando uma fantástica hoploteca de mísseis ar-ar, além de canhões *Gatling* de alta cadência de tiro.

Exemplos típicos foram os antigos *Spad-7*, os P-40, os P-47, os F-8, os F-80, os F-5, os F-103 e os ALX; os *Swopwith*, os *Hurricane*, os *Spitfire*, os *Meteor* e os *Lightning*; os *Fokker D-1*, os *Messerschmidt 109*, os *Focke-Wulf 190*, os *Komet* e os *Me-262* (que teriam mudado a face da batalha na Europa Ocidental não fora a teimosia de Hitler em fazê-lo avião de ataque ao solo); os *Nieuport 28*, os *Morane-Saulnier* e os *Mirage 2000-5*; os *Caproni* e os *Fiat G-91*;

<sup>1</sup> Note-se que o armamento nuclear é o que melhor oferece todas essas características.



os *Viggen* e os *Gripen*; os P-3, os P-51, os *Lightning*, os F-86, os F-4, os F-16 e os F-14; os *Mig* e os *Sukoi* 27 e 30 etc.

A economia, às vezes necessária, levou ao emprego generalizado de um mesmo tipo de avião para cumprir diversas missões. Os caças adaptavam-se sobremaneira ao ataque a alvos de superfície e ao apoio às operações terrestres ou navais. Assim, foram desviados de sua missão precípua, o combate às aeronaves em voo, e deram nascimento aos aviões ditos *de ataque*. São de ataque, entre outros, os *Mosquito* e os *Hampden*, os A-20, os A-26, os F-105, os A-4 e os A-7, os *Voisin* e os *Super-Étandart*, os *Messerschmidt* 87 *Stukas* e os 88, os *Stormovicks*, os AMX (A-1) etc.

Seria sempre útil saber-se diferenciar entre os aviões de caça e os de ataque. Embora os primeiros possam cumprir bem as missões dos segundos, estes apenas cumprem mal, quando cumprem, as missões dos primeiros. A FAB, por exemplo, recusou-se a receber como avião de caça, nos idos de 1951-52, um esquadrão de A-4, que seria o primeiro jato da força, oferecido gentilmente pelo governo norte-americano, a preços convidativos.

A aviação de caça inexistia no Brasil antes da instituição do Ministério da Aeronáutica. Havia, é verdade, aviões de caça nos inventários militares, mas não havia unidades organizadas nem o espírito respectivo. Por volta de 1942, e por força do *Land Lease*, existiam no Nordeste (e em outros pontos do território nacional) diversas aeronaves de caça P-36 e P-40. Era moda, então, ter-se de voar umas tantas horas nesses aviões para se poder concorrer às escalas de linhas do Correio Aéreo Nacional, ou a dos *Hudson* e dos *Ventura* (bimotores) e dos menos simpáticos *Vultee Vengeance* (monomotores), em missões de patrulha, bem mais desejadas

(e agradáveis) que o voo nos pequenos caças – onde se voava amarrado, transpirando e tendo que desempenhar todas as funções tão bem distribuídas pela tripulação de um avião de transporte ou patrulha. Enquanto um piloto de *Ventura*, por exemplo, tinha sob seu comando um co-piloto, um navegador, um rádio-operador, um mecânico de bordo, artilheiros e, mais recentemente, um operador de radar, o piloto de caça devia, ele só, desempenhar todas essas funções, exigindo, assim, um preparo bem mais intenso e completo, além de enfrentar riscos maiores, pela pletera de parâmetros a controlar. Dizem as crônicas que o piloto de caça – um agressivo *pit bull* – voando *amarrado* à sua cadeira de ejeção e *amordaçado* pela máscara de oxigênio, só tem uma vantagem: ninguém testemunha se ele ficar com medo, a bordo.

A caça no Brasil – que se pode confundir com o surgimento da própria Força Aérea Brasileira (FAB), como força de combate organizada – nasceu realmente com a volta da Itália do 1º Grupo de Caça, em julho de 1945. Foi só então que os *veteranos* montaram, em Santa Cruz, um sistema de seleção e de cursos como os que haviam frequentado em Água Dulce (sobre P-40) e em Norfolk (com os P-47), antes de partirem para o combate em Livorno, Tarquínia e Piza. Mas houve, por contingência, uma grande diferença: os P-40 brasileiros praticamente já não existiam, espalhados que foram pelo Norte e pelo Sul do país, ao invés de organizados como unidades de emprego. Assim é que, em 1946, após um Estágio de Seleção para Piloto de Caça (ESPC) realizado em T-6, pela primeira vez na história da aviação, passou-se diretamente desse avião, com seus 1.500 quilos, 600HP e 160MPH, para o P-47, pesando acima de 8 toneladas, com 2.000HP e cruzando a 350MPH. Ninguém acreditou.



Mas isso aqui se fez, com raríssimos incidentes e durante anos a fio, sob o pulso firme e experiente dos veteranos. Mais do que um treinamento de primeira, os instrutores passavam, com a autoridade e a experiência de quem vivera o problema em combate, o espírito da caça, o sentimento de missão a cumprir, a dedicação extremada ao vôo e ao avião (que era preciso conhecer em detalhes, já que se voava sozinho), as missões que se esperava de um caça de escolta e de um caça-bombardeiro, de ataque ao chão. A intercepção, a missão nobre da caça, só começou a ser cogitada em 1952, com a chegada dos primeiros radares e a instituição de embriões de *unidades de Controle e Alarme*.

O Brasil formou, até hoje, mil e tantos caçadores – uns vinte por ano –, o que representa apenas cerca de 15% de cada turma de oficiais aviadores, devido à estrita seleção necessária. *Ça vá sans dire* que aqui, como alhures, os pilotos de caça são a nata da aviação de combate. Existem, diz-se, *a Caça e o resto...*

Hoje, a ABRAPC, acrônimo de Associação Brasileira de Pilotos de Caça, congregando mais da metade dos pilotos de caça existentes e que *pretende manter acesa a chama*, registrando, inclusive, a *história* informal da caça no Brasil, é muito bem dirigida pelo Major-Brigadeiro-do-Ar Lauro Ney Menezes, caçador emérito, que, mercê de suas qualidades intelectuais, conhecimentos técnicos e letra fácil, está sendo proposto para sócio efetivo deste Instituto.

Se para o Exército, como é geralmente aceito, a FEB representou experiência preciosa que atingiu, estratégica, tática e tecnicamente, a todas as armas e serviços, na FAB a história foi um pouco diferente. Tendo entrado em combate quando a aviação alemã já não voava, na prática, sobre a Itália,

os aviões do 1º Grupo de Caça – ficando subordinados à Força Aerotática e não à Força Costeira, que realizava a Defesa Aérea naquele teatro de operações, como inicialmente previsto – foram empregados quase que exclusivamente como caça-bombardeiros. Dos milhares de surtidas realizadas, apenas menos de uma dezena foi de escolta ou de patrulha aérea de combate; todas as outras o foram de ataque ao solo, no papel, portanto, de *aviação de ataque*, ao que o P-47 se prestava tão bem. Houvesse a FAB constituído uma unidade da 5ª Força Aérea, empregando os B-17 ou os B-24, a história teria sido muito diferente e os veteranos certamente teriam dado ênfase às missões de ataque e de reconhecimento estratégicos, papéis principais de qualquer força aérea. Mas ficamos no *ataque ao chão* e a mentalidade, assim trazida e cultivada, praticamente erradicou a independência de manobra típica de uma Força Aérea, em suas principais responsabilidades inatas, o ataque e o reconhecimento estratégicos, lançando-a apenas às missões de apoio às operações de superfície, o que tornou sempre mais dolorosa e incompreensível as queixas/acusações de desserviço levantadas pelas outras Forças, mormente pela Marinha.

Se, por um lado, a experiência italiana fez da FAB uma organização tática e tecnicamente preparada e atuante como *aviação de apoio às operações de superfície*, o interesse sobre a *aviação de ataque estratégico* foi eclipsado – apenas cogitado uma única vez, e levemente, por um único Ministro. Imagine-se, atualmente, se um Ministro da Defesa, mesmo que seja militar e até da própria FAB<sup>2</sup> irá pensar em tema

2 Diversos ministros-chefes do EMFA, mesmo os da FAB, não trataram do assunto, como não cogitaram, ainda, da Guerra Psicológica.



dessa importância? A contaminação foi tão marcante que os F-8, os *Meteor*, interceptadores de 1ª linha na época, foram literalmente *moídos* estruturalmente nos intermináveis passes de tiro terrestre e no bombardeio planado. A *Águia*, *comme déjà vu*, ficara definitivamente amarrada ao *Jacaré* e à *Baleia*...

Nascida em 1914, com os tiros da arma de defesa pessoal do alemão que voava seu frágil biplano *Fokker*, a aviação de caça glorificou-se em setembro de 1940, na chamada Batalha da Inglaterra, onde uns poucos *Hurricanes* e *Spitfires* (e o embrionário radar) controlaram e derrotaram a investida da numerosa *Luftwaffe* – que não seguia, felizmente, os princípios de Douhet e não fora preparada para o ataque aeroestratégico e, sim, para o apoio ao chão, à *Blitzkrieg*.

O verdadeiro Dia da Caça seria o 23 de setembro, comemorado pela 1ª Ala de Defesa Aérea, data em que o esforço de defesa aérea da Inglaterra foi máximo e decisivo, e que levou ao famoso dito de Churchill: “Nunca tantos deveram tanto a tão poucos.” Por isso mesmo, o W. C. Badder, que pilotava *Spitfires* na Batalha da Inglaterra, voltou a voar mesmo com pernas mecânicas, após perder as suas em um acidente aéreo, tendo saltado de pára-quedas em território inimigo e sido feito prisioneiro de guerra, ocasião em que a *Luftwaffe* permitiu que fossem lançadas, sobre o *StalagLuft* 13, outro par de pernas para o prisioneiro famoso que havia danificado as suas no salto – tempo em que a caça ainda seguia as regras da cavalaria medieval...

Em outra ocasião houve, mesmo, constatação quando o jovem caçador General Walter Nowotny, uma verdadeira lenda alemã, foi morto por um novato canadense voando um *Tempest* (um P-47 inglês), não

em combate – como acontecera também na Primeira Guerra Mundial com von Richthofen –, mas quando pousava seu ME-262. O General Adolf Galland, célebre caçador alemão da Segunda Guerra Mundial, quando observava que “o avião de caça, uma fina obra de engenharia, deve ser utilizado como o bisturi do cirurgião e nunca como a faca do açougueiro” referia-se, sem dúvida, ao ataque ao solo. Os ME-109 ou os FW-190 nunca atacaram o chão.

A caça tem sido cantada em prosa e verso. Um famoso poema, o *High Flight*, de Spencer, termina dizendo que o piloto de caça, sozinho, perdido no azul profundo do céu, na prata das nuvens e no ouro do Sol voa tão alto que, se esticar a mão, tocará, inevitavelmente, a face de Deus...

Mas comemora-se, a 22 de abril, o Dia da Caça, pois que nesse dia, em 1945, o 1º Grupo de Caça na Itália fazia um *esforço máximo* em ataques no vale do Pó e realizava, embora com o efetivo reduzido pelo atrito em pessoal, que não fora repostado, além do mau tempo reinante, mais surtidas que quaisquer das unidades norte-americanas engajadas, o que lhe valeu uma *Unit Citation*.

O 1º Grupo de Caça e um outro esquadrão norte-americano do 350<sup>th</sup> *Fighter Group* foram as únicas unidades a receberem a *Unit Citation*, na frente italiana. A maioria de seus componentes recebeu a *Distinguished Flying Cross* norte-americana e muitos outros a inglesa, além de 5 Cruzes de Bravura, 13 Cruzes de Sangue e 58 Cruzes de Aviação, com variadas Palmas e Estrelas.

O nosso mais profundo respeito e a nossa homenagem àqueles que lá estiveram e portaram-se excepcionalmente bem, honrando sua Força Aérea e a nação brasileira. Houve, é fato, uma única exceção: repatriado, foi sempre proibido citar seu nome



no Grupo de Caça, como forma de repúdio coletivo.

Nos mais de dez meses de combate na Itália, o 1º Grupo de Caça teve 8 pilotos abatidos pela artilharia antiaérea inimiga, 5 mortos em combate e 2 em acidentes de voo, e 11 saltaram de pára-quadras. Entre esses últimos:

- o Primeiro-Tenente-Aviador Josino Maia de Assis, que se uniu a um coronel norte-americano e passaram cerca de 4 meses ajudando-se mutuamente a sobreviver num campo de prisioneiros de guerra, comendo três batatas por dia, até que foram recuperados pelas forças norte-americanas, tomaram banho, fizeram exames médicos, receberam uniformes novos e... foram para o rancho, onde receberam as três batatas típicas. O coronel norte-americano insurgiu-se e exigiu mais comida; após alguma discussão e diversas chaves de galão, recebeu (para inveja do Assis) um prato cheio, que devorou prontamente, para estar a torcer-se de dores três minutos depois... (aí sem a inveja do Assis);

- o Tenente Roberto Brandini, que sofreu uma cirurgia no cérebro, uma trepanação, em um hospital alemão e recebeu uma placa de metal na cabeça. Embora a cirurgia tenha sido um sucesso médico, a placa nunca mais permitiu que ele fosse à praia, pois esquentava demais ao sol;

- os tenentes Renato Goulart Pereira e Armando de Souza Coelho e o Aspirante-a-Aviador Raymundo da Costa Canário, que saltaram sobre as linhas amigas – este último, de fato, sobre as linhas da FEB – e foram prontamente recuperados;

- o Segundo-Tenente-Aviador Danilo Marques Moura, irmão do Tenente-Coronel-Aviador Nero Moura, Comandante do

Grupo, que se ocultou após o salto, fez tudo errado mas tudo deu certo, discutiu com um oficial alemão que conduzia prisioneiros de guerra, pediu cigarros a outro, abordou um italiano que cismou que era *partigiani*, roubou uma bicicleta e terminou por cruzar as linhas no Pó, numa viagem de quase um mês, tão movimentada que foi cantada em uma *ópera bufa*, conhecida e recitada até hoje por todos os pilotos de caça.

Outras histórias famosas existiram, como a das ambulâncias do então Primeiro-Tenente-Aviador Hélio Langsh Keller, filho do velho General Keller, que lhe valeu o apelido de *Keller the killer*. O Grupo, que na ocasião fazia a interdição do campo de batalha na frente de uma divisão norte-americana, havia sido acusado de maus serviços, pois a artilharia alemã continuava recebendo munição. Mas nada eles deixavam passar. Atacavam carroças, trens, caminhões etc...; só passavam as ambulâncias que evacuavam os feridos da frente. Certo dia, liderando uma esquadrilha, o Keller mergulha para atacar um comboio mas suspende o ataque, pois tratava-se das ambulâncias de evacuação, voltando para a frente para apanhar mais feridos. Durante a recuperação, ganhando novamente altura, pareceu-lhe que havia algo errado, que não se encaixava direito... Percebeu, então, que os homens que abandonavam as ambulâncias – para proteger-se nos lados da estrada – não estavam com os uniformes do pessoal de saúde mas, sim, com os da *Wermacht*. Mergulhou de novo e atacou a primeira ambulância, que explodiu levando mais três com ela, revelando afinal qual era a carga que transportavam quando de volta para a frente.

Têm-se a lamentar profundamente algumas singulares histórias: a do Tenente-Aviador Pedro de Lima Mendes, que voou



95 missões de combate sem levar um tiro sequer, para vir a vitimar-se dando instrução de caça em Santa Cruz; a do Primeiro-Tenente-Aviador John Richardson de Cordeiro e Silva, que foi atingido pela anti-aérea e morto em sua primeira surtida de combate; a do Aspirante-Aviador Frederico Gustavo dos Santos, que, na sua 44ª missão, foi abatido e morto pela explosão do depósito de munições que acabava de atacar.

O Marechal Mascarenhas de Moraes, em fevereiro de 1945, assim se expressou sobre uma instância de ação do 1º Grupo de Caça: "Aviões da FAB haviam arrasado a resistência germânica em Mazzancana, numa arrojada participação no combate terrestre e num inesquecível exemplo de união entre os expedicionários do ar e de terra."

Um relatório sazonal do 350<sup>th</sup> Fighter Group registra: "De 6 a 29 de abril de 1945, o 1º Grupo de Caça voou apenas 5% das surtidas executadas pelo XXII Comando Aéreo Tático mas, dos resultados obtidos, foi oficialmente atribuído aos brasileiros a destruição de: 15% dos veículos, 28% das pontes, 36% dos depósitos de combustível, 85% dos depósitos de munição."

Os dados falam por si mesmos...

O Tenente-Brigadeiro-do-Ar Nelson Freire Lavenère-Wanderley afirma que: "A atuação do 1º Grupo de Caça brasileiro na Itália é a página mais gloriosa da história da FAB; o brilho imorredouro dos feitos lá praticados servirá, sempre, de estímulo às futuras gerações."

Tal declaração, vinda de um historiador reconhecido, patrono da Cadeira que humildemente ocupo neste Instituto e que foi pioneiro do Correio Aéreo Nacional e voou, como voluntário, 13 missões de combate com o 1º Grupo de Caça, ganha excepcional valor.

Por tudo isso é que nós, da FAB, mesmo acusados de não atendermos às necessidades e aos reclamos que nos são feitos, sejam eles operacionais, técnicos ou administrativos, sentimo-nos, de fato, muito orgulhosos de pertencer a uma Força Aérea que ostenta uma unidade como o 1º Grupo de Caça.

*Last, but not the least*, vale lembrar, e ressaltar, que a Força Aérea Brasileira, representada por sua aviação de caça, foi a única Força Aérea sul-americana que, até hoje, empregou aeronaves de combate fora do continente sul-americano, e a única a engajar-se na Segunda Guerra Mundial.

Por isso tudo: *a la chasse*.



*As pessoas são solitárias porque constroem paredes  
ao invés de pontes.*

Joseph F. Newton

*Indague-se de tempos em tempos: "Estarei, sem o saber,  
impedindo as pessoas de se aproximarem?"*



# A Aviação Comercial Brasileira

Murillo Santos\*

*Matéria extraída do discurso de posse do autor na Cadeira nº 96, cujo patrono é o General-de-Divisão Antônio de Souza Junior,<sup>1</sup> em 20 de julho de 1999, no auditório do IGHMB, Casa Histórica de Deodoro, Rio de Janeiro-RJ.*

O que se denomina academicamente Poder Aéreo identifica-se como a capacidade de controlar o Espaço Aéreo com propósitos definidos. Esse conceito, inspirado por Douhet, o profeta do Poder Aéreo, consubstanciado em termos práticos durante a Segunda Guerra Mundial, é exaltado pelo General Hap Arnold, Comandante da Força Aérea do Exército norte-americano, ao fim daquele conflito (1945), quando afirmou que, graças ao Poder Aéreo, sintetizado pelos tripulantes, aviões, escolas de treinamento, aeródromos, plataformas de lançamento, indústria aeronáutica e aviação civil, a guerra foi vencida pelos aliados.

É afirmação de vitorioso e, evidentemente, de um apaixonado pela nova Força que em seu nascedouro já se impunha. Assim, insere-se nesse Poder Aéreo a Aviação Civil e ainda sob tal conceito é que o entendo uno em concepção e articulado em execução.

Escolhi para lhes apresentar algo sobre esse segmento civil do Poder Aéreo, em particular, a Aviação Comercial, atendendo a sugestão de um confrade e por entender que possamos estar acompanhando iniciativas do governo visando a desmembrar a até hoje centralizada administração dos assuntos aeronáuticos (desde 1941) no Ministério da Aeronáutica.

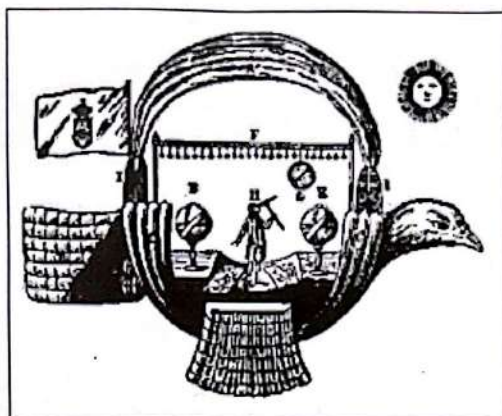
## O AVIÃO, NOVIDADE DO INÍCIO DO SÉCULO – AS PRIMEIRAS INICIATIVAS

### As Iniciativas de Nossos Patrícios

O precursor do uso do espaço aéreo no século XVIII, Padre Bartolomeu de Gusmão, com sua *Passarola*, teve o mérito de dar a partida no processo de conquista da terceira dimensão ao demonstrar, na prática, a possibilidade de ascensão do primeiro artifício aerostático. Seguiu-se a Guerra do Paraguai, palco do emprego dos balões de observação na América do Sul e referencial importante na vida de dois pioneiros brasileiros: Júlio

\* Tenente-Brigadeiro-do-Ar. Sócio efetivo do IGHMB.  
1. Síntese biográfica extraída da Saudação ao Patrono encontra-se publicada na Seção Informações.

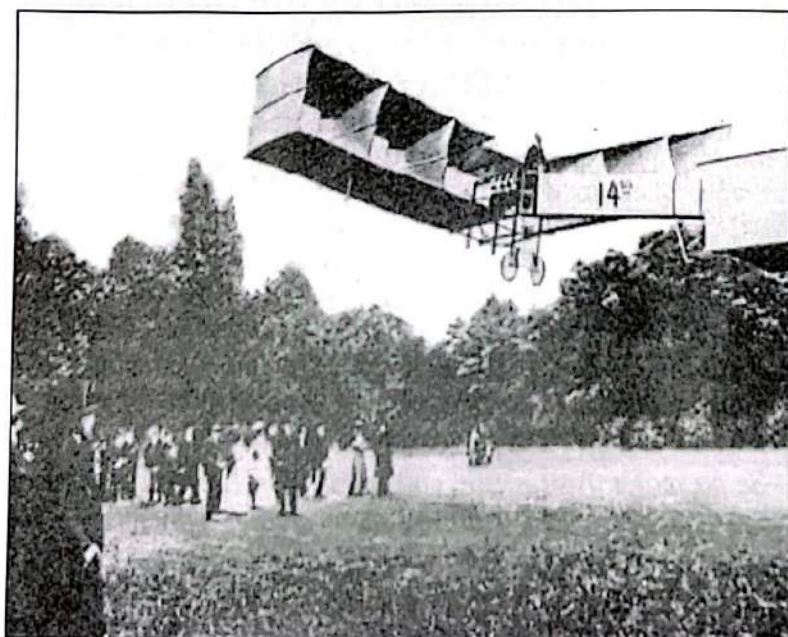




A Passarola

Cesar Ribeiro de Souza e Augusto Severo de Albuquerque Maranhão.

O primeiro participou como voluntário naquele conflito, muito antes de se interessar pela aerostação. Ambos deixaram significativa contribuição à dirigibilidade dos balões, incorporando-lhes grau de operacionalidade que certamente não possuíam. O processo culmina com os experimentos e a realidade do voo do mais pesado que o ar, em Paris (1906), com o nosso genial Alberto Santos Dumont.



O primeiro voo do 14-Bis – 12 de novembro de 1906

## A Evolução do Avião

A evolução do avião deveu-se, nos primórdios, quase que totalmente ao seu emprego militar.

Em 1908, os irmãos Wright, nos Estados Unidos, obtêm um contrato de desenvolvimento do novo engenho com o Exército norte-americano. Malgrado a experiência de Santos Dumont se tenha circunscrito ao ambiente europeu e, ainda, com sua recusa para o emprego militar do avião, o Marechal Hermes da Fonseca, quando Ministro da Guerra envia, em 1908, o Tenente Juventino Fernandes da Fonseca à França, para se especializar com o novo invento e realizar curso de navegação aérea.

Com o ascendente sucesso do avião na Europa, o seu uso torna-se moda realizando vôos panorâmicos, reides e corridas aéreas. Era uma atração esportiva, juntamente com o remo, o automobilismo e o ciclismo, os esportes radicais de então.

Em 1910, a revista *Careta* registra o que seria o primeiro voo em avião importado no Brasil – o do civil Gastão de Almeida, com um avião *Voisin*, o qual tinha formas semelhantes ao *14 Bis*, de Santos Dumont.

A grande iniciativa em prol da aviação neste País haveria de ser a criação do Aeroclube Brasileiro (hoje com o nome de Aeroclube do Brasil), idealização do redator do jornal *A Noite*, Vitorino de Oliveira, e com o decidido apoio do também jornalista Irineu Marinho.

Em 1911, é fundado, pois, o Aeroclube Brasileiro com a adesão de inúmeros entusiastas civis e militares, sendo eleito



Presidente o Almirante José Carlos de Carvalho.

As bases dos anseios brasileiros pela aviação deveram-se às seguintes razões: o desenvolvimento da aeronáutica por nossos vizinhos, tanto na América do Norte como na América do Sul, onde já se sobressaíam a Argentina e o Chile; o sucesso do emprego bélico de aviões pelos italianos, na guerra contra os turcos pela posse da Líbia; a crescente segurança dos vôos revelada pela habilidade dos pilotos que se dedicaram a exposições acrobáticas e comprovada com o sucesso do grande reide que foi a travessia do Canal da Mancha, por Bleriot, em 25 de julho de 1909; o crescimento da indústria aeronáutica e a proliferação dos cursos de pilotos, principalmente na França.

Esses fatos estimularam fortemente o uso do avião e a criação da Arma aérea, o que deixa clara a afirmativa de que o desenvolvimento do engenho aéreo recebe forte impulso por seu emprego bélico, com destinação primária diversa da concebida e desejada por seu inventor, Santos Dumont.

O Aeroclube planeja, de imediato, uma campanha para levantamento de fundos, mediante subscrição pública em todo o País, sob o lema "Dêem Asas ao Brasil", a fim de permitir a fundação de uma escola de aviação e dotar nosso Exército e nossa Marinha com aparelhos de voar os mais modernos.

Como se comprova, o direito de voar dirigia-se muito para a defesa, impressionando militares do Exército e da Marinha. Em outros países, a mesma coisa se passava. Santos Dumont devia estar acompanhando a tudo com certa tristeza.

Ao Aeroclube Brasileiro coube a primeira tentativa de sistematização ordenada da atividade aérea. O então Tenente Ricardo

Kirk, do Exército, era um entusiasta e passou a receber, penso que particularmente, as primeiras aulas de pilotagem de um aviador chamado Ernesto Dairole, em 1912, *cobrando 50 mil réis por duas lições* (um jornal, na época, custava 100 réis). Kirk voou em Santa Cruz e foi dos primeiros sócios do recém-fundado Aeroclube. Encarregando-se, também, de encontrar uma área para instrução, ele foi escolhido pelo Ministro da Guerra para receber adequada instrução de vôo. Em 27 de junho de 1912, Kirk partiu para a Europa, sabendo que o Presidente da República cedera um terreno na Fazenda dos Afonsos (hoje Campo dos Afonsos), por detrás da Vila Militar de Deodoro.

Assim, deduz-se claramente que o Campo dos Afonsos é o berço da Aviação Brasileira, inicialmente com a Escola de Aviação do Aeroclube Brasileiro e, posteriormente, com a Aviação Militar.

Nesta sua viagem, Kirk trataria também da filiação do Aeroclube à Federação Aeronáutica Internacional (FAI), com sede na França, a fim de validar os brevês que viessem a ser concedidos e reconhecidos. Era, verdadeiramente, uma medida regulamentadora da atividade aérea. A Marinha, vislumbrando suas necessidades futuras, desde aquela época já enviara à França o Tenente Jorge Henrique Möller, que se brevetara em 29 de abril de 1911, pela escola francesa de Farman. O Tenente Kirk, em 1913, regressa da França, onde se brevetara em 22 de outubro de 1912, e passa a ocupar o cargo de Diretor da Escola de Aviação do Aeroclube, tendo já encontrado a pista em construção nos Afonsos.

Interessante observarmos certas constantes entre as Forças Armadas que, no meu entender, repetem-se até hoje: o oferecimento de curso de aviação por uma firma privada –





Tenente Jorge Möller, primeiro  
aviador da Marinha



Edu Chaves, primeiro piloto  
brasileiro



Tenente Ricardo Kirk, primeiro  
aviador do Exército



Leopoldo Corrêa da Silva,  
pioneiro do Transporte Aéreo



Almirante Protógenes, Primeiro Coman-  
dante da Escola de Aviação Naval



*Gino, Bucelli e Cia* – para organizar a Escola de Aviação, mediante contrato de pagamento para o próprio investimento, sem que ela tivesse condições de suporte logístico técnico; a iniciativa da Marinha em preparar antecipadamente seu piloto (1911); e os esforços isolados entre as forças, mas, observada a iniciativa oficial do Exército, por sua importância no contexto militar.

Finalmente, em 2 de fevereiro de 1914, é inaugurada a Escola Brasileira de Aviação, tendo como instrutores o próprio Gian Felice Gino, da empresa, e um famoso aviador argentino, Ambrósio Garagiola, que era também mecânico, que dão início à formação da primeira turma, com 35 alunos do Exército e 25 da Marinha. O fiscal do Governo foi o aviador naval Tenente Jorge Henrique Möller.

Esse curso foi interrompido em junho, por variadas razões técnicas, e fechadas a Escola e as instalações doadas ao Aeroclube.

Tal fato marcou um início melancólico para a incipiente atividade.

## Outras Iniciativas Dignas de Registro

São dignas de registro outras iniciativas de criação de Escola de Aviação, naqueles primeiros anos.

Nas eleições para o período 1910-1914, o candidato civil Rui Barbosa prega uma doutrina civilista, reivindicação para os civis das responsabilidades públicas para os quais estão capacitados por sua própria formação. Imaginava ele que o exercício do Governo deveria estar sempre em mãos não-militares, como hoje desejam também. O General Hermes da Fonseca foi eleito, e decretou intervenção em vários estados, o que lhe trouxe acirrada oposição.

Rodrigues Alves,<sup>2</sup> presidente do Estado de São Paulo, resolve, em 1913, criar a Escola de Aviação com o fim de preparar aviadores militares na Força Pública, permanentemente instruídos para constituir uma seção de aviação. Foi convidado o aviador Edu Chaves para iniciar a instrução de 43 candidatos militares – oficiais e sargentos – e alguns civis. A escola funcionou poucos meses, pois os problemas eram os mesmos da Escola Brasileira de Aviação, ou seja, falta de infra-estrutura, de mão-de-obra qualificada, de mecânica especializada e o suprimento de peças importadas.

Liberado da Escola, Edu Chaves volta a seus vôos particulares. Atribui-se a ele o primeiro vôo postal, voando com Roland Garros (piloto francês), levando de Santos a São Paulo uma carta da firma de café Antunes dos Santos endereçada a George Corbusier.

Em 5 de julho de 1914, após quatro horas e meia de vôo, Edu Chaves realiza um reide São Paulo–Rio (Campo dos Afonsos). Chegando a meio de uma festa aviatória no Aeroclube com grande sucesso, para terror dos tradicionais, apresentou-se sem gravata à frente do Presidente da República, General Hermes da Fonseca. Teria sido ele, assim, o precursor da Ponte Aérea São Paulo–Rio–São Paulo.

Outra iniciativa pioneira refere-se à Escola de Aviação Naval. O interesse da Marinha já se fazia sentir desde que ela formou o primeiro aviador militar, Jorge Henrique Möller, em 29 de abril de 1911. Brevetado na Força sob o nº 486, foi ele fiscal

2. Já era São Paulo imaginando ser um estado independente! Edu Chaves foi o primeiro aviador civil brasileiro brevetado, em 28 de julho de 1911, em Etampes, França.



do Governo brasileiro na Escola de Aviação Brasileira.

Quando o Exército abriu seu primeiro curso na Escola de Aviação Brasileira, a Marinha matriculou seis militares.

Em 22 de agosto de 1914, um aviso ministerial estabeleceu a organização de uma escola de submersíveis e de aviação, não se tendo notícias de providências efetivas, em função das dificuldades financeiras do governo Hermes da Fonseca.

No governo Wenceslau Braz, em 1916, foi expedido novo decreto para criar as escolas de aviação e submersíveis *sem aumento de despesas*. O Capitão-de-Corveta Protógenes Guimarães foi seu primeiro Comandante. Adquiriu três hidroaviões de 90HP (aerobotes) e material de suprimento. Sem verba, lançando mão de economias de rancho, a compra foi denominada *verba do feijão*. Supõe-se que já era o ambicionado e invejado Fundo Naval funcionando.

Em fins de 1916, a 1ª Turma de Aviadores Navais – Primeiro-Tenente Antônio Augusto Schort, Primeiro-Tenente Raul F. de Vianna Bandeira, Segundo-Tenente Victor de Carvalho e Silva e Segundo-Tenente Virginius Britto de Lamare – foi brevetada. Em 2 de abril de 1917, por ocasião da entrega dos brevês, o Presidente da República Wenceslau Braz voou pela primeira vez em um avião militar com o Tenente Schort, o primeiro instrutor militar de vôo.

Outros cursos aconteceram em 1917. Neles matricularam-se oficiais do Exército, além de um civil, S. J. d'Alvear.

A Escola de Aviação Militar (do Exército) só foi fundada, oficialmente, em 10 de julho de 1919, no Campo dos Afonsos. Em 22 de janeiro de 1920, nela graduou-se a primeira turma de oficiais pilotos aviadores.

## CONCEITOS – AVIAÇÃO CIVIL / COMERCIAL

A capacidade de controlar o espaço aéreo com os propósitos de combater, controlar o tráfego, vigiar, defender, transitar etc., definidores do Poder Aéreo, corresponde, na realidade, à pressuposição da existência dos seguintes elementos: desenvolvimento tecnológico de veículos aéreos e espaciais, bem como de toda infra-estrutura decorrente; recursos humanos que os dirijam, operem e sobre eles pensem e raciocinem; e idéias, conceitos e doutrinas que descrevam o que o Poder Aéreo pode e deve fazer. Esse trio de componentes é fundamental e interagente, não havendo como se alterar qualquer deles sem que se acomode o ajuste dos outros.

Deixando de lado, nesse contexto, qualquer aspecto de emprego militar temos que introduzir um novo conceito no componente do Poder Aéreo com vistas à aviação comercial. Homem + Máquina + Espaço Aéreo + Infra-estrutura serão os ingredientes fundamentais para o emprego da aviação comercialmente.

Foi vislumbrando toda essa potencialidade do avião que Alberto Santos Dumont proferiu, no II Congresso Científico Pan-Americano, em Washington, uma conferência sobre o tema “Como o aeroplano pode facilitar as relações entre as Américas”, a qual causou grande repercussão nos meios aeronáuticos.

Na Aviação Civil, a atividade aérea básica, atividade-fim, é o transporte, que pode ser *público*, prestando serviço a usuários generalizados; *privado*, quando serve exclusivamente ao proprietário da aeronave; *administrativo*, ao ser realizado por aeronaves de entidades de direito público interno; e de *recreio* ou *desporto*, cujo vôo se destina ao



lazer. Nos casos em que o avião existe para facilitar outra atividade, ou a ela prestar auxílio, como na fotografia aérea, na proteção à agricultura, investigações sobre o mar ou só instrução de vôo, a atividade aérea é atividade-meio.

Nos seus primórdios, a aviação era somente o binômio homem-máquina. Seu desenvolvimento, sobretudo na aviação civil comercial, demandou outras exigências: controle e homologação de aeronaves, seus componentes e manutenção; registro; controle dos serviços permitidos e concedidos; orientação e controle de instalações e de operações de aeródromos e tráfego aéreo.

### O Início do Controle e Alguma Regulamentação

Passando da fase desportiva e de arrojados vôos de aprendizes autodidatas passou-se a cogitar, com a criação do Aeroclube Brasileiro, de uma instrução de vôo mais técnica.

Desde 1906 e até 1919, o trato dos assuntos ligados à Aeronáutica estavam cabendo ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com os encargos de concessões de subvenções ao Aeroclube e de permissões para exploração do tráfego aéreo comercial, o que era feito através da Inspetoria Federal de Navegação, a qual assumia a superintendência da navegação aérea que incluía, além dos encargos já citados, a indústria de construção de aviões, segurança dos vôos e conforto dos passageiros. Até 1925, quase nada foi feito; mas, a partir daquele ano, com a chegada dos primeiros aviões ao Brasil, constatou-se seu despreparo.

Em 1928, o Ministro da Viação, Victor Konder, criou a Comissão Nacional de Nave-

gação Aérea, subordinando-a diretamente a seu gabinete. Iniciava-se uma nova era, com essa comissão funcionando até o advento do Departamento de Aeronáutica Civil, em 1931.

Esses princípios normativos, que se iniciaram em 1919, tiveram por base a Convenção Internacional para a Regulamentação da Navegação Aérea, realizada em Paris.

Outras conferências, nesse período, foram realizadas em Madri, 1926; Convenção Ibero-Americana, em Havana, 1928; e novamente em Paris, 1929, para alterar o texto da de 1919.

Apesar de ter assinado todos esses atos, nosso País não ratificou nenhum deles. Explica-se: o Governo não desejava assumir compromissos internacionais que pudessem cercear a liberdade de ação no campo da aviação civil, cujas perspectivas e potencialidades (em todo o mundo) ainda se encontravam mal definidas.

Essas conferências serviram de base para os diversos Códigos Aeronáuticos que permitiram o desenvolvimento da Aeronáutica Civil.

Consequência dessas ações, surgiu, em 1925, o Regulamento para os Serviços Cíveis de Navegação Aérea, do qual se transcreve o Art. 95:

*O Governo reorganizará a Inspetoria Federal de Navegação, de modo a torná-la apta para desempenhar todas as funções previstas neste Regulamento, podendo requisitar, para nela servirem em comissão, oficiais aviadores do Exército e da Marinha e funcionários civis de certos Ministérios, tendo em vista estabelecer a ligação da mesma Inspetoria com os demais departamentos da administração pública que tenham interferência na navegação aérea,*



*no interesse de orientar e facilitar a execução e fiscalização do referido serviço.*

Tal regulamento é considerado o marco inicial que disciplinou as atividades da Aeronáutica Civil no Brasil.

Foi com base nele que se elaborou, em 1928, um plano de desenvolvimento da rede aérea nacional, para exploração das seguintes linhas, mediante concorrência pública: Rio-Acre (BH, GO, CY, KC, MS, RB, SM, CZ); Rio-SL (Via Rio São Francisco); Barra-Rio Grande (Litoral); GO-MN (PN-S. J. Araguaia-BE); CY-CR (Via Porto Esperança); RJ-SP-UG (pelo interior do Paraná) e SP-CR (pelo interior de SP e MS) – *bandeirantes do século do aço*.

Observou-se que tal plano tinha como meta a penetração e interligação dos principais pontos do território nacional; porém, carecia da implantação de uma infraestrutura ainda não existente.

Foi uma tentativa de integração, visto que a aviação concentrou-se no litoral – aliás, como nossa própria colonização –, principalmente com hidroaviões, face a inúmeros pontos de pouso em baías, estuários, enseadas etc.

À época, os meios de transporte de superfície deixavam muito a desejar, enquanto as ferrovias limitavam-se aos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com algumas ligações até o Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás e Espírito Santo. No Nordeste, as poucas ferrovias existentes serviam apenas a pequenas áreas. A rede hidroviária possuía uma frota inexpressiva, limitada às bacias do Amazonas, São Francisco e Prata, sem qualquer ligação entre elas, e a rede rodoviária era absolutamente inexpressiva.

## Tentativas Individuais do Transporte Aéreo Comercial

Vale a pena o registro histórico das tentativas de uso de meios aéreos comercialmente:

- 1890 – Leopoldo Corrêa da Silva – sociedade particular de navegação – uso de balões do inventor – ações no valor de 100\$000 (cem mil réis) – iniciativa sem qualquer ratificação oficial;

- 1912 – Nelson Guillobel – exploração com aviões na região amazônica. Fez uma petição ao Congresso Nacional e propôs: transportar passageiros e carga entre Manaus e o Acre; construir os campos de pouso; transportar malas do correio; manter escola prática de pilotos, para onde o Ministério da Guerra poderia enviar alunos; manter a frota em bom estado. Pediu o privilégio por dez anos, além do contrato exclusivo da mala postal e uma subvenção para o curso de pilotos e qualquer serviço de interesse do Ministério da Guerra. O despacho do Congresso foi: “Não merece ser levado em consideração.” Vinte anos depois, o transporte aéreo chegou à Amazônia, precisamente com o apoio financeiro da União, para atendimento das mesmas necessidades. Durante a Primeira Guerra Mundial o desenvolvimento foi estagnado.

- 1918, 23 de outubro – a primeira permissão foi concedida pelo Governo aos engenheiros João Teixeira Soares e Antônio Rossi, a qual era assim expressa: “Para si ou empresa que organizassem, montassem, e custeassem, sem privilégio ou monopólio de espécie alguma, o serviço de viação e transporte por meio de aeroplanos, ligando entre si as principais cidades do Brasil.”

- No ano seguinte foram dadas outras cinco permissões, até 1919, quando terminou o ciclo de tentativas. Nenhuma delas teve



sucesso. Somente oito anos depois surgiria a primeira empresa constituída no país.

### As Primeiras Concessões

- Em fins de 1926, chegou ao Rio de Janeiro, vindo de Berlim, o hidroavião *Atlântico*, da *Condor Syndicat*, trazendo o ex-chanceler alemão Dr. Haus Serther. Essa empresa especializava-se em vender material aeronáutico alemão a empresas aéreas já constituídas ou a se constituir nas Américas do Sul e Central. Desse plano original foi fundado o Sindicato Condor Ltda., transformado posteriormente em Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S.A.

Com a mudança do governo alemão, alterou-se a política aeronáutica germânica e surgiu, então, uma única companhia de aviação – a *Lufthansa*.

Em 1927, a *Condor Syndicat* obteve autorização para, em caráter excepcional e temporário, e pelo prazo de um ano, realizar experiências de tráfego aéreo por meio de hidroaviões entre o Rio de Janeiro e a cidade do Rio Grande, com escalas em Santos, São Francisco e Florianópolis, e entre as cidades do Rio Grande e Santa Vitória do Palmar. Posteriormente, ela explorou a linha entre Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, na Lagoa dos Patos. Essa exploração durou até 1927, quando tal serviço foi entregue à Varig.

De 15 de junho de 1927 a 31 de dezembro de 1927, a Varig realizou 109 vôos nas linhas de Lagoa dos Patos, Tapes, Florianópolis, Santos e Rio; foram transportados 668 passageiros, além de 210 mil quilos de carga e 147 mil quilos de correspondência postal.





- Também em 1927, é concedida a autorização especial à *Latecoere*, por prazo não superior a um ano, para estabelecer, a título precário e de experiência, o tráfego aéreo sobre o território nacional entre Fernando de Noronha, Recife, com escalas em Maceió, Salvador, Caravelas, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Florianópolis, Porto Alegre, Pelotas e Santa Vitória de Palmar.

- Posteriormente, a Condor constituiu uma empresa nacional, sob a denominação de Sindicato Condor Ltda., o qual absorveu todo o seu acervo.

Em janeiro de 1928, começou a exploração de uma linha aérea entre o Rio de Janeiro e Porto Alegre usando hidroaviões. Posteriormente, ainda com hidroaviões, foi a Natal e, mais tarde, estabeleceram-se linhas para Cuiabá e Corumbá.

- Em 1930, a Nyrba do Brasil S.A., empresa nacional, iniciou a exploração da linha Belém–Porto Alegre pela costa, prolongando-se até Buenos Aires. Também empregava hidroaviões (*Consolidated Comodore* e *Sikorsky* – S385). A Nyrba transformou-se em Panair do Brasil.

- Em 1933, foi fundada a Aerolloyd Iguassu S.A., para vôos entre São Paulo e Curitiba e, após, Florianópolis, subvencionada por lei, e cujo acervo foi, mais tarde, transferido para a Vasp.

- Em 1936, foi organizada em São Paulo a Vasp, já com capital nacional e com aviões voando entre São Paulo, Uberaba e Ribeirão Preto, prolongando-se, após, até Goiânia.

- Em 1942, a partir do Sindicato Condor, foi fundada a Cruzeiro do Sul.



## O DESENVOLVIMENTO DO TRANSPORTE AÉREO

Resumindo, o transporte aéreo, como atividade empresarial, teve seu início em junho de 1927, quando foi realizado o primeiro vôo da recém-fundada Varig, cuja primeira linha ligava Porto Alegre às cidades de Pelotas e Rio Grande. No final desse mesmo ano, duas outras empresas também se estabeleceram no País: a Sindicato Condor e a Aeropostale. Em 1931, foi fundada a Panair do Brasil, em 1933, a Vasp e, em 1942, a Cruzeiro do Sul. A partir daí, diversas outras empresas se formaram, principalmente após o final da Segunda Guerra Mundial, estimuladas pela popularidade e aceitação



desse novo tipo de transporte e pela disponibilidade de um número muito grande de aeronaves excedentes de guerra no mercado norte-americano, colocadas à venda por preços muito reduzidos.

No período compreendido, aproximadamente, entre os anos de 1945 e 1955, cerca de vinte novas empresas foram criadas; mas, tão rápido quanto surgiram, muitas delas desapareceram, de forma que, desse total, apenas seis restavam, no ano de 1965. O motivo do desaparecimento de tantas empresas foi o excesso de oferta, a qual ultrapassou, em muito, a demanda do reduzido mercado da época, o qual se concentrava no litoral. Esse processo de ajuste natural da oferta à realidade da demanda se deu por meio de diversas falências e fusões, e foi-se atenuando à medida que o ponto de equilíbrio foi sendo alcançado. Como consequência, em 1975, apenas quatro empresas permaneciam em operação no País. Nesse mesmo ano, no entanto, foi instituído o Sistema de Transporte Aéreo Regional (SITAR), que resultou na criação de cinco novas empresas menores denominadas empresas regionais de transporte aéreo. Eram elas a Nordeste, a Rio-Sul, a Taba, a Votec e a Tam, as quais deveriam operar exclusivamente no território nacional, na região onde estavam sediadas. Somadas às quatro remanescentes, nove empresas encontravam-se, então, em operação, no ano de 1976. A partir daí, diversos fatores combinados possibilitaram um desenvolvimento acelerado do transporte aéreo no País, que hoje se torna visível pelo crescimento econômico e operacional das nossas empresas e pelo aumento do seu número que, na atualidade, totaliza 41. Esses fatores foram, principalmente, o acentuado desenvolvimento econômico do País, o desenvolvimento tecnológico da aviação, e o da infra-

estrutura aeronáutica. Todos juntos, possibilitaram o estabelecimento do atual nível do sistema de transporte aéreo brasileiro, que se nivela aos existentes nos países mais desenvolvidos.

De fato, esse sistema incorpora uma frota moderna, abundante e segura, suportada por uma infra-estrutura de idêntica qualidade. O estágio de desenvolvimento do transporte aéreo de um país é, normalmente, medido pelo volume do serviço oferecido, que está, de certa forma, relacionado com o tamanho da frota, e pelo nível de segurança, o qual está correlacionado com a qualidade da frota, com os padrões de sua operação e com a qualidade da infra-estrutura aeronáutica de apoio.

Com respeito ao volume do serviço e ao tamanho da frota, vale notar que, no Hemisfério Sul, apenas a Austrália se nivela com o Brasil. No que tange à segurança, o Brasil detém um dos melhores índices da aviação mundial, conforme dados fornecidos pela organização americana *Flight Safety Foundation*. O índice atualmente consagrado para a medida da segurança na aviação civil é o número de acidentes por milhão de decolagens. Nos EUA e Canadá, esse índice é de 0,5 acidente por milhão de decolagem; no Japão, 0,6; na Europa Ocidental, 0,7; na China, 2,6; na Europa Oriental, 4,8; na América do Sul, 5,7; e na África, 13,0. No Brasil, esse índice é de 1,6.

## A PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO

No Brasil, o serviço de transporte aéreo é realizado, conjuntamente, pela iniciativa privada e pelo governo. O setor privado dedica-se à exploração comercial do



transporte, mediante o regime de concessão, cabendo-lhe organizar-se em empresas e assumir os ônus e os lucros do negócio. Em alguns outros países, no entanto, até recentemente, as principais empresas eram de propriedade do Estado, e algumas continuam sendo, como, por exemplo, a Air France, a Alitalia, a Ibéria, a Air Portugal, a SAS etc.

Além dessas, diversas outras empresas que hoje são de propriedade privada, até recentemente eram estatais, como a British Airways, a Lufthansa, a KLM, a Aerolineas, a Lloyd Aéreo Boliviano, a Pluna etc. E algumas outras, ainda, seguida a tendência mundial, encontram-se, atualmente, em processo de privatização. No Brasil, a política adotada pelo governo foi sempre de deixar com o setor privado a exploração comercial do serviço.

Apesar do elevado montante de recursos financeiros movimentados, o negócio do transporte aéreo tem demonstrado ser uma atividade empresarial arriscada, em que o insucesso não é anormal. Além das dificuldades inerentes a qualquer outro grupo de negócio, como as decorrentes da competição, da retração do mercado, do excesso de impostos etc., esse negócio enfrenta, ainda, as dificuldades impostas pelo alto custo dos investimentos necessários à sua exploração e, também, pelo elevado custo operacional próprio da atividade. Quanto aos investimentos, para se avaliar o seu montante basta considerar o custo dos aviões utilizados pelas empresas, que pode alcançar os duzentos milhões de dólares por unidade. Quanto ao custo operacional, ele se torna elevado pelo nível dos salários pagos ao pessoal especializado e pelos gastos com a manutenção da frota, que é realizada com pessoal e material dispendiosos, sobretudo devido às importações.

Essas são as razões pelas quais o transporte aéreo torna-se, em geral, mais caro, valendo notar, no entanto, que a partir do início do ano em curso uma nova condição foi estabelecida para a exploração do serviço, que modificou os padrões da concorrência entre as empresas, forçando uma redução significativa nos preços das passagens aéreas. Anteriormente, com muita frequência, encontrava-se, na mídia, críticas ao preço das passagens no Brasil em comparação com o preço praticado em outros países, em particular nos EUA. No entanto, vale a pena observar que as afirmações desse tipo, embora algumas vezes veementes, não correspondiam à exata realidade dos fatos. A rigor, as tarifas básicas, também chamadas plenas, eram praticamente iguais, e em alguns casos, no Brasil, eram mais baixas. A diferença é que, nos EUA, a maioria das empresas oferecia uma razoável variedade de tarifas promocionais que resultam em preços mais acessíveis. Obviamente, as passagens vendidas nessas condições impunham diversas restrições para seu uso. Atualmente, no Brasil, quase todas as empresas já estão oferecendo, também, passagens por preços promocionais que, em alguns casos, são bem inferiores aos disponíveis nos EUA, para trechos com distâncias equivalentes.

É importante ressaltar que o preço das passagens depende, sobretudo, dos custos das empresas aéreas e que, no Brasil, os custos são bem mais elevados do que nos EUA, onde, entre outras coisas, o combustível custa a metade do preço, os financiamentos são menos onerosos, e as peças de reposição estão disponíveis de imediato, dispensando a necessidade de formação de estoques. Por essa razão, reduzindo o preço das suas passagens nos vôos internacionais aos níveis praticados nos EUA, com o atual



mercado aberto, as empresas nacionais, de modo geral, estão enfrentando algumas dificuldades financeiras e criando uma forte expectativa quanto ao seu futuro.

## A PARTICIPAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

Na prestação do serviço de transporte aéreo, compete ao setor público a sua regulamentação e o seu controle e, ainda, o planejamento, a implantação e a manutenção de toda a infra-estrutura aeronáutica de apoio. Em 1941, o Ministério da Aeronáutica, ao ser criado, foi incumbido de administrar todas as atividades da aviação civil do País, e também de organizar e operar a Força Aérea Brasileira que, em muito curto prazo, já era empregada em combate. Para administrar a aviação civil, o Ministério criou em sua estrutura uma Agência própria, o Departamento de Aviação Civil (DAC) que, desde então, vem exercendo o seu controle sobre vários setores desse conjunto diversificado de atividades aeronáuticas. Dentre elas, o transporte aéreo comercial talvez seja a mais importante, mas não há como omitir o setor da aviação de proteção à lavoura, de aerofotogrametria, de prospeção de recursos minerais, de apoio à exploração de petróleo, de socorro médico, de aerodesporto, de treinamento e formação de pilotos, de transporte privado etc., além do transporte aéreo comercial de menor monta, realizado pelas empresas de táxi aéreo. Essas atividades, típicas de aviação, não esgotam a lista das atividades aeronáuticas, que incluem, ainda, as oficinas de manutenção, a indústria de produtos aeronáuticos, as escolas de aviação etc. O DAC tem obtido êxito na administração de todas essas atividades.

Excluídos os duzentos grandes jatos e mais algumas dezenas de aviões de transporte comercial de menor tamanho, a quase totalidade da frota de 10.369 em operação é composta de aviões de pequeno porte, constituindo a chamada aviação geral, como é conhecida no jargão aeronáutico. Essa aviação geral, no Brasil, é a segunda mais numerosa do mundo, sendo superada apenas pela dos EUA. Muito significativo, também, é o número de pilotos, que chega ao total aproximado de 36.600. Ao DAC compete estabelecer as normas para o funcionamento de todo esse conjunto, seja no que diz respeito à qualidade da manutenção das aeronaves, seja na capacitação técnica dos tripulantes. Quando se trata de aviação, a segurança se torna um requisito crítico, pois o impacto emocional causado por um acidente aéreo é sempre maior que o provocado por acidentes em qualquer outra modalidade de transporte. Os acidentes aéreos, em geral, impressionam muito mais às pessoas do que os outros tipos de acidente. O número de acidentes foi reduzido de 259, em 1986, para 77, em 1997, sendo importante notar que essa redução foi obtida, mesmo com o aumento de mais de 40% da frota ocorrido no período. É importante ressaltar que a quase totalidade desses acidentes ocorreu com aeronaves da aviação geral.

O programa de prevenção de acidentes e de segurança da aviação civil estabelecido pelo DAC incorpora diversas medidas, entre as quais se destacam as auditorias realizadas nas empresas para fiscalizar o cumprimento dos procedimentos de manutenção e dos programas de capacitação do pessoal de voo e, ainda, medidas voltadas para a conscientização dos profissionais de aviação, mediante a realização de cursos e seminários sobre segurança da aviação civil, realizados por todo o País.



Outra responsabilidade muito grande, atribuída ao Ministério da Aeronáutica, é a implantação, a manutenção e a operação de toda a infra-estrutura de apoio à aviação. Essa infra-estrutura incorpora toda a rede aeroportuária e toda a rede de suporte à navegação aérea. Em relação à primeira, o Ministério da Aeronáutica, no início da década de 1970, considerando o estado de limitações em que se encontrava a rede de aeroportos e o gigantismo do trabalho a ser realizado, optou por organizar uma empresa pública para administrar os aeroportos mais importantes do País. Naquela ocasião, já se encontrava em plena atividade uma comissão designada para coordenar a construção do primeiro aeroporto de padrão internacional do Brasil, que era o Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. Essa comissão tornou-se um nú-

cleo a partir do qual foi constituída, em 1972, a empresa idealizada, que foi denominada Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária ou, simplesmente, INFRAERO.

Atualmente, 26 anos após a criação da empresa, o país encontra-se dotado de uma rede que incorpora oito aeroportos de padrão internacional, em pleno funcionamento, e, pelo menos, mais quatro que, em breve, deverão estar, também, em operação. Os oito primeiros aeroportos referidos são os de Manaus, São Luiz, Fortaleza, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba; os outros quatro são os de Belém, Recife, Salvador e Porto Alegre. Com esses resultados, a infra-estrutura aeroportuária brasileira projetou-se muito além da existente no restante da América Latina, onde alguns



INFRAERO

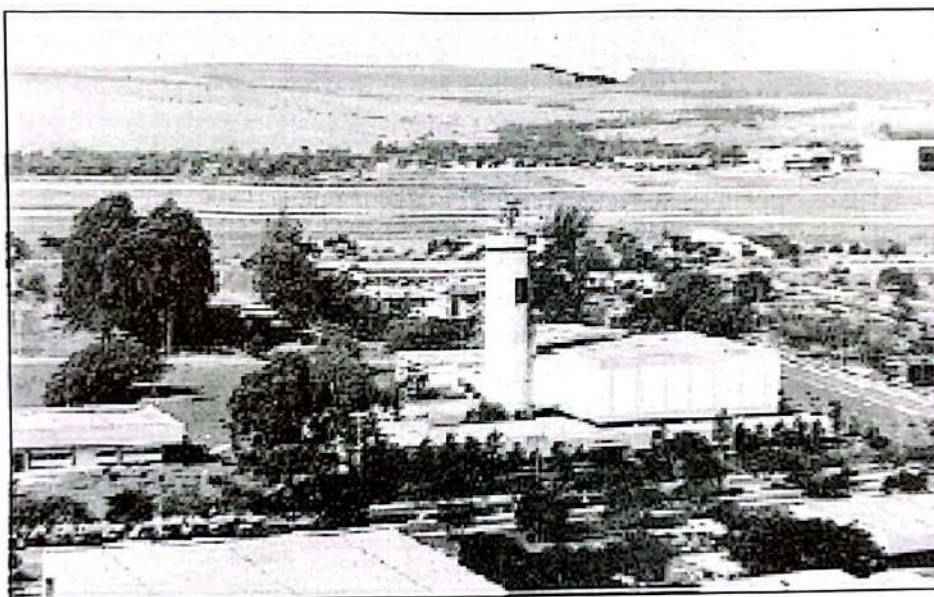




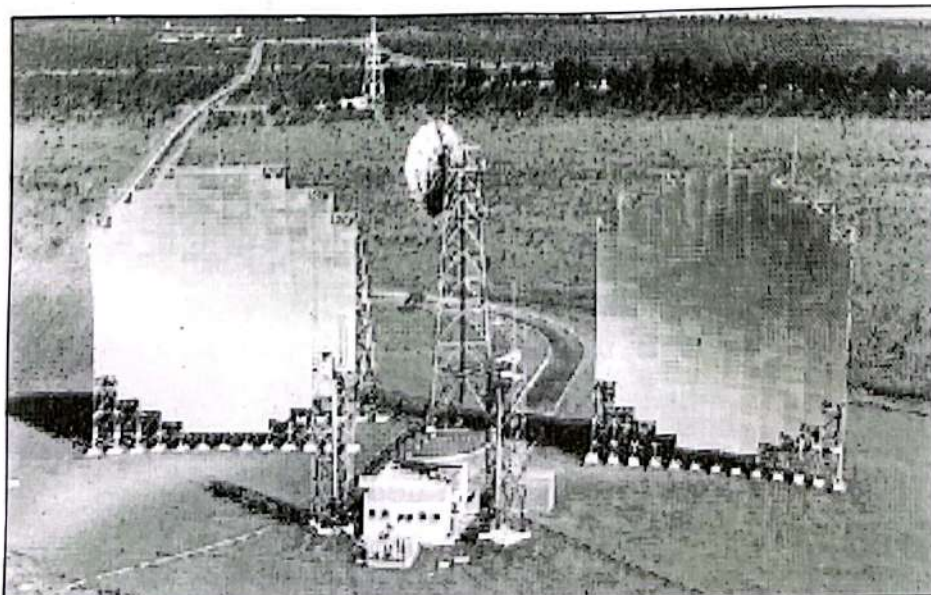
países dispõem de somente um aeroporto nesses padrões, e onde, todos eles somados, não alcançam a metade dos existentes no Brasil. Convém ainda ressaltar que além desses aeroportos, que são mais sofisticados, existem outros que são também importantes e que deverão, no futuro, ser modernizados. É importante mencionar a rede de cerca de mil e duzentos aeródromos privados, que se encontram espalhados pelo território nacional e que também estão sob o controle do Ministério da Aeronáutica.

Com relação ao controle do espaço aéreo e à infra-estrutura de apoio à navegação aérea, identicamente, um sistema muito moderno foi implementado no país, que incorpora uma rede de estações de radio-navegação, para balizar as rotas dos aviões e possibilitar a sua navegação e a aproximação de precisão e de não precisão e o pouso; uma rede de radares, para permitir o controle radar do tráfego aéreo em rota e nas áreas terminais; uma rede de telecomunicações do serviço móvel aeronáutico, para

permitir o contato rádio entre os aviões e os centros de controle; e uma de telecomunicações do serviço fixo aeronáutico, para transmissão dos dados e comunicações entre os diversos órgãos operacionais do controle do espaço aéreo e outros do Sistema de Proteção ao Voo e do Sistema de Aviação Civil; e, finalmente, uma rede de estações meteorológicas. Esse sistema, que teve sua implementação iniciada em 1967, vem sendo ampliado a partir de 1976, com a implantação do CINDACTA I – Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – e, após 1986, com a implantação dos CINDACTA II e III e a modernização



CINDACTA





do CINDACTA I, de forma a abranger grande parte do território nacional. O projeto SIVAM, também gerenciado pelo Ministério da Aeronáutica, deverá contribuir substancialmente para o controle do espaço aéreo na região amazônica.

## A POLÍTICA DE TRANSPORTE AÉREO

A política adotada pelo Governo brasileiro para esse setor da economia desde antes da criação do Ministério da Aeronáutica tem sido, claramente, a de apoiar e promover o desenvolvimento da nossa indústria de transporte aéreo. Excluindo o caso das empresas estrangeiras *Condor Syndikat*, alemã, e *Aeropostale*, francesa, que em 1927 obtiveram autorização provisória para explorar o transporte de cabotagem no Brasil, nenhuma outra, em qualquer ocasião, obteve autorização idêntica. O mercado doméstico de transporte aéreo esteve sempre reservado às empresas nacionais.

O Ministério da Aeronáutica, desde que assumiu a administração da aviação civil, manteve essa política para o transporte doméstico e buscou fortalecer a posição das nossas empresas no mercado internacional.

Quanto à ação reguladora exercida pelo Ministério da Aeronáutica sobre o transporte aéreo, pode-se identificar, com bastante clareza, três fases distintas.

### 1ª Fase

A primeira delas estendeu-se pelas décadas de 1940 e 1950, chegando ao início da década de 1960. Foi uma fase de total liberdade na disputa pelo mercado, caracterizada pelo surgimento de um número muito grande de novas empresas, em consequência dos estímulos já citados anteriormente. Nessa

fase, houve um crescimento desordenado do transporte aéreo que não pôde ser mantido e acarretou o desaparecimento de muitas das empresas que se haviam formado.

Na década de 1960, a aviação comercial brasileira alcançava uma crise econômica de graves proporções, causada por diversos fatores, como: a baixa rentabilidade do transporte aéreo provocada pela concorrência excessiva; a necessidade de novos investimentos e aviões mais modernos para a renovação da frota, visando à substituição das aeronaves do pós-guerra, de manutenção difícil, e cuja baixa disponibilidade prejudicava a regularidade do serviço; e, ainda, as alterações na política econômica do país, que retirou das empresas aéreas o benefício do uso do dólar preferencial para as importações etc.

Para escapar da crise e sobreviver, as empresas aéreas, juntamente com o governo, reuniram-se para estudar uma mudança na política então reinante, de forma a garantir a continuidade dos serviços de transporte aéreo, mesmo que, caso necessário, o número de empresas tivesse de ser reduzido e o governo tivesse que exercer um controle mais rígido sobre elas. Três dessas reuniões, denominadas Conferências Nacionais de Aviação Comercial (CONAC), foram realizadas na década de 1960. As deliberações, conclusões e recomendações a que se chegaram nessas conferências conduziram a uma política de estímulo à fusão e associação de empresas, com o fim de reduzir o seu número a um máximo de duas empresas na exploração do transporte internacional e três no transporte doméstico. Iniciava-se o regime de competição controlada, em que o governo passou a intervir pesadamente nas decisões administrativas das empresas, seja na escolha das linhas, no reequipamento



da frota, no estabelecimento do valor das passagens etc.

### 2ª Fase

Iniciou-se assim a segunda fase da evolução da política governamental para o setor da aviação civil, que se estendeu até a década de 1980. Durante essa fase, foram adquiridos os primeiros aviões turbo-hélice e jatos da aviação civil brasileira.

Com a introdução de aeronaves mais modernas e de maior porte, as empresas viram-se forçadas a modificar a sua rede de linhas, optando por servir apenas às cidades de maior expressão econômica, cujo mercado viabilizasse a prestação do serviço com o uso de aeronaves desse tipo. As pequenas cidades do interior, dotadas normalmente de um aeroporto precariamente equipado, cuja pista, em geral, não era pavimentada, e que no passado eram servidas por aeronaves de pequeno porte, passaram, simplesmente, a não mais dispor do serviço. Assim é que, de um total de 335 cidades servidas por linhas aéreas em 1958, somente 92 continuavam a dispor do serviço em 1975.

Atento ao problema, o Ministério da Aeronáutica decidiu criar uma nova modalidade de empresas aéreas, denominadas empresas regionais, para atender às cidades do interior, dentro do conceito do novo Sistema de Transporte Aéreo Regional.

No entanto, de conformidade com a política em vigor – de competição controlada –, umas poucas empresas foram criadas, devendo cada uma delas operar dentro de uma determinada região, da seguinte forma: TABA – estados da Amazônia, parte oeste do Pará e norte do Mato Grosso; VOTEC – estados do Tocantins e Goiás, Distrito Federal e parte do Pará, Minas Gerais e Mato Grosso; Nordeste – estados do Nordeste, parte do Maranhão, Espírito Santo e grande parte de

Minas Gerais; Rio-Sul – estados do Sul, Rio de Janeiro, parte do Espírito Santo e faixa litorânea de São Paulo; e TAM – Mato Grosso do Sul, parte de Mato Grosso e São Paulo.

O novo sistema de transporte regional teve como objetivo, também, viabilizar a utilização em maior escala do avião *Bandeirante*, lançado quatro anos antes pela Embraer e que estava tendo grande aceitação para uso na aviação regional nos Estados Unidos.

Ao longo da década de 1980, especialmente no seu final, uma nova ordem política, econômica e social começou a se instalar, de maneira global, em quase todos os países do mundo. A marca mais importante da implantação dessa nova ordem foi, provavelmente, a derrubada do Muro de Berlim, em novembro de 1989, iniciando o esfacelamento da antiga União Soviética.

### 3ª Fase

Essas mudanças filosóficas, marcadas pela predominância do pensamento liberal, levaram os governos, de maneira geral, a reduzirem o controle sobre a economia dos seus respectivos países, permitindo que a mesma fosse conduzida pelas livres forças do mercado.

Também no Brasil, mudanças começaram a ser introduzidas sob a influência daquele pensamento. O Governo, gradualmente, passou a abandonar o regime de indexação da economia e de fixação de preços. Em harmonia com essa nova política econômica do Governo, o Ministério da Aeronáutica, por intermédio do DAC, definiu-se, a partir de 1989, por uma política de flexibilização tarifária. Com base nessa política, abandonou o regime de fixação do preço das passagens aéreas, substituindo-o pelo estabelecimento de uma faixa de variação do preço em



torno de um valor fixado pelo DAC, correspondente à tarifa básica. Foi o início da terceira fase da evolução da política para o transporte aéreo.

Buscando aprimorar essa política e torná-la ainda mais consentânea com a do Governo Federal, o Ministério da Aeronáutica fez realizar, em novembro de 1991, a V Conferência Nacional de Aviação Comercial (V CONAC), com a participação de todos os segmentos da indústria do transporte aéreo, visando à definição clara de uma política sintonizada com as tendências liberalizantes observadas em diversos países do mundo.

Com base nos resultados dessa conferência, o Ministério estabeleceu diretrizes para orientar a ação do seu órgão regulador, o DAC, no sentido de proceder a uma redução gradual e progressiva da regulamentação existente.

Em consequência dessa nova política e das diretrizes dela decorrentes, foi implementado o sistema de liberação monitorada das tarifas aéreas domésticas; foi aberto o mercado doméstico para a entrada de novas empresas, tanto de transporte regular quanto de transporte não regular, incluindo regionais e cargueiras, as quais passaram de 17, em 1991, para um total de 41 nos dias atuais; foi suprimida a delimitação de áreas para a exploração do transporte regional e a exclusividade até então desfrutada, dentro das mesmas, por algumas empresas; flexibilizaram-se os parâmetros para a concessão de linhas; foram designadas novas empresas nacionais para explorar o transporte aéreo internacional; foi admitida a criação e o licenciamento de um novo tipo de empresa, destinada à exploração do transporte aéreo não regular de cargas e passageiros, na modalidade de *charter* (fretamento), e foi, en-

fim, como decorrência de todas essas medidas, aumentada a oferta ao usuário, que passou de 22,56 milhões de assentos/km em 1991, para cerca de 32 milhões, nos dias atuais.

A nova modalidade de serviço aéreo não regular (*charter*) introduzida pelo DAC em 1989, e aceita pela V CONAC em 1991, foi, juntamente com a introdução das bandas tarifárias, um dos passos mais importantes em direção à flexibilização da regulamentação do transporte aéreo. Já em 1990, seis empresas passaram a explorar o transporte aéreo não regular e o seu número continuou crescendo, chegando a 23 em 1995. Entretanto, nos dias atuais (1998), somente vinte delas continuam registradas e autorizadas a funcionar, e poucas estão a operar.

A abertura para a exploração dessa nova modalidade de serviço despertou o interesse de empresários com algum capital disponível e que procuravam um setor onde pudessem investi-lo e obter um retorno satisfatório. Desafortunadamente, porém, o mercado disponível para a exploração desse serviço foi superestimado e não comportou tanta oferta. Hoje, das vinte empresas existentes, apenas oito continuam operando, precariamente.

O atual governo, apesar de ter liberado os preços cobrados ao público pelo fornecimento de bens e serviços, decidiu implantar um sistema de acompanhamento desses preços, na tentativa de conseguir um bom resultado para o seu plano de estabilização da economia. Esse sistema, que envolve setores dos Ministérios da Fazenda e da Justiça, vem sendo coordenado pela Casa Civil da Presidência da República que, cumprindo o seu papel de intérprete da vontade política do governo, vem atuando sobre vários órgãos do Poder Executivo, chegando, em alguns



casos, a sugerir medidas e linhas de ação a serem analisadas por esses órgãos. Sua atenção, no que diz respeito ao Ministério da Aeronáutica, recaiu sobre o DAC, a quem cabe regular os assuntos relativos ao transporte aéreo e que, na opinião única daquele gabinete, era responsável pelos preços considerados abusivos aplicados às passagens aéreas. O DAC, entretanto, já engajado e plenamente envolvido no processo por ele próprio iniciado de flexibilização das normas, e dando continuidade à política adotada a partir da V CONAC, introduziu, ao final de 1997 e início de 1998, em consonância com as diretrizes governamentais vigentes, várias alterações na regulamentação, tais como: alteração dos critérios para o estabelecimento das tarifas aéreas; liberação do preço e desvinculação da parte terrestre à parte aérea, nos contratos de vôos do tipo *charter*; liberação para quaisquer empresas na exploração de linhas entre os aeroportos centrais de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília etc.

Esse conjunto de medidas provocou uma alteração marcante no quadro do transporte aéreo, cujos efeitos mais notórios foram uma substancial redução no preço das passagens e um aumento significativo na oferta de transporte, conseqüências essas que se tornaram notícia freqüente nos meios de comunicação.

No momento atual, a política para a aviação civil é de manutenção da liberalização progressiva monitorada no que diz respeito aos aspectos comerciais do transporte aéreo e de controle efetivo sobre os aspectos relativos à segurança da aviação civil.

Atenção especial também está sendo dispensada ao desenvolvimento da aviação geral que, como citado anteriormente, é a segunda mais numerosa do mundo.

Além disso, estão sendo tomadas medidas de toda ordem visando à agilização e simplificação dos processos, através da desburocratização e modernização administrativas.

## CONCLUSÃO

Se observarmos os detalhes do que foi brevemente apresentado, não podemos imaginar a implantação da Aviação Comercial Brasileira sem o envolvimento do segmento mais especializado e afim do setor público no *metier* – o Ministério da Aeronáutica, através do DAC –, para julgar as necessidades do setor durante a sua implantação, sem fugir à ótica do custo/benefício/desenvolvimento.

A implantação de um serviço de transporte aéreo num país extremamente dependente desse serviço pela sua característica de país continente, onde o transporte aéreo não foi somente uma necessidade do ontem, mas é uma realidade do hoje e será do amanhã, com certeza exige, a todo momento, soluções operacionais e técnicas, equipamentos tecnologicamente atualizados com o estado da arte e pessoal especializado e treinado, tudo isso envolvendo altos custos, com a preocupação de manter um nível de qualidade, segurança e confiabilidade na prestação do serviço, que deve sempre acompanhar a evolução do setor.

As aeronaves, sua manutenção e suas peças de reposição com seus altos custos sofrem as dificuldades dos trâmites de importação, pois são quase na sua totalidade importadas.

O Parque Industrial Aeronáutico Brasileiro nasceu junto com a aviação comercial brasileira (criação da Força Aérea inde-



pendente), mas não conseguiu evoluir na mesma velocidade e, hoje, somente atende a certos segmentos do transporte regional, sendo o seu *top* de linha os jatos regionais (ERJ 145).

Os sistemas e equipamentos que suportam a atividade aérea – como os sistemas automatizados de controle de tráfego aéreo, os sistemas de navegação curta e longa distância, de aproximação e pouso, o sistema de comunicações e o sistema de meteorologia – estão sujeitos ao mesmo processo de importação. Mas não basta adquirir e importá-los, o que já não é evidente, o importante é ser capaz de operar e mantê-los funcionando nos níveis de segurança e confiabilidade desejáveis. E aí entra o componente humano qualificado, treinado e experiente, cujos custos estão nos mesmos patamares elevados.

A atividade de transporte aéreo depende também de uma infra-estrutura aeroportuária que possibilite sua operação com característica especial de ser voltada ao melhor atendimento e conforto do seu cliente – o passageiro.

A infra-estrutura aeroportuária tem que conciliar a sua necessidade de espaço físico, o seu gigantismo, com a sua localização dentro dos grandes centros ou na sua periferia e a segurança, problemas da operação dos grandes jatos e a população civil. Toda essa problemática e a sua própria natureza gera custos altos de instalação, material e pessoal e, num país grande e em desenvolvimento como o Brasil, está sempre necessitando de implementações.

A utilização de equipamentos caros envolve créditos e financiamentos no exterior, divisas em moedas estrangeiras, e sofre todas as dificuldades do processo de importação. Podemos acrescentar a essas dificul-

dades o fato de o Brasil possuir economia e moeda instáveis, sempre a reboque de novos planos econômicos e, em consequência, a situação das próprias empresas aéreas operadoras, que alegam e apresentam sempre um quadro de saúde financeira frágil, propondo mecanismos de controle, seja pela prática de tarifas majoradas ou pela forte subvenção da atividade por recursos do setor público.

A função controle-fiscalização de uma atividade tão complexa e cara, que envolve serviços prestados não somente pelo setor público, mas com forte engajamento do setor privado, reveste-se de suma importância, pois é a garantia da qualidade e da confiabilidade do serviço a ser prestado, devendo ser exercida no cumprimento de normas e recomendações, fruto de acordos nacionais e internacionais e, principalmente, por um órgão consagrado e reconhecido internacionalmente.

A outra função importante é a concessão de linhas, tanto na área doméstica como na área internacional, pois envolve as relações sócio-político-econômicas. No campo interno, a ajuda da FAB com seu tão famoso CAN (Correio Aéreo Nacional), possibilitou, nos primórdios, o atendimento e a ocupação de regiões inóspitas, particularmente a Amazônia, hoje atendidas ainda que de forma precária, pela aviação regional.

A função concessão é também reguladora, pois possibilita a competição no mercado internacional de empresas aéreas emergentes do mercado nacional e incentiva, através dessa própria competição, não somente interna como externamente, a prática de melhores tarifas que venham atender ao poder aquisitivo do usuário.

A Indústria Aeronáutica Brasileira vem a reboque do processo de expansão e desenvolvimento do setor de transporte



aéreo, fabricando produtos aeronáuticos competitivos no mercado internacional, que acompanham a política do setor, facilitados na sua comercialização pelos planos de financiamento colocados à sua disposição pelo setor público.

A administração da aviação civil como um todo e do transporte aéreo em especial, que vem sendo realizada pelo Ministério da Aeronáutica, tem sido feliz e logrou dotar o país com um serviço de excelente qualidade, comparável com o disponível nos países mais desenvolvidos do mundo. Se comparado com as demais modalidades de transporte, como o ferroviário, o aquaviário e até mesmo o rodoviário, o transporte aéreo ressalta como o de maior índice de desenvolvimento, principalmente quando comparado com o primeiro, que é demasiadamente precário, e com o segundo que é de prática pouco identificável. A ação do Ministério da Aeronáutica tem sido cuidadosa e eficiente, tanto no que diz respeito ao controle sobre os serviços prestados pelo setor privado quanto aos que estão sob a responsabilidade do poder público.

Não temos dúvida em afirmar a correção da decisão tomada em 1941, de manter a Aviação Civil sob seus enfoques técnicos e políticos em entidade única, sob o controle do Ministério da Aeronáutica, diferentemente de outras nações, especialmente dos Estados Unidos, em que os serviços técnicos/operacionais de aviação civil e de controle de tráfego aéreo são responsabilidade de um ór-

gão – a Agência Federal de Aviação (FAA), e o *chapéu* político é o Departamento de Transportes.

No Brasil, o que devem fazer é dar permanência e continuidade política ao DAC, que já é a nossa Agência de Aviação única, e retirar, isto sim, a Força Aérea Brasileira da ativa (militares) de dentro do mesmo.

A unicidade decisória de uso da aviação comercial em nosso País exige o total acoplamento político às exigências técnicas do avião, de seus tripulantes, da infra-estrutura aérea e aeroportuária. Desmembrá-los seria buscar um condicionamento de desequilíbrio ora para o lado político (concessões operacionais e de preços), ora para o lado técnico (condições de aeronavegabilidade), o que seria certamente prejudicial à indústria.

A mobilidade de pessoal da ativa do Ministério da Aeronáutica pode ser a causa da instabilidade na visão da eficácia. Recursos humanos próprios e permanentes só serão obtidos compreendendo-se o real conceito de que o Ministério da Aeronáutica não é a Força Aérea Brasileira e esta também não é aquele. Cada qual tem a sua própria missão; são interdependentes e integrantes conceitualmente do Poder Aéreo, mas não são os mesmos.

Certamente a criação do Ministério da Defesa terá de enfrentar tal assunto e estou seguro de que a Aviação Civil (Departamento ou Agência) não fará parte da Força Aérea Brasileira e, conseqüentemente, da ampla concepção de Defesa.



## BIBLIOGRAFIA

- DAVIS, Ronald Edward G. *Airlines of Latin America since 1919*. Smithsonian Institution.
- HISTÓRIA GERAL DA AERONÁUTICA. Volumes I e II (INCAER).
- JAKUBOWITZ, Isaac. *Revista Brasileira de Direito Aeroespacial*, nº 47, dezembro de 1989.
- PALESTRA do Major-Brigadeiro-do-Ar Mayron Santos Pereira, Subdiretor do DAC, 1998.



# A Nova Ordem Militar Mundial e o Brasil

Lauro Ney Menezes\*

*Palestra proferida em 17 de agosto de 1999, no auditório do IGHMB, Casa Histórica de Deodoro, Rio de Janeiro-RJ.*

**A**tendendo ao gentil convite do Presidente do IGHMB, Luiz Paulo Macedo Carvalho, aqui está este velho aviador para desenvolver uma tese que, recentemente, fez publicar no jornal *O Globo*. Nela, o que simplesmente fizemos foi ordenar dados colhidos nas matérias que vêm sendo postas ao conhecimento público, sem restrição alguma, por meio de mídia escrita, o que nos permitiu, facilmente, concluir quanto à gênese de uma Nova Ordem Militar Mundial, para a qual cabe o Brasil despertar.

No ordenamento desses mencionados dados, partimos da análise, fortemente perceptível, da modificação da *rationale* que anima as atuais doutrinas e estratégias militares (e que já permeiam as nossas), proveniente da eliminação da bipolaridade do poder mundial e da conseqüente eliminação do inimigo. Essa inexistência (falsa) do inimigo gerou, até mesmo nas sociedades dos países fortemente armados do G7, uma perceptível *crise de identidade*,

naquilo que se refere à existência ou não de suas Forças Armadas. E o Brasil não ficou imune a ela.

Essa propalada crise estriba-se nas questões abaixo, a seguir colocadas à guisa de pesquisas (veladas) de opinião: Para que existem as Forças Armadas? Quanto vale (e custa) mantê-las? Que retorno recebem as sociedades em mantendo suas Forças Armadas?

O esperado resultado das respostas a essas perguntas pretendia trazer à tona uma discussão capciosa relativa aos orçamentos militares e de defesa, e sua manutenção ou (principal e justificadamente) sua redução. Ou melhor nominando, a sua *coerência política quantitativa*.

As conseqüências da aplicação dessas teses, agora fundamentadas nas pesquisas de opinião, devem ser:

- congelar os arsenais militares somente do Terceiro Mundo, e no ponto em que estão, e torná-los passíveis de uma auditoria do Conselho de Segurança da ONU;
- proibir o desenvolvimento, a fabricação e/ou aquisição de armas nucleares, químicas e bacteriológicas, assim como artefatos ba-

\* Major-Brigadeiro-do-Ar.



lísticos/missilísticos e, até mesmo, pesquisas e desenvolvimento nessas áreas do conhecimento;

- como consequência, países que não aceitem as resoluções da ONU serão submetidos a sanções por parte da comunidade internacional (leia-se G7) que poderão vir a ser de caráter econômico ou militar – postura reafirmada no recente aniversário da OTAN (50 anos);

- caso surgissem recalcitrantes, uma Força Militar da ONU receberia mandato para eliminar a capacidade produtiva e estoques porventura existentes nas mãos desses infratores e ameaçadores Estados.

Como contrapartida (e como bônus de bom comportamento), os países submissos do Terceiro Mundo receberiam garantias da ONU de preservação de suas fronteiras ou interesses, através de ações econômicas ou militares contra um inimigo que pudesse vir a lhes criar ameaças.

Adotando essa postura, o G7, liderado pelos EUA, atribuirá às Forças Armadas do Terceiro Mundo uma atuação de caráter policial e, na sua visão de puro interesse socioeconômico, tarefas *menos militares*, que já começam a surgir rotuladas de “ameaças aos interesses do Estado”, de combate ao narcotráfico e atuações de interesse social, como combate às calamidades públicas e apoio logístico às operações das polícias civis e militares na luta contra o crime comum (vide *Simpósio do Colégio Interamericano de Defesa* – 1992). E, sob a tutela dessa nova *rationale*, o orçamento militar “ótimo”, arbitrado pela ONU, não deve ser superior a 2% do PIB.

Essa tem sido a tônica das conversações adotada pelas autoridades norte-americanas (há sempre um general como pregador-itinerante), e que têm nos visitado com regular e peculiar insistência (jul/ago de 1999).

Os militares profissionais brasileiros execraram e rejeitaram, fortemente, essas teses. Entretanto, o Governo brasileiro não se manifestou claramente a respeito e, em termos práticos, não patenteou sua posição. Na verdade, sua vontade política vem sendo sorrateiramente demonstrada, na medida em que comprime, ao limite subumano, o exercício da carreira das armas, transformando-a em subprofissão e, por consequência, reduzindo os estímulos até o próprio recrutamento: leia-se salários e oportunidades. Ao mesmo tempo, trata os orçamentos militares com descaso pré-planejado, reduzindo-os drástica e incoerentemente, permitindo que os atuais meios disponíveis para o cumprimento das missões tenham atingido o perigoso nível de empobrecimento operacional. Mercê, portanto, da miserabilização e do sucateamento que o Governo vem impondo continuamente às Forças Armadas (e aí não está sua vontade política?), ele próprio – à guisa de compensação por atos falhos cometidos – oferece capacidade de atuação operacional no campo social, em troca dos beneplácitos políticos e financeiros daí provenientes, capazes de gerar as recompensas orçamentárias de que tanto as Forças Armadas necessitam.

A despeito de tudo que se elabora, em termos de ações e pensamentos sobre a matéria, a posição dos Grandes, do G7, não mudou. Até evoluiu. Hoje, já encontra gua-



rida de aceitação mundial (como se contrapor?) de atuação militar de legalidade arbitrada pelo Conselho de Segurança da ONU (vejam Iugoslávia e, recentemente, a Colômbia) ou a da invasão consentida.

A esse respeito, permito-me fazer as seguintes citações:

- *A guerra contra a Iugoslávia veio levantar teses intervencionistas que representam perigo futuro para o Brasil e para todos os países emergentes. Elas colocam nossa soberania sob o risco do arbítrio das decisões dos poderosos.* (General Carlos de Meira Mattos – *Folha de São Paulo*, 13.01.1999.)

- *O General Barry McCaffrey, diretor do Escritório Nacional para a Política de Controle de Drogas dos EUA defendeu, em visita a Bogotá, algum tipo de supervisão internacional na área de 24 mil km<sup>2</sup> do sudeste da Colômbia, desmilitarizada pelo Governo para diálogo com a guerrilha.* (*Jornal do Brasil*, 26.07.1999.)

- *Esse tipo de ameaça (relações de segurança norte/sul-americanas) existe, e os EUA a usam para induzir a transformação das Forças Armadas sul-americanas em gendarmerias e guarda-costas.* (Almirante Mario Cesar Flores, *Jornal do Brasil*, 29.07.1999.)

- *Numa época de mudanças profundas como a atual, é preciso questionar velhas certezas conceituais e seus instrumentos inspirados no passado.* (Almirante Mario Cesar Flores – *INCAER*, julho de 1999.)

- *Os militares argentinos, enfrentando julgamento público e falta de recursos, estão*

*precisando muito de uma injeção de prestígio, mesmo que sob falsos pretextos.* (Sobre a Força de Intervenção na Colômbia – *Jornal do Brasil*, 1<sup>a</sup> de agosto de 1999.)

Por sorte do Brasil (embora ainda timidamente), alguns pensadores e ideólogos militares, como os acima citados General Meira Mattos e Almirante Mario Flores, e alguns poucos parlamentares vêm se arregimentando em torno de um ideário de contraposição. Por enquanto, todas as manifestações a esse respeito vêm transitando pela mídia, com a assinatura e responsabilidade dos membros da reserva das Forças Armadas. Nada formal.

Como é natural, manifestações formais só poderão transitar via cadeia de Comando. Hoje, a Política de Defesa está submetida às interveniências de um ingrediente político via Ministério da Defesa, e não mais e somente daquele proveniente da caserna.

A perseverar essa vontade política de Governo, já indireta e longamente expressa por esses períodos de exercício dos mandatos, que dizer agora em que o novo interveniente tem muito mais um agregado político do que profissional-militar?

Por essas e outras razões, facilmente mobilizáveis, conclamamos:

Atenção ideólogos e pensadores de plantão: novas doutrinas, critérios e reorganização de estrutura e meios para nossas Forças Armadas surgirão, para sustentáculo da nova ordem militar – a curto prazo e por conveniência e, até mesmo, por conviência.

Estejamos, pelo menos, cientes e conscientes delas.





# A Manobra Estratégica de Hitler na Segunda Guerra Mundial

Sérgio Augusto A. Coutinho\*

*Palestra proferida em 31 de agosto de 1999 no auditório do IGHMB, Casa Histórica de Deodoro, Rio de Janeiro RJ.*

**P**ara um simples espectador ou para um leitor que se tenha limitado à crônica da Segunda Guerra Mundial, fica a imediata constatação de que a ambição desmedida de Hitler o levou a uma aventura sem limites e de incalculáveis custos para a humanidade, buscando realizar um projeto de conquista da Europa e, com toda aparente evidência, do mundo. Depois de invadir e dominar quase todos os países europeus (por que não todos?) teve a insana pretensão de invadir a Rússia, insensatez que, finalmente, o levou ao desastre militar e à frustração do projeto visionário.

Parece ter sido assim mesmo o conflito mundial; não obstante, tudo se passou segundo um projeto lúcido e lógico, imoral e agressivo. Partia de um conceito de exclusividade nacional de uma raça cuja realização se faria por intermédio de uma política de ódio e violência. Sem constrangimentos nem escrúpulos, tal política levaria ao extermínio de outros grupos étnicos subjugados e a uma guerra deliberada de conquista, violando a soberania e a autodeterminação das

nações e provocando a morte de muitos milhões de pessoas.

Tudo isto tinha antecedentes em uma concepção ideológica desenvolvida por Hitler, em seu livro *Mein Kampf*:

*As fronteiras de 1914 nada mais significam para o futuro da nação alemã.*

*Hoje somos 80 milhões de alemães na Europa. Mas a justeza dessa política não ficará estabelecida senão quando, dentro de um simples século, 280 milhões de alemães estejam vivendo neste continente.*

*Sem dúvida, tal política territorial não pode achar, por exemplo, a sua finalidade no Camerum mas, sim, quase exclusivamente, na Europa.*

*Falando em terras, na Europa de hoje em dia, apenas podemos referir-nos, em primeira instância, à Rússia e aos Estados fronteiriços sob sua influência.*

Esse pequeno extrato revela a causa fundamental da Segunda Guerra Mundial: o projeto nacional-socialista de fazer o *Reich dos 1000 anos*. As causas históricas que são levantadas pelos estudiosos diante das claras definições ideológicas de Hitler acabam sendo, para ele mesmo, não mais do que pretextos para inflamar o mundo

\* General-de-Brigada.



em um conflito de proporções jamais vistas.

O projeto expansionista nazista na direção do Leste tinha, porém, uma pedra no caminho, uma fatalidade geográfica e histórica. Entre a Alemanha e a Rússia estava a Polônia. Assim, a consecução do objeto de Hitler dependia da convivência polonesa ou da invasão do país. Mas havia mais. A Polônia se intrometia entre a Prússia Oriental e a pátria-mãe. Portanto, a integração daquela província germânica à projetada Grande Alemanha incluía, necessariamente, a anexação da Polônia Ocidental. Hitler nem considerou solução negociada e, uma vez mais na história, a Polônia seria invadida e dividida.

Tal ato de guerra teria implicações inevitáveis, a primeira das quais seria o risco de intervenção da União Soviética, o que poderia, entretanto, ser protelado diplomaticamente. Depois, a certeza da guerra também com a França e a Grã-Bretanha, em razão de compromissos de mútua defesa existentes entre aquelas potências e a Polônia.

Hitler sabia disso e aceitou.

A realização de seu projeto político, ou melhor, ideológico, tinha, pois, duas condicionantes: primeiro, a guerra seria seu instrumento de execução, não a diplomacia, porque as exigências seriam inaceitáveis; segundo, a possibilidade da guerra em duas frentes, preocupação permanente dos militares alemães.

Dáí podemos presumir a Concepção Geral da Guerra. O objetivo político seria a conquista e anexação da Rússia e da Ucrânia, vasto território contíguo, fértil e provedor de matérias-primas, alternativa vantajosa de um império colonial em além-mar.

Para concretizar esse grandioso objetivo, os nazistas engendraram (ou Hitler engen-

drou) um monumental, coerente e perfeito conceito estratégico, que só fracassou porque, pela sua complexidade e magnitude, acabou envolvendo fatores indesejáveis, imprevisíveis e incontroláveis.

Podemos tentar reconstituir essa estratégia. Embora não tendo sido explicitamente revelado, o conceito estratégico de guerra pode ser restabelecido pela natureza e sequência dos acontecimentos bélicos e políticos, desde a entrada pacífica e atrevida de tropas alemães na Renânia, em 7 de março de 1936, até 31 de janeiro de 1943, quando os russos retomaram Stalingrado e o projeto nazista estava definitivamente comprometido.

De forma esquemática, para fácil visualização, a manobra seria a seguinte:

1. Objetivo Militar de Guerra – Destruir o poder militar soviético (aniquilamento das suas forças armadas e domínio da sua área vital).

Esse objetivo foi desesperadamente buscado, pelos alemães, nas campanhas ofensivas de 1941 e 1942.

2. Manobra Estratégica – Fazer a guerra em três fases, manobrando em linhas interiores.

- 1ª Fase – Reconstruir a Grande Alemanha, a pátria de todos os alemães (reminiscência dos territórios germânicos do antigo Santo Império Romano); todos os alemães sob um só Estado. Para isso:

- Anexar Renânia, Áustria, Tchecoslováquia e Memel, evitando ir à guerra (diplomática). Preliminarmente, tranquilizar e evitar reação da Itália (Eixo Roma-Berlim).

- Invadir e anexar a Polônia Ocidental, integrando a Prússia Oriental à Grande Alemanha, aceitando o risco de imediata intervenção da França e da Grã-Bretanha. Preli-



minarmente, assegurar a não intervenção da União Soviética (tratado de não agressão com a URSS e divisão da Polônia).

• 2ª Fase – Evitar a guerra em duas frentes. Para isso:

– Cobrir-se ao norte (Escandinávia) face à Grã-Bretanha; conquistar e manter a Dinamarca e a Noruega. Complementarmente, assegurar a neutralidade da Suécia.

– Eliminar a França e a Grã-Bretanha como potências; invadir a França através da Holanda, da Bélgica e do Luxemburgo. Ficar em condições de invadir a Grã-Bretanha ou impor-lhe a saída da guerra e assegurar a sua neutralidade.

• 3ª Fase – Conquistar o Espaço Vital no Leste. Para isso:

– Invadir a URSS; derrotar as Forças Armadas soviéticas; conquistar e anexar os territórios da Rússia Européia, da Ucrânia, do Cáucaso, da Lituânia, da Estônia e da Letônia.

– Preliminarmente, assegurar aliança milenar com a Finlândia, a Hungria, a Romênia e a Bulgária.

A concepção geral da guerra, nas duas primeiras fases, foi integral e cronometricamente realizada:

01.03.1936 – Ocupação militar na Renânia;

01.09.1936 – Criação do eixo Roma-Berlim;

12.03.1937 – *Anschluss*, anexação da Áustria;

10.10.1938 – Ocupação do território dos sudetos na Tchecoslováquia (seguiram-se a Boêmia e a Morávia e, depois, toda a Tchecoslováquia);

21.03.1939 – Anexação de Memel, às expensas da Lituânia;

23.08.1939 – Pacto de não agressão com a URSS;

29.08.1939 – Pacto de divisão da Polônia entre a Alemanha e a URSS;

01.08.1939 – Invasão da Polônia (27.09.1939, rendição de Varsóvia);

09.04.1940 – Invasão e ocupação da Dinamarca e da Noruega;

10.03.1940 – Invasão dos Países Baixos e da França;

22.06.1940 – Armistício França-Alemanha.

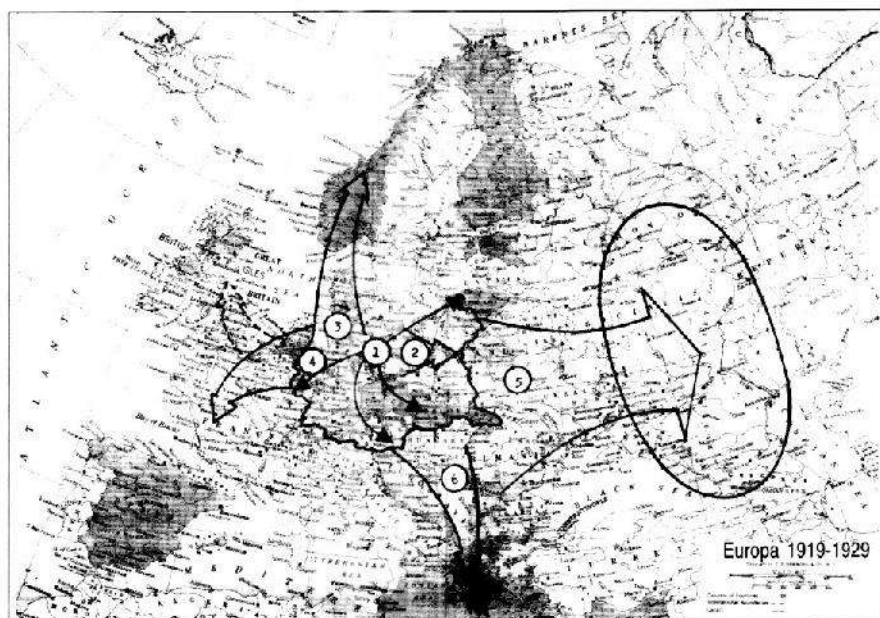
A capitulação da França é seguida do primeiro e fatal tropeço no desenvolvimento do plano estratégico nazista: a Grã-Bretanha não foi invadida e se recusava a admitir que estaria derrotada, mesmo depois de iniciada a tremenda campanha aérea que se seguiu, como alternativa da frustrada invasão da ilha. Assim, a segunda fase da manobra estratégica restou mal resolvida. Isso obrigou Hitler a uma modificação no curso do seu plano estratégico. A terceira fase, a invasão da URSS, teve que ser antecedida por duas outras ações estratégicas:

– Fixar os britânicos com uma manobra diversionária no Norte da África, ameaçando o Egito e o Oriente Médio (fev/mar 1941, desembarque do *Afrika Korps*, em apoio aos italianos na Líbia).

– Cobrir-se ao sul (Balcãs) face aos britânicos, conquistar e ocupar a Iugoslávia e a Grécia (invasão em 06.04.1941).

Realizadas essas ações preliminares forçadas pelas circunstâncias, finalmente a terceira fase da manobra – a invasão da Rússia – é desencadeada em 22 de junho de 1941. Uma fantástica máquina de guerra entra pela Rússia a dentro, só vindo a ser parada no fim do ano, às portas de Moscou. No ano seguinte, novo e tremendo esforço vai quebrar-se na resistência dramática de Stalingrado. Embora a guerra ainda tivesse continuação, o projeto monstruoso de Hitler





Europa 1919-1929

já tinha fracassado à frente de Moscou e das ruínas de Stalingrado.

Simplificando, foram três as causas do malogro do visionário *Reich* de Hitler. Desde logo, a invencibilidade da Inglaterra; em seguida, a entrada dos Estados Unidos na Guerra; finalmente, a tenacidade da resistência russa.

Especulando, poderíamos fazer uma indagação: e se a concepção estratégica de Hitler tivesse dado certo?

O óbvio é que o *Reich dos 1000 anos* se teria tornado uma realidade e, provavelmente, um pesadelo. Seu território abrangia a Grande-Alemanha (Alemanha, Prússia e as anexadas Áustria, Tchecoslováquia, Polónia e Memel, com cerca de 775.000km<sup>2</sup> – a pátria de todos os alemães –, e um vasto território colonial contíguo constante da Rússia Europeia, Ucrânia, Cáucaso e Estados Bálticos (quase 5 milhões de km<sup>2</sup>).

Podemos ir um pouco mais longe na projeção, fazendo uma *futurologia do pretérito*: provavelmente França, Grã-

Bretanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Noruega e Grécia recuperariam sua independência por tratados de paz exigentes e semelhantes àquele de Versaillies imposto à Alemanha, em 1919.

A Iugoslávia possivelmente seria dada à Itália, como compensação.

Finlândia, România, Bulgária e Hungria também teriam a sua independência, mas certamente teriam algum tipo de vinculação política e econômica ao *Reich*, que limitaria a sua soberania.

Como ponto máximo da premonição do passado que não houve, poderíamos imaginar que o mundo seria também bipolar no pós-guerra. Seria inevitável o confronto ideológico EUA x *Reich dos 1000 anos*.

Felizmente isso não se realizou. Porém, o desfecho da Segunda Guerra Mundial teve, ironicamente, algo de semelhante: emergiu a Grande Rússia com sua colônia contígua na Europa Ocidental, simetria geográfica e ideológica do *Reich* de Hitler.





# General Joaquim de Salles Torres Homem: uma síntese biográfica

Manoel Soriano Neto\*

*Discurso de posse na Cadeira nº 55, cujo patrono é o General Joaquim de Salles Torres Homem, em 19 de outubro de 1999, no auditório do IGHMB, Casa Histórica de Deodoro, Rio de Janeiro-RJ.*

**A**o assomar a esta tribuna, tomando posse como sócio-efetivo do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, desejo, de início, agradecer, profundamente penhorado, a todos que integram este fraternal cenáculo, pela honraria de suas presenças nesta secular Casa Histórica de Deodoro.

Desejo, de forma toda especial, agradecer ao Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, expressão superlativa de intelectual, escritor, historiador e, principalmente, de notável pensador militar, Presidente deste sodalício, pela paciência e consideração com a minha pessoa, que tanto adiou esta posse.

Antes de qualquer consideração, também o meu preito de reconhecimento e gratidão a esta singular personalidade de historiador, emérito e fecundo escritor militar, General Umberto Peregrino Seabra Fagundes, que, mercê de sua magnanimidade, me indicou para este Instituto, no qual fui aceito, no ano de 1990.

Ao General Umberto Peregrino agradeço pois, desvanecido e por demais sensibilizado.

Neste importante momento de minha existência, exsurge do fundo de minha alma um sentimento de alegria e de justo orgulho, até porque o meu tetrvô por linha paterna, Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho, do qual herdei a venerável espada, é um dos Patronos desta tradicional Instituição. Jerônimo Coelho, Conselheiro do Império, Ministro da Guerra e da Marinha, Presidente de Províncias, o “Ministro Perfeito”, no dizer de Pedro Calmon, foi recentemente homenageado pelo Exército Brasileiro, que emprestou o seu augusto nome ao 3º Batalhão de Polícia do Exército, de Porto Alegre – RS, que ostenta, com ufania, a denominação histórica de Batalhão Brigadeiro Jerônimo Coelho.

Soldado por vocação, desde a adolescência incorporei à minha personalidade as características básicas do militar, o qual, ao comunicar-se, procura, como diz o nosso já consagrado bordão, ser claro, preciso e conciso.

Assim, sem facúndia, tentarei desincumbir-me da honrosa tarefa de proceder a

\* Coronel de Infantaria e Estado-Maior. Sócio efetivo do IGHMB.



uma saudação ao Patrono da Cadeira que passarei a ocupar nesta Casa, General Joaquim de Salles Torres Homem.

A tarefa não é fácil, tal a projeção intelectual do Patrono, tal a sua cultura polidrica, tal o seu amor à História Militar e ao Exército.

E a minha responsabilidade aumenta, eis que a Cadeira nº 51, cujo patronato pertence ao General Torres Homem, já foi ocupada por eminentíssimas personalidades, de nós já apartadas pelo destino, como o General José Meira de Vasconcelos, o Coronel Walter dos Santos Meyer e o General Heitor Borges Fortes.

O primeiro deles, o General José Meira de Vasconcelos, deixou extraordinário acervo de realizações, quer como excepcional instrutor da Escola Militar do Realengo, como escritor, ou Comandante da 8ª Região Militar, ocasião em que alertava o Governo, de forma veemente e patriótica, para os magnos problemas da hoje tão cobiçada, internacionalmente, Amazônia brasileira. Também na presidência do Clube Militar, tendo sido o primeiro presidente a ser reeleito, sua atuação foi primorosa, destacando-se a construção do majestoso edifício-sede da agremiação, na Avenida Rio Branco, aqui no Rio de Janeiro.

O Coronel Walter dos Santos Meyer, inesquecível presidente da Bibliex, deixou bem marcada a sua passagem por aquela organização militar, principalmente pela instituição de ciclos de conferências, em parceria com este Instituto e o Clube Militar. O mais expressivo de tudo, no dizer do General Umberto Peregrino em sua *História da Biblioteca do Exército*, é que o Coronel Meyer adotou, em 1961, a prática de ofertar prêmios, em livros, aos cadetes da AMAN

colocados em primeiro lugar nas disciplinas de História e Geografia.

O General Heitor Borges Fortes, herói de nossa Força Expedicionária Brasileira, distinguu-se como emérito instrutor de importantes estabelecimentos de ensino militar, transmitindo aos alunos, de forma altamente didática, atualizados conhecimentos militares, em especial os atinentes à Arma de Artilharia.

O General Borges Fortes nos legou obras literárias do mais elevado quilate; entre elas, *Velhos Regimentos* – que recebeu, em 1964, o prêmio Tasso Fragoso –, *Artilharia Divisionária da 1ª DIE na Campanha da Itália* e *Efemérides da Artilharia*.

Eis, em incompleto epítome, algo acerca das relevantíssimas obras daqueles que me antecederam na Cadeira, cujo Patrono é o General Joaquim de Salles Torres Homem.

Rendo a esses insígnies Soldados a minha singela homenagem, nessa brevíssima evocação do tanto que fizeram em prol do Exército e do Brasil.

Em particular, agradeço a meu caro amigo, Coronel Sérgio Paulo Muniz Costa, este modelar oficial, que se dignou proferir a saudação de praxe a seu velho companheiro de outras jornadas.

Há mais de quinze anos conheço o Coronel Muniz Costa e tivemos a felicidade de ser instrutores da Academia Militar das Agulhas Negras, quando passei a admirar o mosaico de belas virtudes que ornaram a bem formada personalidade desse oficial.

Mercê de sua sólida e invulgar cultura geral e profissional, de sua aguda inteligência, de seu talento diamantino, de seu acendrado amor à História e às coisas da Força Terrestre, o Coronel Muniz Costa alçou-se, por seus próprios e elevadíssimos méritos, à proeminente condição de histo-



riador e pensador militar, tendo escrito, ainda como major, o livro *Os Pilares da Discórdia: fundamentos de uma incerteza*, de cunho histórico, polemológico e sociológico, ao qual assim se referiu o acadêmico, diplomata e economista Roberto Campos: “É estimulante ver um jovem autor de formação militar mover-se com desembaraço no cenário do mundo despolarizado, em rápida transformação tecnológica, social e política.”

O Coronel Muniz Costa é uma radiosa esperança da continuidade dos trabalhos histórico-culturais de nossa eterna Instituição.

Agradeço ao caríssimo amigo pelas bondosas palavras sobre minha pessoa.

Mas, passemos ao cumprimento da parte mais importante da missão, que é a de abordar aspectos da existência de nosso Patrono, em especial os ligados aos problemas militares e do Brasil.

Preliminarmente, façamos uma visada-a-ré lembrando de Cícero, que prelecionava ser a História a mestra da vida, pois ela é a senhora dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da antigüidade.

E para que o vetusto conceito de Cícero seja veraz, urge que a História seja austera, exigindo a neutralidade do historiador quando este emite juízos, sendo certo que na busca da verdade História e Filosofia devem marchar juntas, como nos ensina Benedetto Croce.

E a História, para que seja de utilidade ao homem e tenha sempre por escopo a verdade e a justiça, deve assentar-se em duas condicionantes: o seu registro e a sua veracidade; sem verdade, ela se desvirtua, e, sem registros, ela se perde, além de também ser passível de deformação.

O campo da História é vastíssimo, porém existe apenas uma História Geral, na qual estão embutidas um sem número de histórias particulares, que não são autônomas, como é do entendimento da maioria dos historiadores.

E a História Universal começou com a História Militar. Considerando-se a nossa origem cultural greco-romana, veremos que Heródoto, cognominado por Cícero de “o Pai da História”, notabilizou-se pela descrição das guerras greco-persas; Tucídides, tido como o pioneiro da História Militar, avultou de importância com a sua *História da Guerra do Peloponeso*; Júlio César deixou à posteridade os seus preciosos comentários sobre a guerra das Gálias, em *De Bello Gallico*; poderíamos ainda citar, de olho tão-somente na Antigüidade Clássica, Xenofonte, Políbio, Plutarco e Tito Lívio.

Desejamos, com esses prolegômenos, assinalar a superior importância da História Militar, em especial nessa fase difícil da nacionalidade, de hiperbólica deturpação de fatos históricos, principalmente sob um viés ideológico marxista-leninista, de desrespeito ao nosso glorioso passado, às nossas tradições, à nossa identidade de nação mestiça e de origem basicamente lusitana.

E, essencialmente, destacar a importância de nossos historiadores militares, daqueles que, em particular, sempre zelaram e zelam pela memória das Forças Armadas Brasileiras, como o fez, de forma exponencial, o inolvidável General Torres Homem.

Eis por que, em meu entendimento, o impoluto nome de Joaquim de Salles Torres Homem figura, com justiça, entre os Patronos deste Instituto, onde brilham, rutilantemente, as estrelas dos mais assinalados geógrafos e historiadores militares do



Brasil. O Patrono da Cadeira que ora assumo foi um Soldado, no grande sentido da palavra, constantemente volvido para as coisas da caserna, para os problemas castrenses de sua época e do porvir. O seu interesse pela História Militar foi inexcedível, como constataremos quando da análise de sua ampla produção literária.

Torres Homem nasceu no Rio de Janeiro, em 16 de outubro de 1851 e aos 17 anos, em 1868, sentou praça, dando início a uma notável carreira militar em que ultrapassa, com brilhantismo ímpar, todos os postos da hierarquia, desde alferes, em 1872, atingindo o generalato em 7 de dezembro de 1912. Oficial da Arma de Artilharia, com o curso de Estado-Maior, sendo também engenheiro geógrafo, viveu com intensidade a fase imediatamente posterior à Guerra do Paraguai, quando proliferavam as idéias positivistas de Augusto Comte, principalmente na Escola Militar da Praia Vermelha, onde Benjamim Constant pregava, aberta e iterativamente, aquelas idéias, tão perniciosas à profissão das armas, por pacifistas e cosmopolitistas.

Tudo leva a crer que Torres Homem foi, de início, adepto do positivismo, tendo, posteriormente, como Tasso Fragoso, o abjurado. A esse respeito, disse o General Paula Cidade, em *Síntese de Três Séculos de Literatura Brasileira*: “Pelo que se sabe da formação mental do autor dos *Anais*, deve ele ter sido em sua mocidade um enamorado das idéias que predominaram na Escola Militar. Basta ver que deu a um de seus filhos o nome do filósofo Montpellier. No entanto, essa obra (*Os Anais...*) faz-nos compreender as lutas surdas em que seu coração se envolvia, nas quais terminou vencendo o espírito que sempre animou nossas tradições militares.”

Desafortunadamente, existem poucos registros acerca da personalidade e vida privada de nosso Patrono. Ele foi casado com a Sra. Laura Luciana Torres Homem, já falecida, e o casal teve cinco filhos. Vale a pena outra vez recorrermos ao depoimento que nos confere grande credibilidade, do eminente historiador militar General Francisco de Paula Cidade: “Torres Homem era alto, magro, carrancudo, no uniforme daqueles tempos; ao vê-lo sair do Quartel-General do Exército, em Porto Alegre, lá se ia, olhar baixo, como que indiferente ao que se passava em torno dele...”

Passemos, e é o que mais nos interessa, a conhecer o legado histórico-cultural de nosso homenageado, no resgate dos tantos e tamanhos serviços por ele prestados ao Exército brasileiro e ao Brasil.

Assinalemos, inicialmente, parte da bibliografia gutemberguiana do General Torres Homem. Ele nos deixou, entre outras, as seguintes obras, desde o seu tempo de major, em 1889:

*Elementos de História Social; Manual de Filosofia Escolar*, ambos de 1889; *Marechal Costallat; Apontamento sobre o Serviço do Estado-Maior; Considerações sobre Organização Militar; Serviço do Exército Brasileiro em Campanha*, todos de 1904; *Estratégia e Tática no Século XX; Exército Nacional – Manobras em Santa Cruz; O Generalato e o Serviço de Estado-Maior; Reflexões sobre a Reorganização das Escolas Militares*, escritos em 1905; *Organização Militar na América do Sul; Preparação para a Guerra; Manobras Militares em 1906; Exércitos Sul-Americanos*, escritos no ano de 1906; *Estudos sobre a Organização do Quadro do Estado-Maior do Exército; A Reorganização Militar no Brasil; Expedição Militar ao Território do*



*Acre*, escritos em 1907; *Informações Militares*; *Projeto de Regulamento da Repartição e do Serviço do Estado-Maior do Exército*, escritos no ano de 1908; *Anais das Guerras do Brasil com os Estados do Prata e Paraguai*, de 1911.

A obra da lavra de nosso Patrono, como vimos, é assaz vasta e toda voltada para os problemas do Exército, das Forças Armadas e do Brasil. Para comentá-la, ao menos em parte, mister se faz que “limitemos a frente”, como diz o conhecido jargão militar.

Assim, sem obediência à ordem cronológica em que foram escritos, traçaremos algumas considerações julgadas de realce acerca de alguns trabalhos do General Torres Homem, onde ficam sobejamente evidenciados a sua aguda visão prospectiva, a sua competência profissional e o seu extremado amor ao Exército e ao Brasil.

Em *Preparação para a Guerra*, livro escrito em 1906, ele alerta para a necessidade da reorganização do Exército, indicando as bases para tal mudança, que seriam: modificações nos regulamentos das escolas militares, então muito teórico-bacharelescos, aumento do efetivo do Exército, intensificação da instrução da tropa, o serviço militar obrigatório e a organização de uma reserva para a Força Terrestre.

Em suas obras *Exército Nacional – Manobras em Santa Cruz e Organização Militar na América do Sul*, Torres Homem dá especial ênfase à operacionalidade dos Exércitos, tão necessária à obtenção da vitória. O autor verbera o marasmo e a falta de motivação de nossos militares antes da providencial Reforma Hermes, salientando que as manobras de Santa Cruz, em 1906, dão início à reversão daquele estado de coisas, de pouco espírito militar, predominante na tropa.

A esse respeito, disse, axiomáticamente, o nosso Patrono: “Nem sequer a confiança em vitórias nos campos de batalha pode justificar, no pósterio dia, a indiferença pelas coisas da guerra.”

No ano de 1907, como corolário de uma série de pesquisas a respeito do assunto, o Coronel Torres Homem escreveu *Estudos sobre a Organização do Quadro do Estado-Maior*, em que pugna pela modificação de processos em voga no incipiente Estado-Maior do Exército. Assim, com vistas à organização do Estado-Maior em moldes mais adiantados, ele insiste na necessidade do estudo e especial preparação dos Oficiais do Quadro, os quais deveriam ampliar os seus conhecimentos, mormente os relativos aos problemas mundiais, para que, com a eficiência necessária, fossem elementos de previsão da Força.

Em *Expedição Militar ao Território do Acre*, o Coronel Torres Homem, que lá esteve de 21 de abril a 3 de maio de 1903, em missão de ocupação do território antes da assinatura do Tratado de Petrópolis, traça uma verdadeira radiografia da Amazônia. Os principais problemas da região são analisados com percuciência, e tal como o faria, anos após, o General Meira de Vasconcelos, o autor alerta as autoridades para a ocupação e nacionalização da imensa área amazônica, que, desde sempre, nunca é demais repetir, foi alvo da cobiça alienígena, como alertou recentemente, no Congresso Nacional, o Comandante Militar da Amazônia.

A propósito, convém recordar a este colendo plenário que nossa Amazônia, em sua biodiversidade, contém o maior banco genético do mundo, lá também se encontrando, para não se falar de seu incomensurável potencial potamográfico, a maior província mineral do planeta, onde ocorrem,



entre outras, abundantes jazidas de ouro e cassiterita, e de minerais estratégicos de terceira geração, como a platina, o urânio, o titânio, o nióbio etc.

Impende ainda lembrar que, em 1991, o presidente da França, François Mitterrand sustentou a tese do chamado dever de ingerência (*devoir d'ingérence*) da comunidade mundial na proteção ao meio-ambiente, sugerindo uma autoridade supranacional para se responsabilizar pela dita proteção. Acrescente-se que, hoje, inúmeras Organizações Não Governamentais volvidas para a ecologia, apoiadas por ponderáveis segmentos religiosos, vêm brandindo argumentos para a aplicação do dever ou direito de ingerência na Amazônia, considerada por elas o pulmão do mundo e patrimônio comum da humanidade, com vistas a internacionalizá-la. Diga-se que, atualmente, há sérios indícios da existência de bases aéreas arrendadas e utilizadas por norte-americanos, em países vizinhos do chamado arco amazônico, como nos dá conta a imprensa escrita, através de numerosas matérias publicadas acerca do assunto, deveras grave para nós, brasileiros.

Em *Anais das Guerras do Brasil com os Estados do Prata e Paraguai*, o autor da preciosa obra mergulha profundamente em nossa História Militar. Nela, são descritas em detalhes as campanhas e os seus memoráveis fastos, de que o Brasil foi partícipe, no século passado. Bastante originais e elucidativas são as descrições e análises das batalhas do Passo do Rosário e de Monte Caseros.

Em *Reflexões sobre a Reorganização das Escolas Militares*, nosso Patrono traça, em seu próprio dizer, “breves reflexões sobre o plano de reorganização de nossas escolas”.

O trabalho foi escrito em 1905, época em que era prevalente, em especial na Escola

Superior de Guerra – escola de formação de oficiais –, a dita mentalidade teórico-bacharelesca, calcada nas idéias de Augusto Comte. Aquela inaceitável situação ensejou a providencial Reforma Hermes, uma oportuna reação ao positivismo, o qual, no dizer de nosso sócio fundador e benemérito, General Severino Sombra, “apaísanou o Exército”.

O então Coronel Torres Homem demonstra quão pernicioso foi o chamado Regulamento Benjamim Constant para a formação da juventude militar daqueles tempos, máxime devido ao caráter ilógico do dito Regulamento.

Dizia o autor: “O que acentua mais a referida anomalia, quanto à contrafação do positivismo, é que nem sequer o verdadeiro ensinamento de Comte foi seguido. Ele recomendava a substituição dos exércitos pela gendarmeria militar, restauração de uma velha instituição da monarquia francesa; e, no Brasil, prescreve-se por exceção a manutenção, pelo Estado, de uma escola superior de guerra...”

Era a “mistificação profissional”, como afirmava o General Tito de Escobar.

Eis porque podemos considerar Torres Homem um dos precursores das mudanças no ensino militar de sua época, motivadas, inclusive, pelo “quase fiasco de Canudos”, para usarmos uma expressão do Marechal Castello Branco, ocasião em que fez falta a instrução prática, quase inexistente em nossos estabelecimentos de ensino quando da exacerbação da ideologia positivista, que, no meio militar, tinha no Tenente-Coronel Benjamim Constant o seu expoente máximo.

Em 1907, o Coronel Torres Homem elabora, em nosso entendimento, o seu mais abrangente e profundo trabalho, a que deu o título de *A Reorganização Militar no Brasil*,



no qual envereda por temas assaz polêmicos, com reflexos até nossos dias, tais como o serviço militar obrigatório, a reação militar contra o positivismo e a soberania nacional.

Ardoroso defensor da reformulação dos processos de instrução então vigorantes, Torres Homem tece acerbas críticas aos instrutores das escolas militares que, à época, até ousaram criticar o nosso Marquês de Caxias em vista de sua audaciosa manobra na execução da marcha de flanco, ao desbordar a posição do Piquisiri, quando da Guerra do Paraguai. Assinalou o autor: “Por isso causou o maior assombro e reprovação a célebre manobra da marcha de flanco, por um caminho mandado estivar, através do Chaco, para contornar as posições paraguaias em Piquisiri.”

E continuavam sendo pregadas na Escola Militar da Praia Vermelha, antes de seu fechamento em face da Revolta da Vacina Obrigatória, as idéias pacifistas e agnósticas do positivismo, com o viso de serem formados oficiais bacharéis em Ciências Físicas e Naturais e Matemática, que faziam questão de ser chamados de *doutores*, em vez de alferes, tenentes ou capitães, como que se pejassem de seus postos na hierarquia militar. Para bem caracterizar esse quadro dramático, vivido e descrito por nosso Patrono, vejamos o depoimento do líder federalista Senador Gaspar Silveira Martins, que, da tribuna do Senado, sistematicamente, condenava o bacharelismo militar:

“Em vez, porém, da têmpera forte que convém dar ao Exército, o que se vê em nossas Escolas Militares?

“A mocidade, imbuída das doutrinas de Augusto Comte e Laffite e professando uma Religião da Humanidade que visa ao cosmopolitismo. Pode ser que sejam boas tais doutrinas, mas não para o soldado, que antes de

tudo é feito para empunhar armas em defesa da pátria. Alguns diretores dessas Escolas chamam, filosoficamente, aos grandes Generais de assassinos dos povos. Singular maneira, aliás, de encarar a questão em uma Escola de Soldados...”

Na obra em comento, Torres Homem defende com vigor a obrigatoriedade do serviço militar, verberando o sistema adotado, que era o do voluntariado ou dos engajamentos. A respeito do voluntariado, observava: “Afora não fornecer senão um pessoal pouco recomendável, na maioria dos casos, por isso mesmo que essa gente só quer ou pode viver nas fileiras, não basta para o preenchimento dos claros”, arrematando, ironicamente: “a todos deve impressionar a linguagem dos ingleses, quando dizem que nos países da Europa, onde existe o serviço obrigatório, os soldados só defendem as mulheres e crianças, enquanto nas Ilhas Britânicas eles têm que defender também os homens que estão isentos do serviço militar!”

Ao final do trabalho, que ora apreciamos de escantilhão, o Coronel Torres Homem, com aguçada visão prospectiva, alertava para os riscos da perda da soberania, soberania esta que é um de nossos objetivos nacionais permanentes. Sentenciava ele que sem Exército forte, bem organizado e imbuído do mais lídimo patriotismo, qualquer nação sucumbe “à arrogância e prepotência dos mais fortes”, como ocorreu até com os grandes impérios, quando os Exércitos se transformaram em tropas de mercenários, pois, como bem frisou, “eles nada mais desejavam do que a satisfação de seus mesquinhos interesses”.

Urge que meditemos sobre essas sábias advertências, sabedores de que, hodiernamente, são desfraldados, pelas nações hegemônicas, argumentos que entram em



frontal testilha com os preceitos da Constituição Federal, que, em seu Art 4º, estabeleceu dez princípios para o nosso relacionamento com os demais países, entre os quais constam o da independência nacional, o da autodeterminação dos povos, o da não-intervenção e o da igualdade entre os Estados.

Recentemente, no entanto, surgiram determinadas expressões como *soberania limitada, restrita, relativa, compartilhada, dever ou direito de ingerência* etc., cunhadas por notáveis personalidades, expressões essas que se tornaram usuais, mas que vêm trazendo danosos prejuízos para os países mais fracos, como se o Direito não os pudesse tutelar. Em decorrência dessas esdrúxulas e inaceitáveis invencionices, que conflitam com as Cartas da ONU e da OEA e as Convenções de Haia, Genebra etc., o velho e imutável princípio jurídico *pacta sunt servanda* (os tratados devem ser respeitados) não vem sendo cumprido, mormente nesta fase de globalização, quando surgiu uma *nova ordem mundial*, expressão criada pelo ex-presidente dos EUA, George Bush. E mais: o princípio da soberania nacional, caracterizada esta por ser “una, indivisível, inalienável e imprescritível”, como nos ensina Mestre Clóvis Beviláqua, passou a ser letra morta, pela canhestra interpretação dos atuais donos do mundo.

Destarte, entre outros, podemos citar, na atualidade, os seguintes atentados e ameaças à soberania de Estados independentes e membros da ONU:

- a decisão da Suprema Corte de Justiça dos EUA, do dia 15 de junho de 1992, que ficou conhecida como *doutrina Thornburg* – que era o Procurador Geral norte-americano –, autorizando o poder executivo, as

Forças Armadas e a polícia daquele país a prender qualquer cidadão, em qualquer parte do mundo, para julgá-lo nos tribunais norte-americanos. Por força desse ucasse, foi unilateralmente decretado e legalizado o seqüestro internacional;

- proposta apresentada em 1993, pelo ex-Secretário de Defesa dos EUA e ex-Presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, no sentido de que os países do Terceiro Mundo reduzissem em até dois terços os seus efetivos militares e revertissem esses recursos em programas sociais e de proteção ao meio-ambiente. O terço restante se destinaria à defesa interna, ao combate ao narcotráfico e ao crime organizado. E ainda: a defesa externa desses países passaria a ser encargo da ONU, por meio de Forças Multinacionais;

- sugestão do então Secretário de Defesa dos EUA, Richard (Dick) Cheeney, levada à deliberação da XIX Conferência dos Exércitos Americanos, ocorrida nos anos de 1990 e 1991, em Washington, para que as Forças Armadas da América Latina se engajem no combate ao tráfico de drogas, reduzam os seus efetivos, limitem seus armamentos às necessidades de autodefesa, obedeçam aos mecanismos de controle de tecnologias para a fabricação de mísseis balísticos e renunciem a toda tecnologia para a fabricação de artefatos nucleares.

Ao lermos Torres Homem em *A Reorganização Militar do Brasil*, depreendemos que essa triste e deprimente situação de imperialismo é questão, para nós, americanos, de *lana caprina*. Tanto que ele assim dizia: “O imperialismo não exprime uma ambição que haja medrado apenas no solo do Velho Mundo; as suas sementes têm brotado admiravelmente sobre o Novo Conti-



nente, como se pode citar em exemplos bem conhecidos. A grande República Norte-Americana despojou o México da maior parte de seu território, impôs o seu protetorado à ilha de Cuba, anexou ao seu pavilhão estrelado outras ilhas do mesmo arquipélago das Antilhas, e, fazendo vogar sobre a vastidão do Pacífico a sua soberania, já envolveu com esta as ilhas Havaí, as Filipinas e outras menores.”

Hoje, em nome da chamada *nova ordem internacional*, procura-se diversificar o entendimento de soberania, ao sabor das conveniências das lideranças mundiais pós-Guerra Fria, sendo ela, repita-se, una, indivisível, inalienável e imprescritível. E de maior gravidade, ainda, é o nefasto e perverso colonialismo (ou satelitismo) cultural que tentam nos impingir, com vistas especiais para a mocidade, e que tão somente enaltece o que é estrangeiro e deprecia o que é nosso.

O Brasil não pode se descuidar da preservação de suas prístimas tradições, de seus valores paradigmáticos e imperecíveis, de seu legado histórico, de sua memória, de seus símbolos, de suas reminiscências, de sua identidade, do orgulho nacional, de sua alma, enfim.

É que este país-continente, por seus filhos e sua gesta, não merece a canga de um destino mesquinho para o seu tamanho...

Eram essas as considerações, de suma relevância, que deixamos à douta e lúcida apreciação dos confrades desta Casa, as quais retratam os pensamentos de nosso ilustre Patrono, que procuramos, de forma imperfeita e sucinta, relembra.

Nas funções de General, Torres Homem foi chefe do Departamento dos Serviços Auxiliares da Repartição do Estado-Maior do Exército, Inspetor das 5<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> Regiões

Militares, além de Comandante da 3<sup>a</sup> Brigada Estratégica.

Reformado em 1<sup>o</sup> de maio de 1914, após 45 anos, 7 meses e 10 dias de inestimáveis serviços prestados ao glorioso e invicto Exército Brasileiro, o General Torres Homem fecha definitivamente os olhos, aos 68 anos de idade, na Rua Humaitá, 67, nesta cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de fevereiro de 1920.

Desapareceu o homem, mas permaneceu o labor de uma obra, de robusto conteúdo cívico-militar, edificada na renúncia e no sacrifício de toda uma profícua existência, pobre em bens materiais, mas riquíssima em ensinamentos, exemplos, lições de vida e acrisolado sentimento de brasilidade!

*Ecce homo!*

Aquele excepcional militar, alto, magro, carrancudo, indiferente em seu caminhar ao que se passava em torno dele, foi, podemos convictamente afirmar, um verdadeiro patriota que honrou e amou o seu Exército e a Pátria brasileira.

Por derradeiro, reiterando os meus agradecimentos a todos os que, aqui e agora, me prestigiam com as suas presenças, prometo não deslustrar as tradições desta Instituição, que tanto tem feito para a perpetuação da memória e dos mais caros ideais de nossas Forças Armadas.

E com a responsabilidade de sócio efetivo deste Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, honorificência que me foi conferida, mercê do coração magnânimo, generoso, de seus consócios, desejo concluir concitando a todos, nesta difícil quadra da vida nacional, a que mantenham, como prioridade de número primo, o ânimo varonil, embasado na força do civismo e na preservação e culto dos tradicionais valores do glorioso pretérito, que fizeram e fazem a



grandeza de nosso querido e abençoado Brasil!

Sim, posto que todos necessitamos, desde sempre, e não apenas só e enquanto a nossa pátria estiver em grandes dificuldades, de um ideal, de um farol, de uma bandeira, de um fanal!

Pois quando um povo entra a esquecer, nos prazeres fugacíssimos da vida, dos vultos

mais salientes, dos feitos marcantes de sua história-pátria, daqueles que mais se sublimam pelo saber, pelo heroísmo, pela santidade ou pelo martírio, ninguém deve maravilhar-se de vê-lo, um dia, desagregado, desmoralizado, desacreditado e, ainda por maior desdita, escravizado pelos outros povos. É a lição triste da História, a mestra da vida, a mãe da tradição.



*Os homens que tentam fazer algo e fracassam  
são infinitamente melhores do que aqueles  
que nada arriscam e são vitoriosos.*

Lloyd James

*Os olhos das pessoas são os olhos que nos destroem.  
Se todos fossem cegos exceto eu mesmo, eu não desejaria  
roupas requintadas, casas requintadas  
nem mobília requintada.*

Benjamin Franklin

*Nunca fui capaz de conceber que um ser racional  
pudesse aspirar à felicidade através do exercício do poder  
sobre as pessoas.*

Thomas Jefferson



# História Militar Passado e Futuro

Sérgio Paulo Muniz Costa\*

*Alocução proferida em 9 de novembro de 1999, na sessão magna comemorativa do 63º aniversário do IGHMB.*

A História nasceu militar e continua a sê-lo. Heródoto e Tucídides, escrevendo em estilos diferentes, criaram a História a partir das guerras que descreveram. Fukuyama, um dos últimos profetas historiadores do século XX, ousou declarar o fim da História com o desfecho da Guerra Fria. Braudell, um dos criadores da escola dos Anales, consagrou-se com sua magnífica obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico* – centrada no drama da guerra não declarada, travada na Europa do século XVII entre os ibéricos e as potências marítimas emergentes. A Nova Ordem Mundial foi proclamada pela potência vencedora da Guerra do Golfo. Calmon e Varnhagen se sublimaram na descrição dos feitos de armas que explicam a Nação.

A História nasceu com a Geografia e assim permanecem irmãs! Heródoto escreveu sua História com o intuito de descrever o mundo conhecido da antigüidade. Na sua obra, muito mais do que distâncias e fisiografias, está a cultura de povos. Euclides

da Cunha sentenciou que a Geografia precede a História.

Terra e cultura formam um todo do qual a História e a Geografia se ocupam desde há muito tempo. Nosso Presidente do Instituto, o Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, assim se pronunciou a respeito.

“Infelizes são os que se recusam a ouvir a história da terra e dos homens, porque estão condenados a sofrê-la como destino e não têm como entender o relacionamento entre os povos. Infelizes são os que não cultuam suas origens, antepassados, costumes, tradições e valores, porque sucumbem à míngua de fontes de energia para preservação da nacionalidade, além de não compreenderem os anseios e as tendências da cultura nacional.”

No momento em que o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil comemora 63 anos de existência, é oportuno lembrar a todos nós a origem dos historiadores e a natureza do seu ofício, pois o mundo e a humanidade jamais deixaram de estar em guerra ou de se preparar para ela, o que revela o papel pedagógico e político da História no desenrolar da tragédia do poder e da sobrevivência.

\* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Sócio efetivo do IGHMB.



É Doine Dawson que nos mostra em sua magnífica obra *As Origens da Guerra no Ocidente*, recentemente publicada pela Biblioteca do Exército:

“No meado do IV século existia um grande e bem conhecido corpo da literatura grega que, até então, não tinha nome adequado – ainda não era chamado de História –, mas descrito de um modo geral como os escritos dos feitos de guerra ou pesquisas sobre feitos de guerra. Aí se incluíam Heródoto, Tucídides e vários continuadores desse último, englobados sob o título de *Hellenica* (dos quais só Xenofonte sobrevive). Conheciam-se também os relatos dos gregos ocidentais, textos dos escritores de Siracusa, hoje perdidos, sob o título de *Sicelica*. Dava-se como certo que essa literatura era a fonte do conhecimento de tudo sobre a guerra, diplomacia e relações entre Estados.”

A História, que na Antigüidade Clássica nasceu sem um nome adequado, inspirou outras ciências, com elas se amalgamou e ressurgiu multifacetada na recente tradição intelectual do Ocidente. Só muito recentemente, aplicou-se à História o termo militar, num esforço paralelo à especialização do conhecimento que caracterizou o último dos séculos. Essa adjetivação teve conseqüências importantes, porquanto remeteu os feitos dos soldados a um nicho profissional quase hermetico. Embainhado o sabre, o soldado intelectual cumpriu bem o seu papel nesses últimos duzentos anos, não faltando obras preciosas, elaboradas pelo viés pedagógico-profissional, que contribuíram de forma expressiva para a evolução da Arte da Guerra.

Numa circunstância excepcional da evolução da Humanidade, na qual os espíritos de Kant e Goethe brilharam num reino militar, um soldado profissional rompeu aquele

hermetismo e cunhou a sentença: “A Guerra é a continuação da Política por outros meios.” Clausewitz foi, no entanto, uma exceção, sendo seus escritos, geralmente, mal-interpretados por críticos e adeptos extemporâneos ao momento cultural único da Prússia da passagem do século XVIII.

No entanto, o entendimento da totalidade da guerra vislumbrado por Clausewitz no redemoinho das guerras da Revolução Francesa haveria de ser retomado com brilhantismo pelo mais bem sucedido dos neo-clausewitianos deste século, o intelectual Raymond Aron, que, na “paz morna da Guerra Fria”, identificou a inversão da fórmula clausewitiana pela aplicação da praxis revolucionária marxista-leninista à guerra e pelo xeque-mate nuclear. Num mundo globalizado pelas ameaças nuclear e terrorista, onde havia pouco espaço para neutralidades de conveniência, a Guerra seria uma condição constante, cuja continuidade, como instrumento, seria a Política.

Esse momento específico – o meta-conflito do pós-Segunda Guerra Mundial – transformou a História em arma. Em tempo algum da escalada do Homem, nem mesmo durante as guerras religiosas, a História foi tão distorcida, manipulada e ideologizada como nos últimos cinquenta anos. Terminada a Guerra Fria e voltando a predominar a fórmula original clausewitiana, nem por isso podemos garantir que a História foi desarmada ou tornada axiologicamente neutra. José Honório Rodrigues já alertara que “a História é um poderoso instrumento ideológico que pode modelar nosso sentido de identidade, nosso futuro nacional ou o nosso propósito social”.

Os pilares da discórdia – espaço, poder, riqueza e cultura – continuam de pé, sustentando um cenário de incertezas do qual não



desaparecerá a guerra. Terminada a Guerra Fria, continuam a se frustrar as esperanças de paz e justiça no cenário internacional. A *Realpolitik* se confirma como prática corriqueira, em que o cálculo de poder do forte sobre o fraco é tão comum quanto o recomendado pelos solistas do pensamento clássico.

O etnocentrismo vem se manifestando de maneira desagradável nas mais diversas nações do mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, ele inspira um professor de tradicional universidade a publicar um livro amplamente divulgado, no qual a superioridade anglo-saxônica é explicada por um viés mediavalista que faz tábula rasa da civilização clássica e romana e condena tudo de todos que não sejam anglo-saxões. Nos Bálcãs, esse etnocentrismo produziu massacres étnicos multilaterais dignos de qualificação nazista, talvez ainda reproduzindo ecos da tragédia ocorrida naquela região durante a Segunda Guerra Mundial. No Timor, mal explicado pela raça, ele deságua num preocupante choque religioso e cultural, já pressentido por Samuel Huntington.

As promessas de um futuro melhor para a Humanidade, com o advento da biotecnologia, são permeadas por ameaças de guerra não muito veladas, proferidas por intelectuais influentes, àqueles países que não chegarem a um consenso razoável com os poderosos a respeito da biodiversidade.

Um indisfarçável mal-estar vai crescendo à medida que se verifica que o louvável sentimento mundial em prol dos Direitos Humanos se mistura com as realidades do poder, tornando unilaterais, discricionárias e utilitaristas as ações originalmente destinadas a coibir abusos inaceitáveis, tudo isso alimentado por um complexo de superioridade cultural que cheira a colonialismo.

A nova face da globalização mundial, viabilizada pela evanescência das fronteiras econômicas e pela tecnologia que injetam ou subtraem dinheiro e informação, não consegue superar a geografia. Os blocos econômicos continuam a se sujeitar aos desígnios da geopolítica, misturando mercados, diplomacia, estratégia, finanças, política, cultura e poder.

Esses aspectos da conjuntura internacional produzem reflexos diretos no papel e na utilização da História como Ciência. Mas a conjuntura mundial se caracteriza principalmente pela mudança, cada vez mais abrangente e freqüente, devido à interação entre as sociedades, a novos equilíbrios de poder e à produção de conhecimentos. Esse último fator, a produção de conhecimentos, repercute intensamente nas sociedades industrializadas, com inevitáveis reflexos nas demais.

A produção de conhecimentos e a sua aplicação atingiu nas últimas décadas deste século uma escala de aceleração exponencial. Oitenta por cento do conhecimento que o homem hoje dispõe foi criado após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, seria em meados dos anos 1970 que começou a se esboçar a nova conjuntura mundial que hoje vivemos. Uma explosão da produção de conhecimentos adveio da reversão do quadro estratégico mundial após o primeiro choque do petróleo, em 1973.

Nos anos 1960, os baixos preços do petróleo haviam conduzido a uma grande dependência das nações industrializadas, particularmente nos setores de automotores, química e eletricidade e a uma medida defensiva dos países produtores, a criação da OPEP. À medida que se evidenciou a dependência dos ricos e que a confrontação econômica se intensificava, crescia a consciência



do valor do petróleo como arma política e econômica. A oportunidade para usar essa arma veio em outubro de 1973 com a Guerra do Yom Kippur entre árabes e israelenses. Os países produtores da OPEP aumentaram, no dia 16 de outubro, os preços de petróleo em 70% e, no dia 23 de outubro, em 128%, desencadeando a maior crise econômica desde a Segunda Guerra Mundial. Os preços se elevaram, a produção parou de crescer nos países ricos, caracterizando a estagnação, enquanto os países pobres sofriam um retrocesso no seu crescimento econômico.

O dinheiro auferido pelos países produtores acabou indo parar no sistema financeiro dos países ricos, surgindo o petrodólar, numa escala de oferta muito maior do que o eurodólar dos anos 1960, provocando nova onda de empréstimos, especulação e endividamento dos países pobres.

A progressiva escalada de preços das matérias-primas no contexto do confronto econômico entre países desenvolvidos e não-desenvolvidos, com seu clímax na crise de 1973, gerou uma resposta dos países industrializados consubstanciada num salto da Revolução Tecnológica. As nações ricas se conscientizaram das desvantagens do beneficiamento de matérias-primas que resultariam em produtos a serem exportados, receando prosseguir na relação instável com os países exportadores. Havia produtos tecnológicos, oriundos da corrida espacial e de outras motivações, aplicáveis nos mais diversos setores de atividade, prontos nas prateleiras, aguardando uma relação de custo-demanda adequada, fosse ela espontânea ou induzida. Surgiu uma nova consciência ecológica, o setor de serviços ultrapassou o industrial e ocorreu um maciço investimento em tecnologia de ponta, que passou a ser exportada

para os países pobres, invertendo o sentido da dependência comercial, aviltando o preço das matérias-primas e aumentando a distância tecnológica entre desenvolvidos e não-desenvolvidos.

Essa nova era econômica mundial transformou o conceito de poder e riqueza nacionais. O aumento exponencial da produção tecnológica selou a Guerra Fria, com uma URSS incapaz de responder o desafio norte-americano representado pelo programa apelidado de Guerra nas Estrelas. O investimento na tecnologia militar, acompanhando um poderoso processo de reforma das Forças Armadas norte-americanas, em particular do Exército, resultou num poder militar que, aplicado no Golfo Pérsico em 1991, caracterizou o predomínio político-militar dos Estados Unidos. O Japão foi então avisado que estavam acabados os dias de tolerância com seu superávit comercial. Os Estados Unidos iniciaram um ciclo de expansão econômica que não dá mostras de esgotamento, sobre o qual se discute nos melhores círculos intelectuais do mundo e do qual, na hora de seu encerramento, depende a estabilidade da economia mundial, conforme a qualidade da aterrissagem, segundo o alerta de Carlos Langoni.

Muito mais do que riqueza explica a atual supremacia norte-americana. É a capacidade de produzir conhecimento numa escala exponencial que fundamenta essa supremacia traduzida militar, econômica e politicamente. Essa é uma explicação histórica para as origens da atual explosão do conhecimento, atribuída diretamente à aplicação de enormes recursos na área de pesquisa, aos avanços da micro-eletrônica, ao surgimento dos grandes laboratórios, centros de pesquisa e bibliotecas voltados para a produção do conhecimento, à associação das universidades com



as empresas e à criação das grandes redes de comunicação.

Essa apreciação do passado recente nos leva inevitavelmente a refletir sobre a preservação e o crescimento do Poder Nacional do Brasil. Que ramo do conhecimento humano explicaria ao príncipe moderno o que fazer para tornar o seu reino próspero, forte e respeitado? Os inúmeros fatores interrelacionados sugeridos na análise das últimas décadas deste século nos dão uma resposta – todos!

A História é o leme da nau de todas as Ciências, deixando sua marca na espuma das águas passadas e dando o rumo nas águas do porvir. Se a estratégia é um fenômeno da História, como asseverou Tucídides, as cogitações do príncipe moderno haverão de estar sempre no plano histórico, orientando todos os esforços do seu reinado. A História se confunde com a Política e a Estratégia, é instrumento de todas as Ciências e se vale de todas elas para suas próprias finalidades. Seria esse o mais elevado nível de compreensão da História, o qual pressentimos estar presente por trás de todos os vitoriosos deste final de século.

Como ferramenta da Ciência Política, a História Militar pode ajudar a entender melhor o Estado, através das lentes de seu preparo e ação na guerra. O papel do soldado, autor e ator da História Militar, no contexto da sociedade e do Estado será sempre um inesgotável manancial para novos produtos agregados do conhecimento. Mas, à luz dos acontecimentos atuais, podemos afirmar também que não se fará História Militar sem a Universidade, instituição maior de conhecimento, nem ela o fará sem a história dos soldados e de seus feitos, pois não é possível encenar uma peça sem atores, nem contar uma história sem acontecimentos.

Para o Exército brasileiro, a História Militar tem renovada importância no contexto do processo de modernização do ensino, um dos componentes do núcleo de modernidade que serve de embasamento para a modernização do próprio Exército. A Política Militar Terrestre, parte fundamental do Sistema de Planejamento do Exército Brasileiro, fixa objetivos gerais, um dos quais é a preservação das tradições, da memória e dos valores morais, culturais e históricos. Objetivo fundamental num contexto internacional onde o predomínio econômico, político e militar da superpotência remanescente se traduz no campo cultural por uma avassaladora capacidade de produção de massa, literária e cinematográfica, e as utopias internacionalistas insistem em negar a nacionalidade. Objetivo que preserva o núcleo de identidade e de vontade do qual brotarão todas as demais ações políticas ou estratégicas.

A Diretriz de Ensino de História Militar para Oficiais e Sargentos do Exército Brasileiro, expedida pelo DEP em 1997, é um programa amplo que regula o ensino da História Militar em todos os estabelecimentos de ensino do Exército, cobrindo toda a carreira do oficial e do sargento. Presente em todos os currículos, na EsPCEEx, na AMAN, na EsAO, nos Cursos de Comando e Estado-Maior e Política, Estratégia e Alta Administração do Exército da ECEME, na ESA, no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos e em todos os cursos de especialização e extensão, a História Militar é estudada de forma sistematizada, segundo objetivos particulares a cada estabelecimento de ensino. Na formação e aperfeiçoamento do oficial, o ensino da História Militar tem três escalas principais. Na AMAN, a formação de uma base cognitiva geral e de uma



atitude favorável ao auto-didatismo; na EsAO, o estudo das operações militares no nível U e GU, centrado na tática; e na ECEME o estudo das operações estratégicas.

Além de contribuir diretamente para a consecução de um dos objetivos gerais da Política Militar Terrestre, a História Militar é um vetor importante para a modernização do ensino, modernização que indica o planejamento da atividade educacional segundo uma cogitação do futuro, privilegia a educação geral, particularmente nos ensinos de formação e altos estudos militares, e preconiza, no ensino de formação, a organização de um *core* de conhecimentos que deve servir de núcleo para entender as inovações, sem que tenhamos condições de predizê-las e para elas antecipar um programa educacional.

O estudo dos feitos dos soldados na História do Brasil é uma tarefa complexa, só tornada possível através de uma coerência do legado histórico-cultural da Nação. Nesta quadra final do século, às vésperas dos quinhentos anos do Descobrimento, é possível enxergar uma coerência nos fatos que construíram a nossa História. Os fatos históricos seriam, então, como a imagem de um espelho, através da qual a nacionalidade, despida dos ornamentos das conveniências políticas e intelectuais, veria a si própria como um corpo estruturado e amadurecido. Claro está que essa imagem não é plástica e sim intuitiva, mais sinestésica nesse nosso caleidoscópio cultural do que explicável pela nossa literatura, o que talvez explique o noviciado de instituições tão caras para nossa modernidade.

Elencar alguns acontecimentos e líderes na nossa História Militar é uma tentativa de explicar o Brasil através de seus feitos e homens de armas. O histórico êxito das nossas

armas em tempos e geografias distintos é causa e consequência da grandeza do Brasil. Causa por não ter sido essa vasta unidade obra do acaso. Consequência pela impossibilidade de o nosso espírito marcial ser maior do que um patrimônio tão auto-suficiente. Pluricontinental na sua formação cultural, coincidência histórica de unidades superpostas, continentalidade explicada por um talento marítimo e único império dentro de suas fronteiras, o Brasil pode, e deve, ser explicado também pelos seus feitos militares personificados em figuras emblemáticas de uma época, acontecimento ou instituição. Afinal, não é difícil reconhecer que a falta ou o fracasso de alguns deles poderia ter nos trazido a um patamar histórico bastante diferente do que hoje nos colocamos face ao passado e ao futuro.

Que Brasil ou quantos e quais Brasis remanesceriam do fracasso da Insurreição Pernambucana, da timidez dos Bandeirantes, da destruição do Exército do Sul no Passo do Rosário, de uma ausência em Monte Caseros, dos destroços da Esquadra em Riachuelo ou Humaitá, de um fracasso em Passo da Pátria, de uma derrota em Tuiuti, de um exército atolado no Chaco, e de centenas de anos de omissão militar na Amazônia? Configurado um rosário de reveses como o exemplificado, provavelmente só restaria perguntar que expressão e relações mútuas teriam hoje uma Guiana recém-independente, confinada entre o São Francisco e o Parnaíba, um colosso equatorial na calha amazônica ancorado no planalto brasileiro, um país limitado pelo rios Iguaçu, Paraná, Araguaia e São Francisco e um estado tampão ao dos rios Iguaçu ou Uruguai.

Qual seria o atual grau de evolução social e política de um Brasil que rompesse o século XX sem linhas telegráficas no seu vasto



interior, persistindo agrário, monocultor e desagregado politicamente sem a Revolução de 1930? Seria possível a industrialização brasileira dos anos 1950 sem o êxito de uma força expedicionária durante a Segunda Guerra Mundial na Europa? Não estaria o êxito da FEB em 1945 vinculado à evolução do Exército desde a reforma de 1808? Qual seria a auto-imagem das Forças Armadas brasileiras omissas ou derrotadas durante o maior conflito da História? A estabilidade política e econômica do Brasil do final do século XX seria possível sem o profissionalismo e os compromissos democráticos das Forças Armadas desde o final da Segunda Guerra Mundial?

Reconhecer o papel de líderes militares como Vidal de Negreiros, Caxias, Tamandaré, Osório, Hermes da Fonseca, Rondon, Góes Monteiro, Mascarenhas de Moraes, Eduardo Gomes e Castello Branco em um contexto histórico tão complexo requer, além disso, uma perspectiva unificadora diante de uma ampla tradição militar, onde as Armas, Serviços e Quadros da Força Terrestre cultuam as figuras de lídimos patronos e de caros heróis, a Marinha de Guerra ostenta façanhas e nomes históricos que explicam a própria grandeza do País e a jovem Força Aérea se orgulha da nacionalidade do Pai da Aviação, da extensão da nação-continente que ajuda a integrar e dos combates que travou em outros céus. Não bastassem referenciais da nossa reflexão histórica, e temos ainda exemplos de patriotismo, civismo e renúncia legados por militares à História do Brasil, desde os seus primeiros anseios de liberdade até os difíceis e gloriosos momentos de escolha dos caminhos da Nação.

Agentes ou produtos de uma estrutura, uma época ou um acontecimento, esses feitos e homens, em conjunto, significam uma

coerência, uma evolução, com suas rupturas e continuidades, que chegam até os nossos dias. Apesar da paixão que as rupturas ou suas expectativas despertam, esse critério nos remete a um esforço de compreensão que privilegia mais as linhas, às vezes um pouco obscuras, das continuidades históricas do que o brilho efêmero dos atos e acontecimentos.

O esforço intelectual cometido por quem hoje estuda a História do Brasil é permeado pela estimulante dicotomia do atual momento brasileiro, no qual a nacionalidade, acicatada pelos desafios da competição internacional e questionada na sua identidade cultural pelos ventos globalizantes, ambiciona a modernidade, pretendendo ao mesmo tempo ser mais antiga do que aqueles limites formais e institucionais do Estado aos quais estávamos habituados. Os sinais desse estado de espírito são evidentes ao testemunharmos nossa associação ao júbilo lusitano na última exposição do século, os preparativos para a comemoração dos cinco séculos do Descobrimento, bem como o resgate e a preservação das origens africanas e dos imigrantes.

Neste momento histórico do final do século XX, o Exército brasileiro, ao se entender nascido nos Montes Guararapes a 19 de abril de 1648, intitucionaliza a tradição criada por Mascarenhas de Moraes em 1945 ao depositar no Altar da Pátria, em homenagem aos nossos heróis da Guerra Mundial do Século XVII, os louros da vitória brasileira na Guerra dos Trinta Anos da Idade Contemporânea. Mas é importante assinalar que essa tradição marcial resgatada dos anos 1940 tem amparo na obra de Gilberto Freyre, filho pródigo do movimento intelectual de 1922, primeira tentativa de explicar o Brasil através da sua arte e cultura, ponto de encontro de todos os setores de uma sociedade na discussão do futuro comum.



Depois da Guerra Holandesa, quando o centro de gravidade das lutas externas se desloca para o centro-sul, nos séculos XVIII e XIX, aí vamos encontrar feitos e lideranças militares que coroam, confirmam ou consolidam vastos movimentos sociais, econômicos e geopolíticos. Menos espetacular, mas nem por isso menos definitiva para os contornos da nacionalidade, a silenciosa edificação dos inúmeros fortes e fortalezas na fronteira norte e centro-oeste são façanhas dessa época. Não pode ser esquecido também o ensino científico das aulas de artilharia e fortificação ministradas nas fortalezas – um desdobramento educacional da presença militar na História do Brasil –, que marcaria nossa arquitetura colonial, não só militar como também urbana, com monumentos testemunhais da evolução da própria nacionalidade.

Numa percepção histórica, segundo a qual a identidade nacional prescinde da organização formal do Estado em 1822 e, conseqüentemente, minimiza complexos coloniais e rupturas, é naturalmente preponderante o enfoque cultural das origens e o papel de algumas instituições, como o Exército, a Justiça e a Igreja. As próprias elites políticas, que ao assumirem o poder em 1822 vão enfeixar aquelas instituições, não poderiam deixar de ser produto natural desse processo de formação e evolução, no qual se destaca a fórmula original de separação da antiga metrópole, que algumas vezes esteve a ponto de se amalgamar com o Estado, o Principado e o Reino do Brasil.

A tradição militar brasileira, com suas peculiaridades advindas do processo de formação e evolução do país, tem nítido compromisso nacional e territorial, diferentemente de outras instituições estrangeiras congêneres. Ela também não se impõe a

outras tradições ou instituições nacionais, nem com elas conflita, por integrar a herança maior, cultural, que em 1822 se organizou politicamente de forma autônoma. Por isso tudo, a nossa História Militar se confunde com a própria História do Brasil, nos seus desdobramentos internos e externos, de forma legítima, como vem sendo até hoje.

A História Militar tem múltiplas funções na sociedade moderna. Integrada a outras ciências, deve ser capaz de vincular o pensamento militar à política e à cultura de uma nação. Estudada por civis e soldados, deve levar à verdadeira vitória, a obtenção da paz pela força militar, empregada ou cogitada. Dos militares ouvirão os civis os preceitos táticos, estratégicos e operacionais que condicionam as operações militares. Dos civis ouvirão os militares os métodos de pesquisa e as formas de percepção do ambiente social, político e econômico que conformam as guerras. Servindo à sociedade, a História Militar irá lembrá-la de seus legítimos valores marciais que a farão sobreviver quando agredida. Desse processo, só aparentemente complexo e sofisticado, emergirá a comunhão de propósitos que reduz os distanciamentos profissionais. É Tucídides que mais uma vez nos socorre, lembrando que a Nação que faz grande distinção entre seus soldados e seus intelectuais terá seu pensamento feito por covardes e suas guerras combatidas por tolos.

O estudo e a pesquisa de História Militar tem outro importante significado como instrumento metodológico de evolução da doutrina. Esse campo talvez seja o que requeira maior integração entre militares e civis, pois as ciências do comportamento, as técnicas de pesquisa, arquivamento e recuperação do conhecimento e a compreensão da questão tecnológica deverão obrigato-



riamente se integrar em prol da evolução de nossas linhas doutrinárias. O historiador tem função relevante na formulação da Política de Defesa Nacional, na medida em que interpreta acontecimentos passados recentes e distantes que sugerem uma continuidade ou uma ruptura, identifica vocações coletivas e antecipa acontecimentos. Precisamos produzir conhecimento, aplicado à Defesa Nacional, fundamentado nas nossas genuínas capacidades e adequado às nossas verdadeiras necessidades de nação democrática, potência regional e emergente, estável, pacífica e respeitada internacionalmente.

No momento em que o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil renova seus esforços pela interação das comunidades

universitária e militar no estudo da História Militar, não poderíamos deixar de formular, em nome de todos os confrades, nossos votos de sucesso a essa iniciativa. Ainda em nome de todos os confrades, expresso também o júbilo pela passagem desse aniversário, que encontra tão prestigiosa instituição fortalecida nos seus propósitos.

Finalizando, pergunto: podemos ainda ter uma História Militar? Sim, podemos, todos nós, brasileiros, civis e militares, enquanto nossa sociedade quiser se organizar como Estado, enquanto viver a Nação, enquanto existir o soldado, enquanto houver o Brasil. Que não percamos nosso rastro na espuma da popa e saibamos enxergar o rumo seguro por entre as ondas revoltas.



*Só uma guerra é permitida à espécie humana;  
a guerra à extinção.*

Isaac Newton

*Cura-se a ferida que uma espada faz;  
é incurável, porém, o que faz uma língua.*

Provérbio árabe

*O mundo não está ameaçado pelas pessoas más,  
e sim por aquelas que permitem a maldade.*

Einstein

*A persistência é o caminho do êxito.*

Chaplin



# Forças Armadas: o mito da crise de identidade

Sebastião José Ramos de Castro\*

*Comunicação apresentada em sessão do NEPHIM.*

**C**rise de identidade pode ser entendida como a falta de dados que identificam uma pessoa, tais como: nome, idade, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais etc. Crise de identidade das Forças Armadas brasileiras pode ser compreendida como sendo o fato de que as mesmas estão carentes de dados que as identifiquem precisamente.

Será esse o caso? Nossas Forças Armadas não possuem características próprias que as definam e personalizem? Suas atribuições não estão perfeitamente definidas?

É com base nessas indagações que procuraremos demonstrar que a falada crise de identidade das Forças Armadas brasileiras é um mito criado e que não possui qualquer fundamento.

Analisemos o problema.

Com o desmembramento da extinta União Soviética e os fatos decorrentes, surgiu uma única superpotência, os Estados Unidos da América do Norte – EUA. Com o sensível abrandamento do conflito ideológico entre o Leste e o Oeste (comunismo *versus* capitalismo), dando origem a uma nova ordem mundial, a mídia e setores inte-

ressados passaram a questionar o papel e a necessidade de existência das Forças Armadas brasileiras e criaram o mito da crise de identidade.

Inicialmente, queremos esclarecer que usamos a expressão abrandamento e não extinção porque consideramos que uma ideologia não se extingue. Exemplo evidente dessa assertiva é o caso do nazismo, que foi não apenas derrotado ao fim da Segunda Guerra Mundial e, sim, literalmente esmagado e destruído, e que ressurgiu, com toda a sua virulência, inclusive nos EUA, através da ação de vários grupos organizados. De igual forma, a doutrina marxista-leninista não está morta e constata-se, no Brasil, o endeuamento de figuras com Marx, Che Guevara, Fidel Castro e a aplicação dos seus princípios doutrinários.

No Brasil, a oposição das Forças Armadas às tentativas de conquista do Poder pelos adeptos dessa ideologia tem sido uma constante, desde a Intentona Comunista de 1935. Evidentemente, após a Segunda Guerra Mundial ocorreram as tentativas, algumas bem-sucedidas, de expansão do Movimento Comunista, sob o patrocínio da URSS e da República Popular da China e, especialmente, de Cuba, quando esta se tornou a primeira nação comunista das Américas, após

\* General-de-Exército. Sócio efetivo do IGHMB.



a vitória de Fidel Castro. Ocorreu o chamado período da Guerra Fria e tentativas de implantação de regimes comunistas em vários países da América, inclusive no Brasil. As guerrilhas urbana e rural levadas a termo no Brasil obrigaram nossas Forças Armadas a interferir para eliminar a ameaça. Deve-se salientar que apenas uma pequena parcela das mesmas foram empregadas para esse fim; porém, o fizeram dentro do espírito de sua destinação constitucional de manutenção da ordem interna, como também o fizeram quando da tentativa do radicalismo de direita representado pelo Movimento Integralista em 1938.

Desde a primeira Constituição Brasileira, a do Império, de 1824, com pequenas modificações, a missão constitucional das Forças Armadas tem se mantido inalterada. É uma missão que define, com precisão, a identidade das Forças Armadas do Brasil.

Vejamos o que prescrevia a Constituição de 1824.

*Título V – Cap VII – DA FORÇA MILITAR*

*Art 145 – Todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, a integridade do Império e defendê-lo de seus inimigos externos e internos.*

*Art 148 – Ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de mar e terra como bem parecer conveniente à segurança e defesa do Império.*

*Art 102 – Do Poder Executivo*

*O Imperador é o chefe do Poder Executivo e o exercita pelos seus Ministros de Estado.*

*São suas principais atribuições:*

.....

*XV Prover a tudo que for concernente à segurança interna e externa do Estado, na forma da Constituição.*

Como se pode constatar, essas premissas continuam válidas até os dias atuais, não obstante o esforço que foi realizado por alguns setores, que podemos considerar como revanchistas, de retirar das Forças Armadas a responsabilidade pela Segurança Interna (manutenção da lei e da ordem), o que foi obstado pela enérgica atuação dos ministros militares da época.

A identidade das Forças Armadas brasileiras com a finalidade para a qual existem está claramente definida. De sua missão constitucional decorrem as diferentes tarefas que deverão estar em condições de cumprir.

Com o decorrer dos tempos, como resultado da evolução interna e da conjuntura internacional, novas tarefas surgiram além das tradicionalmente consagradas. São as chamadas Atividades Subsidiárias. Ao analisar sua missão, o Exército definiu como tarefas a realizar: defender a Pátria; garantir os Poderes Constitucionais; garantir a Lei; garantir a Ordem; cooperar com o Desenvolvimento Nacional; cooperar com a Defesa Civil e participar de Operações Internacionais.

É claro que, para bem poder cumprir essas tarefas, as Forças Armadas deveriam contar com recursos financeiros que assegurassem o seu reequipamento, instrução e adestramento. Ocorre que, de uns tempos para cá, esses recursos têm sido cada vez mais reduzidos.

Em face dessa circunstância, o Exército decidiu investir em um núcleo de modernidade tendo como vetores: uma força de pronto emprego; um sistema de comando e controle; o ensino militar; a guerra eletrônica; a aviação do exército e o núcleo de blindados.

A Força de Pronto Emprego é integrada pela Força de Ação Rápida, pela Força de Paz e outras OM selecionadas.



A Força de Ação Rápida é integrada pela Brigada de Infantaria Pára-quedista; 12ª Bda Inf Leve (Amv); pelo 1º Batalhão de Forças Especiais e por OM operacionais da Aviação do Exército, todas elas pertencentes à Reserva Estratégica.

A Força de Paz é, em princípio, um Batalhão de Infantaria Reforçado.

Na medida de suas possibilidades, função da disponibilidade de recursos, visando a diminuir o *gap* tecnológico com relação a exércitos de outras nações mais dotados de meios, têm sido adquiridos materiais tanto no exterior como no próprio país, prestigiando a indústria nacional de material de defesa.

Em resumo, ao analisar a conquista mundial e suas consequências para o Exército brasileiro, o então Ministro do Exército, General-de-Exército Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, expediu Diretriz que estabeleceu o seguinte: no campo interno, dar continuidade à estratégia da presença; no campo externo, assegurar condições adequadas à consolidação da estratégia da dissuasão e à capacitação da Força para se fazer representar corretamente nas missões internacionais decorrentes de tratados celebrados pelo Estado brasileiro, de forma a gerar, no ambiente internacional, a necessária confiabilidade no Brasil.

De tudo que foi apresentado, podemos concluir que é um mito dizer-se que há uma crise de identidade. As Forças Armadas brasileiras sabem perfeitamente qual sua missão constitucional, a finalidade de sua existência e que tarefas devem estar em condições de cumprir. O que as afeta é a escassez de recursos financeiros e não dúvidas sobre sua destinação.

A participação do Exército em vários episódios da vida nacional, em cumprimento de sua missão constitucional, foi definindo suas características de identidade como Insti-

tuição, tais como as de: instituição regular; instituição nacional; instituição permanente; instituição democrática; instituição organizada com base na disciplina e hierarquia; instituição apolítica-partidária; e instituição subordinada ao chefe do Poder Executivo, nos limites da lei.

Foi, assim, sendo forjada uma consciência militar da necessidade do Exército (e por consequência de Forças Armadas) para assegurar a independência e a soberania do País, para manter o patrimônio nacional, para garantir o regime democrático e para manter, no campo interno, a ordem e a lei, quando ameaçadas por graves perturbações da ordem pública.

À nossa memória vêm as imagens de soldados brasileiros lutando na Guerra da Independência, dominando rebeliões como a Abrilada, Setembrada, Novembrada, Sabina, Balaiada, Cabanagem, Revolução de Sorocaba, Revolta de Minas Gerais, Guerra dos Farrapos e, dessa forma, garantindo e consolidando a unidade nacional. São eles que enfrentam, com bravura, os inimigos externos, na Guerra da Cisplatina, na Guerra do Uruguai, na Guerra contra Oribe e Rosas, na Guerra da Tríplice Aliança, na Segunda Guerra Mundial; que se batem contra as revoltas de fanáticos religiosos, como em Canudos e no Contestado; participam, com destemor, de movimentos para o restabelecimento dos princípios de liberdade e democracia, nas revoltas de 1922 e 1924, no Movimento Constitucionalista de 1932 e na Revolução de 1930. São eles que enfrentam, com altivez, as tentativas totalitárias de conquista do poder em 1935, 1938 e 1964, as ações de guerrilha urbana e rural e contribuem, em 1945, ao regressarem da Segunda Guerra Mundial, para o restabelecimento da Democracia.

Essa tem sido a missão dos soldados do Brasil.





# A Seleção Médica para a Força Expedicionária Brasileira

Aureliano Pinto de Moura\*

*Palestra proferida em 20 de novembro de 1999, no auditório do IGHMB, Casa Histórica de Deodoro, Rio de Janeiro-RJ*

**S**ão decorridas seis décadas do início da Segunda Guerra Mundial. Vão-se 57 anos desde que o Brasil foi levado a declarar estado de beligerância com os países do Eixo (31 de agosto de 1942). Pelo Decreto nº 10.451, de 16 de setembro de 1942, é decretada a mobilização geral.

Decidida a participação do Exército brasileiro nas operações de guerra e a organização de uma Força Expedicionária, foram constituídas Juntas Médicas de Seleção, em 1943.

Caberia a essas Juntas a seleção dos efetivos sob o ponto de vista médico.

Passado mais de meio século, julgo ser da maior importância uma reflexão sobre os trabalhos dessa seleção. Serão colhidos ensinamentos valiosos que, bem meditados e analisados, por certo evitarão erros futuros.

Na proporção em que milhares de jovens brasileiros eram selecionados, o número elevado de incapacitação causou surpresa às autoridades militares. Desse fato foram tiradas conclusões precipitadas e pouco lisonjeiras sobre o perfil do homem brasileiro,

sendo feitas ilações sobre a existência de “raça superior” (Batista Pereira e Ataliba Viana). O brasileiro começou ser olhado como uma “sub-raça”.

As reações foram as mais variadas. Para uns, os critérios de seleção deveriam ser relaxados; para outros, deveria ser retardado o envio da tropa para o teatro de operações.

A Diretoria de Saúde defendia os critérios preestabelecidos. O abastardamento dos critérios no processo de seleção médica, por certo, teriam reflexos negativos para a tropa em um futuro próximo. Não houve, entretanto, argumentos que convencessem as autoridades, nos escalões superiores, a não alterar o que fora estabelecido. O Serviço de Saúde recebeu ordem para modificar os índices e procedimentos.

As conseqüências não tardaram a aparecer, como bem mostraram os relatórios do Coronel Emmanuel Marques Porto, Chefe do Serviço de Saúde da Força Expedicionária Brasileira.

A rigorosa seleção médica dos efetivos destinados às tropas combatentes foi um dos pontos marcantes na mobilização do Exército na Segunda Guerra Mundial. Os rígidos índices estipulados levaram a um alto número

\* General-de-Divisão Médico. Sócio efetivo do IGHMB.



de incapacitados. Não só no Brasil, mas também em outros países, incluindo os Estados Unidos. Assim mostra o editorial da revista *The Nation*, de 22 de julho de 1944, sob o título *The Health Scandal*.

Conforme a referida revista, de 16 milhões de norte-americanos selecionados, mais de 4 milhões foram incapacitados por deficiências físicas ou mentais; 80% dos convocados não estavam isentos de alguma deficiência.

O ensinamento retirado desses fatos é que os órgãos mobilizadores devem estar atentos para os efetivos a serem mobilizados considerando os altos índices de incapacitação.

É evidente que o homem brasileiro de hoje está bem distante daqueles que foram selecionados no passado – física, mental e intelectualmente. O Exército também é outro e o soldado ideal, por certo, possui outro perfil.

## A DECISÃO

Decidida a participação brasileira no teatro de guerra, o Estado-Maior do Exército determinou à Diretoria de Saúde a elaboração de instruções destinadas à seleção médica dos efetivos que iriam ser mobilizados. Isto mostra que o Estado-Maior do Exército desconsiderou as normas vigentes. Impunham-se novos critérios, novos índices.

O trabalho previsto não seria fácil. Em três meses deveriam ser selecionados cerca de sessenta mil homens, nas condições exigidas para integrarem a Força Expedicionária Brasileira. Calculava-se que, para isso, deviam ser convocados duzentos mil homens para serem submetidos à seleção médica, dentro de um prazo de noventa dias, em todas

as Regiões Militares, ou seja, em todo o território nacional.

As previsões não se realizaram. O efetivo convocado para seleção foi reduzido e o prazo dilatado. Essa decisão, entretanto, só foi transmitida para as Juntas bem mais tarde.

O planejamento deveria ser realizado de conformidade com o estabelecido pelo Alto Comando do Exército.

Os efetivos a serem selecionados eram grandes e dispersos por todo o território nacional, contando com poucos recursos materiais, difíceis meios de comunicações e um número deficiente de médicos. Não havia uma reserva de médicos que pudesse ser convocada.

Se difícil era o planejamento, se difícil era conseguir meios materiais e de pessoal, pior, certamente, seria a execução.

Por decisão do General Souza Ferreira, então Diretor de Saúde, seria aplicada, em todas as Juntas, a rotina norte-americana, adaptada aos meios disponíveis no Exército brasileiro. Não foi uma cópia, mas uma adaptação do realizado pelos norte-americanos.

## O HOMEM A SER SELECIONADO

A comissão organizada para estabelecer os critérios a serem obedecidos e o perfil do homem desejado foi organizada sob a chefia do Tenente-Coronel Xavier Airoza.

O homem desejado deveria ter vigor físico, equilíbrio emocional e mental e um mínimo de desenvolvimento intelectual, com certa maturidade. Para os norte-americanos, um soldado poderia ter apenas seis anos de idade mental.

As estatísticas alemãs e norte-americanas relativas à Segunda Guerra Mundial mostraram que, dos 30% de oficiais e 15% de



praças evacuados por problemas psiquiátricos, 95% já eram portadores de problemas anteriores à mobilização.

A comissão estabeleceu um planejamento visando a submeter os homens a uma série de provas e exames. Assim eram realizados:

- inspeção de saúde por vários médicos de diversas especialidades;
- teste de verificação da capacidade intelectual, da idade mental e do grau de desenvolvimento da inteligência;
- observação do homem durante o período de treinamento nas unidades, visando a obter dados sobre o condicionamento físico e mental.

Estatísticas da época assinalavam que 85% dos distúrbios mentais não eram detectados em uma primeira seleção.

## A PREPARAÇÃO DAS JUNTAS MÉDICAS

Para execução do planejamento era necessária uma preparação do dispositivo, que assim foi feita:

- mobilizar médicos de várias especialidades;
- elaborar os testes de coeficientes mental e de inteligência;
- elaborar testes de capacitação intelectual;
- elaborar normas de acompanhamento;
- constituir Juntas Médicas de Seleção;
- adaptar as Formações Sanitárias Regimentares para funcionarem como Juntas;
- construir barracas de madeira onde funcionariam as Juntas Médicas; e
- estabelecer os Quadros de Dotação para Juntas de 2 horas e Juntas de 12 horas (JMS/2 E JMS/12).

As barracas de madeira ficaram no papel e as Juntas Médicas não funcionaram em locais ideais. No Rio de Janeiro, foi instalada uma na Policlínica Central do Exército (atual Policlínica Militar do Rio de Janeiro), que foi a que melhores instalações apresentou.

As necessidades em pessoal também não foram conseguidas em quantidade e qualidade desejáveis. O quadro de dotação abaixo retrata o desejável:

### QUADRO DE DOTAÇÃO

| QUALIFICAÇÃO    | JMS/2h | JMS/12h |
|-----------------|--------|---------|
| Médico Militar  | 3      | 6       |
| Médico civil    | 21     | 126     |
| Dentista        | 2      | 12      |
| Doutorando      | 6      | 36      |
| Sargento        | 11     | 22      |
| Cabo            | 8      | 16      |
| Soldado         | 6      | 12      |
| Serventes civis | 3      | 16      |
| TOTAL           | 65     | 246     |

Mas tudo não passou de um sonho. Onde buscar esse pessoal todo? Onde encontrar os médicos especialistas por este Brasil a fora? Apelar para a reserva era a solução. Em todo o Brasil, existiam dois mil médicos relacionados na Diretoria da Saúde.

Foi elaborada uma carta convite e remetida para 173 médicos, dos quais 20 sequer responderam ao chamado. Aos 143 restantes, reunidos na Diretoria de Saúde, após uma significativa preleção, apresentou-se um termo de compromisso, apelando para o patriotismo. Apenas 133 eram de fato patriotas e assinaram o termo. Feito um apelo, através do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade do



Brasil, nenhum doutorando se manifestou. Ninguém atendeu ao apelo. Por que não se convocou compulsoriamente essas pessoas? Não há explicação.

Os trabalhos ficaram por conta dos médicos militares e alguns poucos civis.

## AS FICHAS MÉDICAS

No Rio de Janeiro, além da JMS/1, da Policlínica Central do Exército, foram criadas mais duas: a JMS/2, na Vila Militar, e a JMS/3, na Escola de Educação Física do Exército, na Urca. Ficou estabelecido que elas deveriam ter um ritmo de 30 homens/hora.

Uma vez estruturadas as Juntas, foi elaborada uma Ficha Individual inspirada na norte-americana, à qual era anexada uma folha onde seriam lançados os dados do exame psiquiátrico. Essa folha foi logo abandonada, pois muitos homens consideravam-se ofendidos ou feridos em seu amor próprio diante de certas perguntas ou do tipo de exame. A sua masculinidade estava sendo colocada em questão e as intimidades invadidas. O exame proctológico causou muitos embaraços. Vários homens não o permitiam.

Os exames ginecológicos causaram alguns melindres quando foram selecionadas as enfermeiras.

Outro problema surgido foi a simulação, para evitar que fossem registradas algumas deficiências que colocassem o examinado em situação de inferioridade. Ou mesmo as simulações para fugir da convocação ou para consegui-la.

Findos os exames, a ficha era avaliada por um médico militar, encarregado da avaliação física. O exame psicológico precedia o exame físico.

Diante dos fatos, diante da realidade, foram estabelecidas normas para o preenchimento dessas fichas.

## A CLASSIFICAÇÃO DO HOMEM

Ao ser o homem identificado, examinado pelos médicos e dentistas, entrevistado e submetido aos testes, era classificado em quatro grupos:

### *Apto Especial (E)*

Apresentando todos os requisitos de aptidão:

Mínimo de 1,60m de altura para oficiais e 1,55m para praças;

Peso compatível;

Visão sem correção;

Equilíbrio emocional e mental; e

Idade mental de 10 anos.

### *Apto Normal (N)*

Dentro da normalidade, porém sem exigência de critérios rígidos de visão, altura e peso.

### *Incapaz Temporariamente (T)*

Portadores de doenças, afecções ou síndromes suscetíveis de tratamento e recuperação a curto prazo.

### *Incapaz Definitivo (D)*

Portadores de doenças, afecções ou síndromes que incapacitassem, conforme as Instruções Reguladoras das Isenções, Baixas ou Reformas (Aviso nº 55, 18 de abril de 1934).

Conforme a categoria, o homem recebia o seu destino: Tipo E, destinado à Força Expedicionária Brasileira; Tipo N, destinado a outras organizações militares; Tipo T, devendo retornar em 30 dias para novo exame; e Tipo D, incapacitado para o Serviço Militar.

Para a Força Expedicionária Brasileira, somente o Tipo E. Para as praças



classificadas Tipo N, com qualificação militar carente, passou a haver tolerância, a critério dos comandantes das Grandes Unidades. Eram consideradas críticas as qualificações de motorista, radiotelegrafista, datilógrafo, cozinheiro, telemetrista, atendente e desenhista.

## DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

As Juntas foram instaladas não só no Rio de Janeiro, mas também em algumas outras Regiões Militares.

Como as barracas de madeira não foram construídas, as adaptações tiveram de ser feitas. Se no Rio de Janeiro foi difícil, quanto mais nos demais estados da federação, em particular fora das sedes das Regiões Militares.

Juntas foram instaladas em guarnições onde não havia médicos de todas as especialidades. Houve improvisação. Em outras, não havia médicos em número suficiente.

Os responsáveis pela apresentação dos convocados nem sempre cumpriam os horários previstos nos planejamentos. Com frequência, o efetivo numérico não era o estipulado. Outras vezes, mais de um grupo chegava ao mesmo tempo, tumultuando o andamento dos trabalhos.

E o que não dizer dos homens apresentados sem cueca ou calção (muito comum na época, na área rural), quando em alguns locais os exames eram realizados ao ar livre, em área devassada?

Diante da difícil situação, o Diretor de Saúde criou uma Comissão de Coordenação, designando o Capitão Paiva Gonçalves para chefiá-la. A Comissão era, em realidade, somente o Capitão Paiva Gonçalves e um

datilógrafo. Mais ninguém. Para cumprir a missão, Paiva Gonçalves recorreu à Escola Cecy Dodsworth, da Prefeitura do Distrito Federal. Alunas do Curso de Assistência Social vieram colaborar voluntariamente, junto com algumas senhoras e jovens da sociedade carioca, um exemplo para os médicos e doutorandos. Seus encargos foram a catalogação, a escrituração e a datilografia.

Na 1ª Região Militar foi criada uma Junta de Revisão sob controle direto do General Souza Ferreira. Cabia a essa Junta revisar os casos onde houvesse alguma dúvida, quanto a capacidade ou incapacidade. Não era junta legal, não era prevista nas normas ou instruções em vigor. Mais tarde, essas Juntas de Revisão foram sendo criadas também em outras Regiões Militares. Tornaram-se uma necessidade. O Diretor do Hospital Central do Exército, na época, costumava devolver todos os homens para lá encaminhados alegando “desconhecer a existência de tal Junta”.

As dúvidas que iam surgindo resultaram em uma volumosa correspondência, que o Capitão Paiva Gonçalves respondia com toda a paciência possível. Para remediar situações, Paiva Gonçalves elaborou e remeteu para os presidentes das Juntas uma carta particular. Nela, procurou esclarecer os pontos principais e as dúvidas e erros mais frequentes. Algumas das explicações constantes desse documento foram as seguintes.

- o sistema adotado baseava-se no do Exército norte-americano;
- a confusão inicial devera-se, em parte, aos locais de funcionamento, improvisados, aos prazos determinados e à falta de médicos;
- os problemas odontológicos seriam sanados nos Centros Odontológicos (que não foram criados);



- os exames psicológicos não eram realizados porque o Professor Ombredanne não fizera a entrega dos testes;

- os exames psiquiátricos deveriam ser realizados de modo indireto.

A carta recomendava, ainda, que os médicos lessem as instruções publicadas no Boletim nº 18-E.

Os Centros Odontológicos não foram instalados por falta de equipamento e não de dentistas disponíveis (eram civis).

As respostas a essa carta são interessantes e mostram as dificuldades enfrentadas por deficiências de instalação, falta de material e de pessoal e, ainda, falta de “tarimba” dos médicos civis. Essa correspondência paralela, oficiosa, permaneceu até o final dos trabalhos das Juntas.

## MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS

Os resultados obtidos durante os trabalhos das Juntas Médicas mostraram a necessidade de serem introduzidas algumas alterações nas instruções constantes do Boletim nº 18-E, de 23 de outubro de 1943.

As alterações foram feitas, não só nos índices e critérios a serem observados, mas também no fluxo da seleção e escrituração dos resultados.

Nos critérios e índices, foram estabelecidas as tolerâncias quanto a visão e audição, para poderem ser classificadas como Tipo-E. Em relação aos oficiais, a tolerância foi maior; porém, o uso dos óculos foi exigido, nos casos de deficiência.

Com a dentadura, os critérios foram mais tolerantes e a possibilidade de tratamento a curto prazo foi considerada.

A incapacitação temporária passou a ser atribuída aos recuperáveis em 20 dias.

A incapacidade definitiva passou a ser atribuição do Presidente da Junta. Os aptos com altura inferior a 1,60m e os de categoria N poderiam ser aproveitados como Tipo-E e designados para a Força Expedicionária.

Surgiram equipes móveis de médicos militares que passavam a atender às Juntas das guarnições do interior, onde não havia médicos suficientes ou de certa especialidade.

As comissões de revisão das fichas de seleção foram simplificando o trabalho, dando mais autoridade ao Presidente da Comissão.

As alterações mais significativas foram as Instruções aprovadas pelo Ministro da Guerra em 29 de fevereiro de 1944, que permitiram a inclusão, na Força Expedicionária Brasileira, de todos os aptos, oficiais e praças, sem considerar mais se do tipo E ou N, apesar das recomendações e ponderações do Diretor de Saúde, que não foi ouvido.

## CONCLUSÕES

O trabalho de seleção médica para a Força Expedicionária Brasileira foi uma tarefa difícil, não só pelas deficiências de instalações, de material e de pessoal mas, também, pela falta de cooperação de alguns militares que negligenciavam a importância do que estavam fazendo.

A falta de médicos militares e a falta de patriotismo de certos médicos civis contribuíram para aumentar as dificuldades. Hoje, tal fato não se repetiria porque o Serviço de Saúde conta com uma reserva de médicos, dentistas e farmacêuticos competente e bem numerosa.

O fato de serem seguidos índices e coeficientes norte-americanos foi um erro que não



seria repetido atualmente. O homem brasileiro é diferente, em seu biótipo, do norte-americano, e estamos conscientes disso.

A falta de especialidades era fruto de uma época; o Brasil carecia, em particular, de especialistas. O mesmo podemos dizer dos dentistas e dos graduados de Saúde.

No que se refere às instalações precaríssimas, houve um pouco de falta de interesse. Poderiam ter sido melhores. Hoje não aconteceria o mesmo. Nossos hospitais e policlínicas estão muito melhor equipados e contam com material humano de muito boa qualidade.

Um ponto muito importante são os meios de comunicações. O telefone era uma rari-

dade, o rádio era mais usado para atender à burocracia administrativa, e os correios, uma lástima. Atualmente, não é necessário dizer que os meios disponíveis ganharam muito não só em volume de equipamento mas na qualidade e na velocidade que as opções nos proporcionam, sem falar nas distâncias atingidas em frações mínimas de tempo.

O mais importante é ter-se consciência da necessidade imperiosa de manter-se um sistema de mobilização bem planejado e adestrado para que, em curto prazo, coloque em funcionamento toda a estrutura necessária com os meios e o pessoal indispensáveis.



### *"Os Militares e os Poderes Públicos"*

*"As honras atribuídas a indignos afrontam a própria honra..."*

*"Comendas em semelhantes peitos não são cruz, são aspa, e quando se vêem tantos ensambeneditados da honra, bem vos podeis honrar de não ser um deles."*

*"Os reis podem dar títulos, rendas, estados; mas ânimo, valor, fortaleza, constância, desprezo da vida e outras virtudes, de que os compõem a verdadeira honra, não podem. Se Deus vos fez estas mercês, fazei pouco caso das outras, que nenhuma vale o que custa. Sobretudo, lembre-se o capitão e o soldado famoso de quantos companheiros perdeu e morreram nas mesmas batalhas, e não se queixam."*

Padre Antônio Vieira — *Sermões*



# Contribuição da História Moderna à Formulação da Geopolítica

Carlos de Meira Mattos\*

**A**té então, muito se tem falado das contribuições da Geografia e da Política na integração do pensamento geopolítico. Neste ensaio, vamos apreciar a interação da ciência da História modernizada na formulação da Geopolítica.

Quase todos os historiadores reconhecem no italiano Giovanni Vico (1668-1744) o principal inovador dos estudos da ciência histórica.

No seu livro clássico, *Princípios de uma Ciência Nova sobre a Natureza Comum das Nações na qual também se revelam os Novos Princípios da Lei Natural dos Povos*, Vico revolucionou e renovou o método de estudo da História. Antes predominantemente descritivo e factual, esse estudo adquire nova autenticidade com a análise do ambiente sociológico do local e da época em que se deram os fatos e o enfoque psicológico dos principais personagens.

Na opinião do historiador norte-americano Edmund Wilson, Vico foi o primeiro historiador a apreender o caráter orgânico da história da sociedade humana e a importância de reintegrar, através da História, as diversas forças e fatores que compõem a vida humana.

Demos a palavra a Vico:

*Os fatos da história conhecida devem se referir às suas origens primitivas, divorciados das quais eles até então pareceram não ter uma base comum, continuidade, nem coerência. (...) A natureza das coisas não é mais do que virem elas a ser, em determinados momentos e de determinadas maneiras. (...) Onde quer que as mesmas circunstâncias estejam presentes, surgirão os mesmos fenômenos e não quaisquer outros.*

*Os governos se adaptam necessariamente à natureza dos governados, são os resultados mesmo dessa natureza. (...) Das frases específicas e do processo de evolução regular surgiram os costumes que deram origem ao direito, religiões, línguas, dominações, comércio, ordens, impérios, leis, armas, julgamentos, castigos, guerras, paz, alianças.*

O pensamento de Vico, como vemos acima, fundamenta-se essencialmente no princípio da unidade orgânica da História e na consciência do valor da sua interpretação sociológica.

Apoiado na doutrina de estudo histórico de Vico surge, mais de cem anos passados, o historiador francês Jules Michelet (1798-1874), seu seguidor e principal divulgador. Michelet já era autor de várias publicações quando, em 1824, descobriu a obra de Vico *Princípios de uma Ciência Nova...*

\* General-de-Divisão. Sócio efetivo do IGHMB.



Empolgou-se pelo método de pesquisa da História do autor italiano. Abandonou os projetos em andamento e decidiu engajar-se na tarefa árdua de escrever a *História da Revolução Francesa*, aplicando e aperfeiçoando o método analítico-interpretativo de Vico. Mais de trinta anos foram necessários para que completasse a sua *História da Revolução Francesa*, reunindo, em 23 volumes, os fatos e a interpretação histórico-sociológica desse movimento político eclodido em 1789 e que modificou profundamente a concepção política de governo vigente até então. Os historiadores franceses modernos são unânimes em consagrar a obra de Michelet como o mais completo estudo histórico sobre a Revolução de 1789.

De Michelet, passamos ao consagrado historiador inglês Arnold Toynbee (1889-1975), nosso contemporâneo. Escreveu Toynbee a obra monumental *Study of History*, em sete volumes, na qual analisa a história de 21 civilizações que povoaram o mundo desde a mais remota antiguidade. Na sua pesquisa, aplica o método interpretativo de Vico, ao qual acrescenta a sua *teoria do desafio e da resposta*. Enfoca as razões de êxito ou fracasso no processo histórico das civilizações à sua capacidade de responder, no curso de sua existência, aos desafios de sua geografia e de sua coesão interna.

A *teoria do desafio e resposta* de Toynbee fica bem explicitada nos seguintes conceitos:

- Foram vitoriosas as sociedades que se mostraram capazes de responder ao desafio do meio físico (geografia) e de suas próprias contradições psicossociais, e fracassadas aquelas que não tiveram capacidade de responder a esses desafios;

- A geografia condiciona, dificulta, sugere, inspira, estimula, enfim, apresenta os seus

desafios; caberá ao homem responder a esses desafios. Ou os responde e os supera ou não os responde e é derrotado.

Essa teoria toynbiana elimina os traços das doutrinas etnocentristas e geocentristas, erigidas, respectivamente, no preconceito de raça superior e de posição e clima privilegiados como razão determinista de cultura superior. O homem ativo de qualquer raça, habitante de qualquer latitude ou longitude, se responder o desafio toynbiano, poderá triunfar no processo evolutivo da sociedade.

As doutrinas etnocentristas e as geocentristas, muito apreciadas pelos europeus, negam às sociedades de raças não brancas, habitantes de latitudes tropicais ou frias, a capacidade de virem a criar uma civilização.

Toynbee utiliza, na sua pesquisa, o critério de definir o espaço a ser investigado, que ele mesmo apelidou de *campo inteligível do estudo histórico*. A aplicação desse critério na investigação de uma sociedade considerada obriga a estudá-la a partir de suas raízes culturais e étnicas.

Depois de estudar as 21 civilizações que selecionou, investigar suas fases de progresso e de estagnação, sua fossilização e desaparecimento, sua contribuição cultural à formação de novas sociedades, Toynbee considerou sobreviventes, na atualidade, cinco sociedades assim designadas: Ocidental, Cristã Ortodoxa, Islâmica, Hindu e Chinesa. O historiador inglês, durante duas décadas de longa pesquisa, cobriu cinco mil anos da história da humanidade.

O método de investigação histórica de Toynbee, cujas fontes podem ser encontradas em Vico e Michelet, apoia-se em três critérios principais: definição de um campo inteligível de estudo histórico para cada sociedade; criação de um esquema típico baseado na teoria do desafio e da resposta, aplicado



nas avaliações; e separação da teologia da política nas avaliações de contribuição histórica, considerando a participação das religiões universais como crisálidas de infrafiliações entre as civilizações.

Na França contemporânea, um grupo de intelectuais reunidos em torno da revista *Annales* mantém viva a chama de *La Nouvelle Histoire*, fundada em 1929 pelos então jovens historiadores Lucien Febvres e Marc Bloch.

Hoje, a esse grupo se associam os historiadores Fernand Braudel e Peter Burke, entre outros. Esta chamada *escola de Annales*, seguidora do mestre Michelet, tem, como característica particular, sua discordância em se dar ao estudo da História a predominância do fato político. Defende a abrangência da historiografia aos campos da Geografia, Sociologia, Psicologia, Economia, Antropologia e tantas outras ciências.

Na atualidade, Barbara Tuchman é considerada a mais bem-sucedida historiadora dos Estados Unidos. Os seus livros de história – *Os Canhões de Agosto*, *A Marcha da Insensatez*, *Um Espelho Distante* –, com tiragens de milhões de exemplares, foram traduzidos em mais de dez idiomas.

Em 1989, Barbara Tuchman lançou um de seus últimos livros, *Prática da História*, uma obra diferente, na qual faz ampla análise das principais obras publicadas desde a antigüidade e investiga quais as que resistiram ao tempo, tornando-se clássicos.

Nessa obra, a historiadora enfoca sua visão sobre o papel da História na sociedade moderna. Damos a palavra a Tuchman:

*Pode ser que, numa época de crescente incerteza e de preocupação crônica, a voz do historiador seja a mais necessária, e mais ainda porque as outras parecem inadequadas com absurda freqüência. Embora as razões possam ser discutidas, creio que o historiador tem uma clara oportunidade de tornar-se o principal intérprete, na ciência literária, do papel do homem na sociedade. A sua tarefa é a de proporcionar tanto matéria que satisfaça o interesse do público quanto a compreensão humana, sem a qual qualquer leitura é insípida.*

Com este repasse às principais obras e autores da moderna ciência histórica, podemos concluir que os progressos alcançados nessa área de conhecimento só vieram fortalecer a sua inserção como inspiradora da Política e, por conseqüência, da Geopolítica.



*A história da humanidade é a história da guerra.*

Winston Churchill

*Não existe testemunha mais terrível, acusador mais poderoso  
do que a consciência que habita em nós.*

Sófocles



# O Exército e o Rio de Janeiro: Evolução Histórica

Guilherme de Andrea Frota\*

*Palestra do representante do IGHMB no ciclo de palestras realizado na Escola Superior de Guerra, em 1999, pela FAPERJ.*

O Rio de Janeiro é uma cidade que nasceu militar em função da invasão francesa do Contra-Almirante da Bretanha Nicolau Villegagnon e da necessidade que os portugueses tiveram de expulsar os franceses que se encontravam alojados na Baía de Guanabara. Esse episódio foi uma empresa militar terrestre e é bastante agradável, se não emocionante, pensarmos que, hoje, neste auditório, encontramos no mesmo chão que Estácio de Sá e seus companheiros devem ter pisado fatalmente nos dois anos que aqui ficaram, antes de obterem a definitiva expulsão dos franceses. Essa empresa, empenho do Exército português, é caracterizada pela presença do próprio nome da cidade, São Sebastião. Muitos pensaram que fosse uma homenagem ao Rei D. Sebastião mas, na verdade, o era ao santo guerreiro, padroeiro do Exército português. Era ele que velava por essa empresa que Portugal não podia dispensar, já que os núcleos portugueses no Nordeste e o de São Vicente não poderiam ficar separados por um estabelecimento francês.

Vencido o francês, a cidade foi transferida para o Morro do Castelo. Esse nome

induzia à presença de uma fortificação, necessária porque os franceses poderiam retornar a qualquer momento, como retornaram. Seus contornos assemelhavam-se a um castelo medieval. Quem entrasse pela baía estaria percebendo, ao fundo, uma elevação como se fosse um verdadeiro castelo da Idade Média. Defendida, murada, poucos canhões, alguns dos quais até apreendidos aos franceses, é esta a feição da cidade que, no século XVI, se firmava no Morro do Castelo. Todos os homens eram válidos para o serviço militar. Não havia quem pudesse ser dispensado entre os 16 e 60 anos de idade. Numericamente, eram muito poucos. Alguns índios encontravam-se nas vizinhanças. Eram os temiminós, com o seu chefe Araribóia que, inicialmente, habitavam este lado da Baía de Guanabara; depois, ganharam sesmária na Praia Grande e foram fundar Niterói.

A cidade ocupava, no século XVI, apenas o Morro do Castelo. Precisava construir-se algumas fortificações. Essas fortificações, a princípio, eram verdadeiras *cortinas*, não passavam de paredes que poderiam ser utilizadas numa defesa. Quase todas já desapareceram mas, aqui mesmo, bem perto de nós, encontram-se as *cortinas* de

\* Professor. Sócio efetivo do IGHMB.



São Diogo, São Martinho e São Teodósio, que a Fortaleza de São João, na Urca, ainda mantém, e que o Exército recentemente restaurou. Estão muito escondidas, não há dúvida, mas eram elas que representavam o sistema de defesa da cidade nos anos 1500.

A cidade escorrega do Morro do Castelo no século XVII. Começa então a procurar a várzea, ou seja, as partes baixas e secas. Mas a preocupação militar continua. Novas fortificações são construídas. Poderíamos nos lembrar de várias delas, mas eu chamaria a atenção para o Forte de Santa Cruz, localizado onde hoje se encontra a Igreja de Santa Cruz dos Militares, na rua que inicialmente se chamou de Rua Direita, porque era o caminho mais direto ou mais *direito* entre o Morro do Castelo e o Morro de São Bento. Havia, ainda, as de Santiago e São Sebastião, esta última no Morro do Castelo. E toda essa gente que aqui se encontrava, todos esses indivíduos que aqui moravam, vão compor aquilo que conhecemos pelo nome de ordenanças. São as ordenanças o sistema militar português transplantado para o Brasil. O que são essas ordenanças? São todos os homens válidos prontos para o serviço militar, prontos para serem chamados caso houvesse necessidade. Acorriam pelo toque de *rebate*, isto é, o repicar dos sinos da igreja onde se impunha a defesa.

Tive a oportunidade, uma vez, de escrever pequeno artigo sobre os franceses e a fundação do Rio de Janeiro, mostrando como a cidade nasceu militar e como ela conseguiu continuar sendo militar, justamente por causa desses franceses.<sup>1</sup> Essa preocupação se manifesta a ponto de algumas vilas, alguns

povoados que nós hoje conhecemos tão bem, como Angra dos Reis, Parati, Vila Velha (no Espírito Santo), São Pedro da Aldeia, terem sido implantados como um envolvimento de proteção à cidade do Rio de Janeiro.

Durante o século XVII, vamos observar que a atenção para a História do Brasil se prende aos holandeses. Os holandeses invadem primeiro a Bahia e depois se fixam em Pernambuco. A preocupação do governo metropolitano se direciona para o problema holandês, e quantos não foram os habitantes desta cidade e destes arredores que participaram das lutas contra os holandeses na insurreição chamada Pernambucana e também aqueles que se empenharam em Angola, chefiados por Salvador Corrêa de Sá e Benevides! A retomada de Angola ficou a cargo exclusivamente do governo do Rio de Janeiro que, assim, recrutou homens e apressou a expedição militar. Angola era importante para o comércio de escravos para o Brasil.

O assalto dos franceses, em 1710 e 1711, é, sem dúvida alguma, digno de ser mencionado. Na primeira invasão, a de 1710, vamos alcançar um razoável êxito, talvez muito mais pela incompetência do francês; mas mostrou-se nítida a união dos habitantes contra o invasor. Na segunda, em 1711, René Duguay-Trouin, melhor armado, melhor artilhado em seus navios, consegue apoderar-se da cidade. É evidente a inépcia do governador Francisco de Castro Moraes. É evidente, também, a desorganização militar que a cidade apresenta. O velho ditado português justifica que, depois da porta arrombada, devem ser colocadas umas trancas de ferro. E é essa a razão da presença do Brigadeiro Massé no Rio de Janeiro, com a missão de construir um muro que nunca chegou a ser completado. Pedras foram colocadas ao

<sup>1</sup> Os franceses e a fundação do Rio de Janeiro, revista *Verbum*, tomo XX, 1963.



longo do Largo de São Francisco, hoje nosso conhecido, e vão servir para a construção da Sé. Adiante, veremos que também a Sé não se estabeleceu nesse local.

É interessante observar que em consequência dessas duas invasões – de 1710 e 1711 – ocorreu nova organização do Exército português, dividido em três linhas. A primeira linha qualificava exatamente o exército; a segunda linha era uma reserva que vai ser conhecida vulgarmente como *milícia*, dela fazendo parte a figura muito conhecida de Tiradentes, e a terceira continua sendo as ordenanças, isto é, todos aqueles homens válidos entre 16 e 60 anos, que seriam chamados para a guerra e que possuíam dentro de suas residências uma arma, normalmente uma arma branca.

Data deste século XVIII a *Aula de Artilharia*. Essa Aula de Artilharia, aula entendida como curso, ministrada pelo Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, é, sem dúvida alguma, um marco definitivo na presença do poder militar terrestre no Rio de Janeiro. O Brigadeiro Alpoim (brigadeiro, na época, significava o primeiro posto de oficial general do Exército) é uma figura notável na história da cidade. O Brigadeiro Alpoim não só ministrava essa *Aula de Artilharia* como era também o engenheiro construtor de diversos prédios, alguns dos quais chegaram até nós, como o Palácio ou Paço dos Vice-Reis, depois Palácio Imperial, os famosos Arcos da Carioca, que vão trazer a água vinda do Rio Carioca para o centro da cidade. O Brigadeiro Alpoim, juntamente com outros construtores militares, vai deixar monumentos, igrejas e prédios particulares. Lembremos José Cardoso Ramalho, que é um militar, tenente-coronel, que vai construir a Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, e também a figura de José Custódio

de Sá e Faria, que é o construtor da Igreja de Santa Cruz dos Militares.

São todos eles militares que estão empregando o seu conhecimento, a sua inteligência, o seu risco de arquiteto para deixar marcante, com esses monumentos, esta cidade do Rio de Janeiro. Mas, sem dúvida alguma, neste século, não poderíamos deixar de falar de Gomes Freire de Andrade, o famoso governador, e a sua notável criação: a *Casa do Trem*. A *Casa do Trem*, ou, em linguagem moderna, *arsenal de guerra*, talvez o conjunto arquitetônico mais importante, mais expressivo da construção de todos esses arquitetos militares do século XVIII. A *Casa do Trem* hoje, naturalmente um pouco alterada, abriga o Museu Histórico Nacional, tendo perdido uma parte, isto é, o antigo Forte de Santiago, que se projetava onde hoje se encontra a Avenida General Justo, em direção ao aeroporto Santos Dumont. A *Casa do Trem* resume toda a história militar do Rio de Janeiro do século XVIII, e é ali que vamos ver que se conserva ainda um pedacinho de rua que se chamava o Beco dos Tambores, assim chamado porque os regimentos que vieram de Portugal para lutarem ao sul contra os espanhóis – o Regimento do Moura, o Regimento de Estremós e o de Bragança – faziam ali os seus exercícios, ao som de tambores.

O Exército português passou, na segunda metade do século XVIII, por uma reforma que tem por respaldo a figura do Marquês de Pombal e o convite que fez ao Conde de Schaumburg Lippe para, em Portugal, reorganizar o Exército português. Essas mudanças refletem-se entre nós, pois esses regimentos se dirigem para o sul, nas guerras contra os espanhóis, para ampliar ou sedimentar as nossas fronteiras. São comandados pelo Tenente-General João



Henrique Böhm, mercenário contratado, como era comum na época, mas que comanda portugueses e agrega os cariocas que se dirigem para o sul.

Logo em seguida, vamos ver a elevação, pelo mesmo Marquês de Pombal, do Brasil à vice-reino, e o Rio de Janeiro passa a ser a capital desse vice-reino. Seu primeiro vice-rei, o Conde da Cunha, cria no Rio de Janeiro uma guarda, que era uma companhia de cavalaria, hoje com o nome de Dragões da Independência e sede em Brasília. Essa guarda de cavalaria do vice-rei apresentava-se como um dos regimentos de maior beleza, de maior expressão para o público desta cidade. O Conde de Resende instituiu a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho e também uma Aula de Infantaria que era dirigida por José Corrêa Rangel Bulhões. Vários *alardes* ocorreram no Rio de Janeiro. Para os que não sabem, *alarde* era um desfile militar; eles eram bonitos, elegantes, suntuosos, e o povo acorria para ver. O pintor Leandro Joaquim chegou a fixar um deles em um dos quadros ovais, seis ao todo, flagrantes de cenas da cidade, pertencentes ao acervo do Museu Histórico Nacional.

Em 1808, a Corte instala-se no Rio de Janeiro. D. Maria I, rainha, não tinha mais competência para administrar nem governar. Fazia-o, em seu nome, o Príncipe-Regente, D. João, mais tarde D. João VI. E ao chegar ao Rio de Janeiro, que ele prefere à cidade de Salvador, o príncipe-regente tem necessidade de estabelecer diversas medidas militares. Ele cria o Real Hospital Militar, no Morro do Castelo, a Fábrica de Pólvora, cria e instala a Real Academia Militar e o Quartel do Campo, tudo com a ajuda e inspiração de seu Ministro da Guerra, o Conde de Linhares.

A Real Academia Militar ocupou inicialmente, por um ano, dependências na *Casa do Trem*, para depois ser transferida para o prédio que foi construído rapidamente no Largo de São Francisco, onde seria a Sé, e que não havia passado das fundações. Esse prédio ainda está no mesmo local e seu primeiro comandante não era português, como nós poderíamos imaginar, mas um italiano, Carlo Antonio Napione de Coconato que, em Portugal, tomou o nome de Carlos Antônio Napion, tendo alcançado o posto mais elevado da carreira militar portuguesa na época, o de tenente-general. Ele acumulou o comando da Academia com as funções de inspetor da Fábrica de Pólvora, além de ser o inspetor da Artilharia. Uma figura interessantíssima, sabemos que morava no Morro do Castelo, mas não deixou para nós nenhum retrato, nenhuma litografia, nenhum desenho de como era a sua pessoa. Hoje, patrono do Material Bélico do Exército, desconhecemos sua fisionomia. É uma curiosidade da História. Procurei, tempos atrás, descobrir um pouco a respeito dele; não consegui nada!<sup>2</sup> Há um véu que não consegui devassar. Nascido em Turim, na Itália, onde fez carreira militar, passou-se para Portugal como major, na época das guerras napoleônicas, e veio a ilustrar não só Portugal como também este Rio de Janeiro, onde desempenhou os mais notáveis cargos.

O Conde de Linhares precisava criar um quartel que fosse a sede do seu secretariado, isto é, o Ministério da Guerra, e escolheu um local ermo. Preferiu o campo dito de São Domingos, porque havia a vantagem de, sendo muito vazio, as tropas poderem fazer

2 Um militar italiano no Brasil no tempo do rei, *Revista do Exército Brasileiro*, v. 123, n. 3, julho/setembro de 1986.



seus exercícios de tiro. E ali se construiu o primeiro quartel, no local mais tarde chamado de Campo de Santana, tradicionalmente sede da chefia do Exército. Reparem que a atual sede do Palácio Duque de Caxias encontra-se exatamente nesses chãos históricos, não exatamente no mesmo perímetro inicial, mas nesses chãos que foram deste quartel criado pelo Conde de Linhares. Evidentemente, esse largo, todo ele, começou a tomar alguma forma, e foi, cada vez mais, se tornando parte da cidade que caminhava na direção de São Cristóvão, porque o príncipe-regente se estabeleceu na Quinta da Boa Vista.

Durante sua estada no Brasil, o Príncipe Regente D. João travou duas guerras. Uma ao Norte e outra ao Sul. Uma de conquista da Guiana Francesa, como represália à invasão que Portugal sofrera. E outra para concretizar velho sonho, velho e antigo sonho de colocar a fronteira dos domínios portugueses no Rio da Prata. Nessas duas guerras, encontramos a presença de habitantes do Rio de Janeiro, que participam anonimamente, não há dúvida, mas que doam seu sangue para que o objetivo seja alcançado.

A Guiana Francesa seria devolvida à França logo em seguida (1817). Foi curto o período de ocupação portuguesa. A Banda Oriental, transformada em Província Cisplatina, vai caminhar para a independência provocando uma guerra com a Argentina, que abordarei em seguida.

E foi no Rio de Janeiro que se articulou a Independência. Foi uma trama que cresceu no âmbito da cidade do Rio de Janeiro. Formaram-se partidos, formaram-se adesões e vemos a presença de diversos militares se envolvendo com o processo da independência. Sabemos muito bem que D. Pedro, inicialmente, não estava interessado em se

conservar na dianteira desse processo. Chegou até mesmo a mandar preparar a fragata *União* para voltar a Portugal, tentando estar de acordo com as Cortes Constitucionais Portuguesas. Porém, ele é envolvido: envolvido pela Maçonaria, que se colocou na dianteira dos acontecimentos; envolvido porque, jovem ainda, mostraram-lhe que poderia ser o rei da nova nação, título depois trocado para imperador, senhor de um império que estava se formando.

Podem ser citados muitos militares que atuaram nessa ocasião, inclusive o Major Vidigal, muito conhecido porque permitiu, através de uma ação rápida e inteligente, que assinaturas fossem apostas a uma petição para que o Príncipe ficasse. E é justamente nesse janeiro, nesse 9 de janeiro de 1822, dia em que o Príncipe resolve não partir para Portugal, que muitos querem ver o início do processo definitivo da independência. Neste momento crítico, D. Pedro foi obrigado a expulsar as tropas portuguesas comandadas pelo Brigadeiro Jorge de Avilez Zuzart e Souza Tavares, graças à pronta atuação de um grupo de populares e militares chefiados pelo General Joaquim Xavier Curado, que adere à independência. E é nesta cidade, dentro da Maçonaria, na loja do Grande Oriente do Brasil, da qual militares fazem parte, que foi resolvida a Independência, em reunião ocorrida em agosto de 1822, declarando-se D. Pedro rei do Brasil. Em seguida, vamos ver que os festejos da sagração e da coroação de D. Pedro, que têm lugar na Capela Imperial, hoje Igreja de Nossa Senhora do Carmo, na Rua Primeiro de Março, não passaram de uma tentativa de copiar um pouco aquilo que Napoleão havia feito. O Rio passou a ser a sede da organização da guerra de independência que irrompe em alguns pontos do país: na Bahia,



no Maranhão, no Piauí, no Pará e na Cisplatina.

São muitos os jovens cariocas que se deslocam e que se engajam nessas lutas que se travam nesses locais distantes. O Imperador necessita, neste momento, criar toda uma estrutura de organização, em especial o plano de uniformes do Exército, em 1823. Todo esse estudo já foi muito bem feito por Gustavo Barroso que, em 1922, por ocasião do Centenário da Independência, publicou um livro interessantíssimo sobre os planos dos uniformes do Exército. É também confeccionada a Bandeira, um desenho de Jean Baptiste Debret, a qual, numa solenidade ocorrida no Palácio de São Cristóvão, foi entregue ao Exército. É neste momento que peço ao leitor que medite por que motivos o Imperador entregou a bandeira, a primeira, a um jovem tenente, naquele momento totalmente desconhecido, Luís Alves de Lima e Silva. Foi ele que, integrando o batalhão do Imperador, recebeu, pela primeira vez, a bandeira brasileira do Império.

Durante o primeiro reinado, muitos habitantes do Rio de Janeiro foram convocados para participar da Guerra da Cisplatina. Essa guerra com a República Argentina teve por finalidade solucionar o problema uruguaio, que acabou se tornando independente. Infelizmente não foi uma guerra muito bem entendida pelos brasileiros. Os militares que para lá se deslocaram não conseguiram compreender a situação estratégica que a Banda Oriental do Uruguai representava, como acesso à distante Província de Mato Grosso. E, evidentemente, a guerra não foi muito bem-vista, principalmente na Corte, isto é, na cidade do Rio de Janeiro.

A interferência inglesa determinou a criação de um novo país. A perda da Cisplatina, aliada a outros fatos, principalmente

a atuação um tanto estouvada do nosso primeiro Imperador, o conduziu para a abdicação, em 7 de abril de 1831, após tumulto de populares e militares no Campo de Santana.

O próprio Batalhão do Imperador acabou aderindo e se incorporando aos manifestantes. E Dom Pedro partiu para Portugal, a fim de tratar dos assuntos do trono português e de como conservá-lo para sua filha D. Maria II.

É oportuno observar que o Exército, nessa época, possuía, no Rio de Janeiro, muitos mercenários, o que não era uma política incomum dos países, na época. Esses mercenários, vindos de várias localidades – bávaros, poloneses, húngaros –, não tinham um grande amor à Pátria, porque estavam aqui por dinheiro como o próprio nome está dizendo. Sempre causaram muitos problemas.

A fase da Regência, que se segue à Abdicação, foi bastante tumultuada, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Ocorreram alguns movimentos sediciosos, como o encabeçado pelo Major Miguel de Frias e Vasconcelos. Por isso, o governo da Regência foi obrigado a criar, em 1831, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Esse Corpo, que é a origem da Polícia Militar do Rio de Janeiro, mostrou-se eficaz. Depois, o Ato Adicional de 1834 permitiu a criação de polícias militares em outras províncias.

Chamo a atenção do leitor para um detalhe importante. É que nesse período, o Major Luís Alves de Lima e Silva recebe o comando desse Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Ele residia no próprio quartel-general instalado no Convento dos Barbonos, na Rua Evaristo da Veiga. O Convento não mais existe. Permaneceu nesse comando por nove anos. É um dilatado comando, mas é interessante observarmos que, durante um



largo período posterior a ele, a Corte, a sede do Império, mesmo depois, durante o governo D. Pedro II, mantém-se numa tranquilidade e numa calma espetaculares. É importante frisarmos isto. Pouco temos conseguido encontrar, em documentos, sobre essa fase da vida do futuro condestável, e posso lhes dizer que procurei me dedicar com empenho e escrevi, inclusive, um artigo que saiu publicado na Revista do Exército,<sup>3</sup> tentando levantar a ponta do véu que encobre esse período de vida deste homem singular que foi Luís Alves de Lima. Nesse período da nove anos de sua vida, acredito, ele conseguiu amearhar conhecimentos extraordinários que iriam lhe valer posteriormente.

O governo de D. Pedro II resolveu dificuldades internas e se empenhou em diversas guerras externas. Nelas, a participação dos habitantes e da Província do Rio de Janeiro mostrou-se notória. Dentro desse contexto, havia uma preocupação muito grande de que, logo no início da Guerra da Tríplice Aliança, o ditador paraguaio, Marechal López, pudesse invadir a cidade do Rio de Janeiro. E foi essa razão que levou o governo a construir duas poderosas fortificações que visassem a fechar a cidade a uma invasão. Por isso, hoje vemos, do lado de Niterói, o Forte de Santa Cruz e, do lado do Rio de Janeiro, a fortificação de São José. São fortes hoje desativados, e que só ficaram prontos, por um destino da História, depois da guerra concluída, em 1872 – a guerra havia acabado em 1ª de março de 1870. No entanto, eles hoje representam um

monumento histórico representativo daquela fase e daquela época. Essas duas fortificações podem hoje ser, verdadeiramente, museus daquela fase.

É também dentro deste contexto, após o término da Guerra da Tríplice Aliança, que vamos encontrar o problema das questões militares. O Rio de Janeiro foi a sede dessas situações conhecidas vulgarmente como questões militares. Não uma, mas várias questões militares, em que se envolveram os coronéis Sena Madureira, Cunha Matos e outros. É quando foi criado o Clube Militar. O Clube Militar surgiu como uma associação de classe, em 1867. Ele estava pronto justamente para congregar a classe e poder lutar pelos seus interesses. Ele nasceu no Clube Naval, em prédio localizado na atual Praça Tiradentes, no local em que hoje passa uma rua, esquina da Rua da Carioca com a Praça Tiradentes. Essa casa foi demolida. Era na parte superior que funcionava o Clube Naval, e onde foi criado o Clube Militar. Dessa época poderíamos nos lembrar também da criação de Petrópolis, cidade muito estimada pelo Imperador D. Pedro II. Sua organização e seu traçado foram desenvolvidos por um homem também do Exército, o Major Júlio Frederico Köeller.

Em 1858, a Escola Militar de Aplicação passou a funcionar na Praia Vermelha, saindo do Largo de São Francisco, e ficando neste a Escola Politécnica, de formação de engenheiros. O prédio da Praia Vermelha não mais existe; ocupava o centro da praça atual. A Escola tornou-se profissionalizante, permanecendo neste local até 1904. Essa Escola Militar tinha por objetivo formar o futuro oficial, e foi também dentro deste esquema de aprimoramento do ensino que, a 9 de março de 1889, o Conselheiro Tomás Coelho criou o Colégio Militar do Rio de Janeiro.

3 O Corpo de Guardas Municipais Permanentes e a Regência – Observações para servirem ao estudo do pensamento militar do Duque de Caixas. *Revista do Exército Brasileiro*, v. 119, n. 2, abril/junho de 1982.



Todos os que entravam para a carreira militar, quer fossem do Exército, quer da Marinha, normalmente, cursavam o Imperial Colégio Pedro II. Mas a força militar do Exército compreendeu a necessidade da criação de um colégio próprio e, sobretudo, que esse colégio viesse a ajudar os filhos dos voluntários e dos demais participantes da Guerra do Paraguai que, por acaso, tivessem ficado órfãos. Assim, o Colégio Militar nasceu neste quase final da Monarquia. E também não vamos nos esquecer da Biblioteca Militar, famosa criação do Barão de Loreto (1881), que queria para os oficiais maior desenvolvimento intelectual. Essa Biblioteca Militar acabou desaparecendo por um tempo, mas renasceu, e hoje continua no Rio de Janeiro, com dinamismo extraordinário.

O Exército provocou a queda do Trono, no Rio de Janeiro, em 1889. O desaparecimento da Monarquia não é um episódio nacional. É um fato histórico vinculado ao Rio de Janeiro. Ocorreu exclusivamente nessa cidade, e aqui os militares, principalmente do Exército, um pouco agastados com o governo do Visconde de Ouro Preto e com um pretenso descaso do Imperador, juntamente com os republicanos históricos, civis, e elementos da Marinha fizeram a derrubada do regime, em novembro de 1889. Em seguida, ocorreu a Revolta da Armada, durante o governo de Floriano Peixoto. Floriano escudou-se no Exército, que se mostrou um aliado importante. Todos ficaram com ele. Construiu baterias e fortificações no Morro do Castelo e na orla marítima, em Niterói. Dessa maneira pôde combater os revoltosos da Armada. Ele teve consigo a união do Exército. É nesse contexto que vamos ver a eleição do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes. Ele enfrentou problemas longe do Rio de Janeiro, em Canudos, e foi por

causa de Canudos que ocorreu o assassinato do Marechal Machado Bittencourt. Este episódio merece ser narrado.

Prudente de Moraes, seus ministros e secretários haviam ido receber os vitoriosos de Canudos. Ao regressarem, passando diante da Casa do Trem, isto é, pelo Arsenal de Guerra, um jovem saiu das fileiras, o anspeçada Marcelino Bispo, e tentou matar o presidente. Não conseguiu, mas provocou a morte do Marechal Machado Bittencourt, o Marechal de Ouro, como então foi chamado. Esse incidente, ocorrido no Rio de Janeiro, foi o único incidente contra um Ministro da Guerra.

Ainda sobre Canudos ocorreu um fato interessante. Os soldados que chegaram vitoriosos de Canudos iriam se estabelecer na parte dos fundos do Quartel-General do Exército, numa elevação, e construir casas, porque estavam esperando o seu desengajamento. Como haviam feito a mesma coisa no Morro da Favela, na Bahia, perto de Canudos, os cariocas começaram a apelidar aquele local de favela. E o nome fixou-se à vida da cidade.

A transferência da Escola Militar da Praia Vermelha para Realengo ocorreu em 1904, em consequência da Revolta da Vacina Obrigatória. Inicialmente, não passou de um movimento popular contra a vacina anti-variolica. Nesse contexto de agitação, alguns elementos tramaram a derrubada do Presidente Rodrigues Alves. Alguns militares participaram e conseguiram a adesão dos cadetes. É por essa razão que se resolveu, então, transferir a Escola da Praia Vermelha para Realengo. Com a mesma tradição de engenheiros militares, vamos ver logo em seguida a abertura da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco. Em um de seus terrenos, o General José Marcelino de Souza



Aguiar desenha e constrói o prédio imponente da Biblioteca Nacional. Um prédio magnífico, conservando a tendência dos nossos militares na área da construção civil.

O Presidente Hermes da Fonseca assumiu a presidência em 1910 e executou uma série de reformas no Exército. Era seu interesse melhorá-lo, e ele conseguiu. Dentro dessas reformas, assinalamos a construção do Forte de Copacabana, moderníssimo para a época. Mas foi também dentro de sua gestão, desde Ministro da Guerra do governo anterior, a ida de oficiais para a Alemanha, retornando ao Brasil cheios de novas idéias e compondo, logo em seguida, a Missão Indígena (1916), que vai ser aquela em que jovens oficiais vão procurar, dentro da Escola de Realengo, ensinar de modo a conduzir os futuros oficiais a idéias muito mais interessantes e mais modernas.

Logo depois da Primeira Guerra Mundial, a Missão Francesa atuou no Rio de Janeiro, onde se estabeleceu a partir de 1920, chefiada pelo General Maurice Gamelin, plena de novos conceitos, ressaltando-se a criação da Escola de Comando e Estado-Maior.

O Exército apresentou-se como elemento pacifista na Revolução de 1930. Antes que os brasileiros pudessem entrar em maiores conflitos, os generais Tasso Fragoso e João de Deus Menna Barreto, aliados à Marinha, pela presença do Almirante Isaías de Noronha, conseguiram evitar conflitos, com a vitória da Revolução de 1930. Essa tendência pacifista vamos encontrar permanentemente nas demais oportunidades em que a presença do Exército se fez necessária no Rio de Janeiro, até mesmo na Revolução de 1964. É uma tendência pacifista, tendência para atuar no momento exato e evitar derramamento de sangue.

Mas, infelizmente, ainda em torno de 1935, não deixou de correr um pouco de sangue, quer na Escola de Aviação Militar, no Campo dos Afonsos, quer no 3º Regimento de Infantaria, que ocupava o prédio da antiga Escola na Praia Vermelha. A Inten-tona Comunista de 1935 serviu, pelo menos, para mostrar a necessidade de maior atenção para com as ideologias importadas. Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra do governo de Getúlio Vargas, refez o Quartel do Campo de Santana, criando o atual Palácio Duque de Caxias, e procedeu a mudança da Academia Militar para Resende. A construção da Academia, que inicialmente se chamou Escola Militar de Resende, para depois se chamar Academia Militar das Agulhas Negras, é um marco fundamental. Estabeleceu-se dentro do estado do Rio de Janeiro, migrando da capital para o seu interior, onde então, numa cidade agradável, os cadetes poderiam ficar longe dos embates políticos que por acaso viessem a acontecer na história da República.

Retornando ao Campo de Santana, hoje chamado de Praça da República, conservou-se a casa de moradia do Marechal Deodoro da Fonseca, onde foi proclamada a República, porque a sua proclamação, desculpe o leitor, não foi de manhã. De manhã foi simplesmente a queda do Gabinete de Ouro Preto. A proclamação da República ocorreu em sua casa, à tarde, do dia 15 de novembro. Esse prédio abriga, hoje, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil que divide uma parte, também, com o Arquivo do Exército.

Durante o governo de Getúlio Vargas, no Estado Novo (que começou em 1937), o Brasil se vê envolvido na Segunda Guerra Mundial. A presença brasileira na Primeira Grande Guerra resumira-se na DNOG,



Divisão Naval em Operações de Guerra, configurando, assim, uma participação naval. Alguns aviadores militares também estiveram presentes no teatro da guerra. Na segunda, a participação brasileira fez-se maior, com a Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária, que ficou concentrada no Rio de Janeiro para ser adestrada e para embarcar, depois, em direção à Itália. O Rio de Janeiro foi o local da sua reunião, do seu adestramento; salientamos o apelido que teve o uniforme dos pracinhas: *Zé Carioca*.

O Rio de Janeiro, por ser a capital, assistiu à interferência do Exército em diversos movimentos políticos. Esses movimentos começaram com o desejo dos *jovens turcos*, que haviam se imbuído da intelectualidade alemã, de realizarem alguma coisa em prol da Nação. Assim nasceu, em 1913, a revista *A Defesa Nacional*, que continua sendo editada no Rio de Janeiro. É nas suas páginas que veremos alguns artigos mostrando a necessidade de reforma da República que hoje podemos chamar de República Velha. Foi assim, então, que se organizou e se formou o movimento que comumente recebe o apelativo de *Tenentismo*. Algumas revoltas ocorreram, como a Revolta do Forte de Copacabana, em 1922. Vamos prosseguir numa linha revolucionária que, se não tiveram o Rio como foco, freqüen-

temente fizeram essa cidade cenário dos acontecimentos.

O Exército prosseguiu com uma expressiva presença no Rio de Janeiro, bastando lembrar a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, a ECEME e o Instituto Militar de Engenharia, o IME, bem como a imortalização no bronze de seus feitos e seus heróis. Temos, na Praia Vermelha, o conjunto dedicado a Laguna e Dourados. Caxias, Osório, Floriano, Deodoro e Benjamim Constant são figuras que estão imortalizadas no bronze desta cidade, aqui se encontrando para não deixar que a população passe e não veja. Para perpetuar sua memória, foi criado, no Forte de Copacabana, hoje desativado, um museu que vale a pena ser visitado. Um museu que procura mostrar a história e a presença do Exército. Nele, a Biblioteca do Exército instalou, em dependências moderníssimas, o seu conjunto de quase cinquenta mil volumes, prontos a atender a todas as pessoas. Assim, a presença do Exército no Rio de Janeiro é, sem sombra de dúvida, ligada a toda essa história do Brasil que procurei, neste vôo de pássaro, deixar aqui registrada. Todos esses assuntos que, penso, podem constituir motivo de reflexão, estão bem alinhavados, com maiores detalhes, no livro magnífico publicado recentemente: *O Exército na História do Brasil*.



*Se a única ferramenta que possuis é um martelo,  
tenderás a perceber todo problema como um prego.*

Abraham Maslow



# *História, Teoria das Relações Internacionais e Histórias das Relações Internacionais: uma reflexão epistemológica*

Nuno Severiano Teixeira\*

*Comunicação apresentada no Colóquio As Relações Internacionais, realizado em Lisboa de 12 a 13 de fevereiro de 1997.*

**D**a história diplomática à história das relações internacionais vai um longo e nem sempre linear percurso historiográfico que constitui um novo campo de saber. Mais do que um balanço sobre os autores, as obras ou os debates teóricos que foram construindo esse novo campo historiográfico, o objetivo deste texto é a tentativa de uma reflexão epistemológica que procura traçar a evolução e caracterizar os paradigmas da história diplomática e da história das relações internacionais a partir do cruzamento de dois campos teóricos que lhe são indissociáveis: a historiografia e a teoria das relações internacionais. Uma arqueologia simples dos discursos teórico e historiográfico sobre o fenômeno internacional registra e revela três níveis distintos a que correspondem, igualmente, três momentos diferentes: o da história diplomática; o da crise da história diplomática; e o da história das relações internacionais.

## **A HISTÓRIA DIPLOMÁTICA E O PARADIGMA DA HISTÓRIA TRADICIONAL**

Desde a construção dos Estados modernos e, sobretudo, desde a emergência dos nacionalismos do século XIX até as primeiras décadas do século XX, o Estado e a relação entre os Estados constituíram o tecido fundamental do discurso histórico e ocuparam lugar privilegiado na historiografia ocidental. Não é por acaso que as historiografias se estruturaram e desenvolveram num quadro estritamente nacional e elegeram o Estado-nação e as suas expressões políticas internacionais – na guerra e na paz – como o seu objeto central.

Nos primórdios da historiografia contemporânea, a História em geral e a História diplomática registravam uma homologia nos seus paradigmas. E não só no que respeita aos pressupostos teórico-metodológicos, mas também no que toca à função social da História.

A História era, então, dominada por duas correntes principais – o positivismo de

\* Doutor em História Militar. Secretário da Comissão Portuguesa de História Militar.



Comte e Buckle e o idealismo de Rickert e Windelband que, embora divergentes sob ponto de vista epistemológico, participavam de um acordo tácito, pelo qual a grande maioria dos historiadores se ligava, em teoria, à tese idealista, enquanto na prática fundavam o seu método nos pressupostos da teoria positivista. Esse compromisso conferia, assim, uma certa coerência a esse paradigma do discurso histórico que, por comodidade, chamarei tradicional.

Do ponto de vista teórico, a historiografia tradicional partilhava de uma mesma concepção de documento, fato, tempo e sujeito histórico. O documento histórico era necessariamente escrito e determinava uma mesma e única forma metodológica: a crítica textual. No caso da história diplomática, os documentos de chancelaria. O fato histórico era apenas um – o fato único, singular e atomizado, o acontecimento, inevitavelmente de natureza política e, preferencialmente, com projeção externa: as grandes vitórias militares, as conferências de paz, ou assinatura dos grandes tratados internacionais. Também o tempo histórico era apenas um – linear, contínuo e irreversível, justamente o da sucessão desses mesmos grandes acontecimentos. Finalmente, o sujeito histórico, sempre individual e voluntarista, era o protagonista dos grandes acontecimentos – o homem de Estado, o militar ou o diplomata. A História, portanto, não era mais que a sucessão no tempo dos grandes acontecimentos, protagonizados pelas grandes figuras.

O fato político era o fio condutor da História, o Estado o lugar central da mudança histórica e as relações entre os Estados o motor da sua dinâmica.

Porém, essa homologia de paradigmas não se reduz ao campo estritamente epistemológico. Alarga-se, também, à leitura da

função social da História. No quadro dos movimentos nacionalistas que atravessam a Europa da segunda metade do século XIX à Primeira Guerra Mundial, as diferentes historiografias nacionais cumpriam uma função social e política bem precisa, a saber, a legitimação dos Estados nacionais. Pela História passava, então, a construção da genealogia dos Estados e o reforço das identidades nacionais, através da transmissão dos valores e tradições de um povo pelo estudo do seu passado. Nesse passado, a guerra e a paz, a vitória militar e a sua consagração diplomática sob a forma de tratado internacional, o homem de Estado, que não raras vezes se confunde com o general e o diplomata, jogam um papel decisivo – são os pontos referenciais, os marcos da evolução histórica e constituem mesmo, em certos casos, o mito fundador do Estado-nação.<sup>1</sup>

### **A história diplomática e a matriz realista nas relações internacionais**

Porém, se existe homologia entre a História diplomática e o paradigma da historiografia tradicional, não deixa de registrar-se alguma identidade entre os pressupostos teóricos dessa mesma história diplomática e a matriz teórica e os corolários práticos da teoria realista clássica das relações internacionais. Em primeiro lugar, na linha de Hobbes, a defesa da diferença ontológica e da oposição essencial entre o Estado de sociedade da ordem interna, fundada pelo contrato social, e o Estado de

<sup>1</sup> Para uma análise mais detalhada dessa problemática veja-se Nuno Severiano Teixeira, *A História Política na Historiografia Contemporânea*, in *Ler História*, n. 13, 1988.







gráfica que estaria na origem da crise e do abandono da história diplomática. Iniciado pela escola dos *Annales* e desenvolvido numa série de correntes, desde o marxismo ao estruturalismo, passando pela *new economic history*, o processo prolonga-se até à chamada *nova história* que, uma vez paradigma dominante, atravessa hoje, de forma difusa, múltiplos domínios e correntes diversas do campo historiográfico, incluindo a própria história diplomática, que atravessa, ela própria, um processo de renovação, no decorrer do qual evolui e se converte na chamada história das relações internacionais.

Inspirado por um artigo célebre de François Simiand,<sup>4</sup> o paradigma dos *Annales* assentava sobre a crítica daquilo a que os pais fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre chamavam *os três ídolos da tribo dos historiadores*: o político, o individual e o cronológico. Contra o recitativo político-diplomático-militar, procuram uma história económico-social, da qual nascerão uma multiplicidade de novos domínios, da demografia às mentalidades; contra o sujeito individual e o herói, o homem de Estado, uma história total das sociedades; e contra a cronologia do tempo único linear e contínuo, virá Fernand Braudel propor a pluralidade dos tempos históricos. Essa mudança implicava, desde logo, o alargamento do campo da História e a reformulação das suas concepções teóricas e procedimentos metodológicos. Em primeiro lugar, não só o fato – político, o Estado, e as relações entre Estados – é histórico, mas todos os fatos humanos são históricos e, conseqüentemente, dignos de história. Em segundo lugar, o sujeito histórico não é um sujeito individual, não é o

homem de Estado, mas sim as sociedades e os grupos sociais. Finalmente, à História não interessa apenas o acontecimento, interessam também a conjuntura e a estrutura e os tempos que lhe são inerentes, a média e longa duração. A História constitui, a partir de então, um paradigma epistemológico assente na interdisciplinaridade com as ciências sociais, cujos modelos teóricos, métodos e técnicas passou a aplicar ao estudo do passado. Abandona, assim, a lógica tradicional do recitativo para adotar a lógica hipotético-dedutiva das ciências sociais: a descrição do fato atomizado cede o lugar à análise das permanências em busca da explicação científica.<sup>5</sup> Esse movimento teria sobre o futuro da história diplomática um efeito duplo e profundamente negativo. Por um lado, o alargamento do campo historiográfico deslocava, já por si, o centro de interesse dos historiadores – do objeto tradicional centrado sobre o político e o Estado para a economia, a sociedade, a demografia ou as mentalidades. Por outro lado, o novo paradigma baseado na lógica explicativa das ciências sociais que procura se não leis pelo menos regularidades tendenciais, acaba por afastar definitivamente o primado do político e a centralidade do Estado, lugar por excelência do aleatório e do acontecimento. Estabelece-se, a partir de então, o equívoco entre o *événementielle* e o político, campo supostamente insusceptível de abordagem científica. Assim, o abandono do recitativo – *événementielle* – é acompanhado pelo abandono do político e, conseqüentemente, da história política e diplomática.<sup>6</sup>

5 Veja-se François Furet, *Del'Histoire Récit à l'Histoire Problème* in *L'Atelier de l'Histoire*, Paris, 1982.

6 Sobre esse movimento veja-se o artigo já citado, Nuno Severiano Teixeira, *A História Política na Historiografia Contemporânea*, in *Ler História*, n. 13, 1988.

4 François Simiand, *Méthode Historique et Sciences Sociales*, reproduzido in *Annales E.S.C.*, 1969, p. 83.



Porém, não é só o discurso historiográfico que está em causa. É também, e por maioria de razão, a função política da História. O estatuto científico procurado pela *nova história* era absolutamente contrário à função patriótica, comemorativa e legitimadora da historiografia tradicional. É toda uma outra leitura da função social da História que se desenha com esse novo paradigma: como dizia A. Bourguière, “o historiador deverá deixar de fornecer os argumentos à nação e aos governantes, de alimentar a sua necessidade de legitimidade retrospectiva; deve procurar, pelo contrário, dar-lhes os meios para melhor compreender e por isso melhor gerir os mecanismos da realidade social”.<sup>7</sup> Dito de outro modo, a função social da História deverá ser de natureza técnica e não política. Através de um melhor conhecimento dos mecanismos sociais, o seu contributo será o de ajudar a elaborar soluções técnicas e não a legitimar opções políticas.

Em todo esse contexto, a história diplomática ficava à margem do movimento de renovação historiográfica: centrava-se sobre o Estado e a relação entre os Estados, ignorava a economia e as sociedades, centrava-se sobre o acontecimento, ignorava a estrutura e a conjuntura; centrava-se sobre o psicológico e o individual, ignorava a sociedade global e os condicionamentos sociais; centrava-se sobre o tempo curto, ignorava a média e a longa duração; era qualitativa, ignorava o quantitativo; baseava-se sobre a descrição e o recitativo, ignorava a análise e a explicação; e, finalmente, era ideológica e, pior do que isso, não se reconhecia como tal.

<sup>7</sup> André Bourguière, *Histoire d'une Histoire: la naissance des Annales*, in *Annales E.S.C.*, 1979, p. 1356.

O novo paradigma científico da História era absolutamente incompatível com o paradigma tradicional da história diplomática. A partir daqui, quebra-se a homologia até então existente entre a história em geral e a história diplomática. Eram, doravante, dois paradigmas distintos para não dizer que eram opostos. E, progressivamente, os historiadores vão trocando os diplomatas, as chancelarias e os tratados internacionais pelas curvas de preços, as taxas de natalidade ou os avatares da sexualidade.

Em suma, desertam do campo da história diplomática, abandonada ao domínio *événementielle* e considerada um gênero menor, a evitar por qualquer historiador digno desse nome. A crise será longa; prolongar-se-á, grosso modo, até a década de 1980, e o processo de evolução, lento e complexo, da história diplomática à história das relações internacionais estender-se-á, com variantes nacionais, entre o final da década de 1950 até seu pleno reconhecimento no campo historiográfico, nos anos 1980.

### A contestação do realismo e as novas correntes teóricas nas relações internacionais

Ao mesmo tempo que se renovava o paradigma historiográfico e os historiadores abandonavam a história diplomática por manifesta incompatibilidade com o paradigma científico, a evolução das relações internacionais, em geral, e da teoria das relações internacionais, em particular, vinham precisamente mostrar o contrário, a saber, a possibilidade de uma abordagem científica do fenómeno internacional.



Apesar de algumas das obras fundadoras da moderna teoria das relações internacionais serem obras que se desenvolvem a partir da matriz clássica do realismo, como as de Hanz Morgenthau ou Raymond Aron, será precisamente a partir da contestação ao realismo e da contra-reação neo-realista que se desenvolverá o debate teórico-metodológico e surgirão as novas correntes nas relações internacionais, cujos horizontes abertos terão reflexo na evolução futura que conduz a velha história diplomática à nova história das relações internacionais.

Essa contestação ao realismo parte de duas perspectivas diferentes: uma, de natureza ontológica, outra, de natureza epistemológica.

A primeira radica na própria evolução histórica da cena internacional, sobretudo após 1945, em que, pelo menos, dois dados fundamentais põem em causa os pressupostos da teoria realista: a centralidade e o monopólio do Estado; a autonomia e o primado do político.<sup>8</sup> Face à proliferação de novos atores internacionais, como organizações internacionais e forças transnacionais e, mais recentemente, os atores infra-estatais, o Estado não só perde o monopólio da representação nas relações internacionais, como relativização da sua soberania absoluta e a emergência de outros poderes desloca a centralidade do Estado. Por outro lado, o progresso tecnológico, o desenvolvimento econômico e a criação de economias-mundo que atravessam as fronteiras com fluxos contínuos, de ordem material e imaterial, impõem a dimensão econômica como com-

ponente essencial das relações internacionais e põem em causa o primado do político.

À contestação ontológica, fundada na evolução histórica, junta-se a contestação epistemológica, fundada nos novos desenvolvimentos teórico-metodológicos das ciências sociais que, progressivamente, se vão aplicando ao campo das relações internacionais.<sup>9</sup> À concepção normativa, jurídico-institucionalista, centrada no Estado e nas relações entre Estados e à aproximação metodológica monista de natureza empírico-descritiva, que caracterizava a teoria realista e a velha história diplomática, as novas correntes das relações internacionais opõem uma concepção objetiva, holista e sociológica e uma aproximação que desenvolve *passerelles* múltiplas e plurais com métodos e técnicas das ciências sociais.

A partir desse denominador comum que é a contestação ao realismo, e tendo como base teórica fundamental a análise sistêmica de David Easton e Karl Deutch, surgem, no quadro desse pluralismo metodológico, inúmeras teorias setoriais: desde o funcionalismo de David Mitrany<sup>10</sup> à teoria da *interdependência complexa* de Robert Keohane e Joseph Nye,<sup>11</sup> passando pela escola mundialista de John Burton.<sup>12</sup> Isso para não falar da herança neomarxista da teoria do imperialismo, que se renova com

8 Veja-se por todos Bahgat Korany, *Analyse des Relations Internationales-Approches, Concepts. Données*, Montréal, 1987.

9 Sobre a crítica epistemológica à teoria realista veja-se Justin Rosenberg, *The Empire of Civil Society – A Critique of the Realist Theory of International Relations*, Londres, 1994.

10 David Mitrany, *A Working Peace System*, Chicago, 1966.

11 Robert Keohane e Joseph Nye, *Power and Interdependence*, Boston, 1977.

12 John W. Burton, *World Society*, Cambridge, 1972.



as teorias da dependência e das economias-mundo.<sup>13</sup>

E, ainda que o neo-realismo dos anos 1980 reaja contra as correntes transnacionalistas, não o fará contra, mas pelo contrário, integrando o *aquis* teórico e metodológico das ciências sociais, fundamentalmente de matriz sistêmica, que tinham aplicado ao campo das relações internacionais. Com efeito, Kenneth Waltz<sup>14</sup> e os seguidores<sup>15</sup> do neo-realismo, na tentativa de construção de uma teoria una das relações internacionais, reagem contra a dispersão teórico-metodológica das escolas transnacionalistas e, nesse sentido, recuperam e reatualizam alguns dos pressupostos do realismo clássico: em primeiro lugar, o primado do político como lugar único capaz de conferir unidade à teoria; em segundo lugar, a centralidade do Estado como ator das relações internacionais. Porém, nem um nem outro dos pressupostos são equacionados segundo as premissas clássicas: o político é pensado em termos de *autonomia relativa*; e, apesar de estatocêntrica, essa perspectiva não nega nem a realidade ontológica da proliferação de novos atores, nem pensa o Estado como agente autônomo e monolítico relacionando-se exclusivamente com outros Estados. Pensa-o em articulação com o contexto político e social ao nível interno e no quadro

das regulações informais da cena internacional contemporânea.

Mais, o retorno ao primado do político e à centralidade do Estado não se faz por um retorno à perspectiva normativa e jurídico-institucional, mas pelo reforço da perspectiva objetiva e sociológica. Não se faz pelo retorno ao fato político isolado, *événementielle*, mas pela sua contextualização estrutural e sistêmica. Não se faz pelo retorno ao empirismo, mas pelo desenvolvimento, nesse campo, dos métodos e técnicas das ciências sociais.<sup>16</sup>

## A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Banida do campo historiográfico porque identificada com o *événementielle* e, portanto, incompatível com uma abordagem científica, a história diplomática atravessa um longo período de crise, mais radical na historiografia francesa, devido à hegemonia da escola dos *Annales*, mas muito generalizada e afetando todas as historiografias, incluindo a alemã e as anglo-saxônicas. Curiosamente, será também da historiografia francesa que partirá o movimento de renovação que conduz da velha história diplomática à nova história das relações internacionais. Figura central de todo esse movimento é Pierre Renouvin e a sua escola, em particular Jean-Baptiste Duroselle. No seu lento e complexo percurso, a história das relações internacionais é marcada por três momentos chaves, a que correspondem a

13 Veja-se, sobre as economias mundo, Immanuel Wallerstein, *The Politics of World Economy: the States, the Movements and the Civilizations*, Cambridge, 1988; e sobre as teorias da dependência veja-se, por todos, Samir Amin, *Le Développement Inégal*, Paris, 1973 e, sobretudo, *L'Accumulation à l'Échelle Mondiale*, Paris, 2. ed., 1988.

14 Kenneth Waltz, *Theory of International Politics*, Reading, 1979.

15 Veja-se Robert Gilpin, *War and Change in International Politics*, Cambridge, 1981.

16 Veja-se Robert Keohane, Editor, *Neorealism and its Critics*, Nova York, 1986 e David Baldwin, Editor, *Neorealism and Neoliberalism, the contemporary debate*, Nova York, 1993.



publicação dos seus três marcos fundamentais: a *História das Relações Internacionais*, de Piere Renouvin,<sup>17</sup> em 8 volumes, publicada entre 1953 e 1958; a *Introdução à História das Relações Internacionais*, de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle,<sup>18</sup> publicada em 1965; e *Tout Empire Périra*, de Jean-Baptiste Duroselle,<sup>19</sup> publicada em 1979, que coroa teoricamente esse movimento com a tentativa de formulação de uma teoria das relações internacionais com base na História.

Iniciado na *Introdução*, de 1953, e plenamente desenvolvido na *Introdução à História das Relações Internacionais*, de 1965, o conceito fundamental em torno do qual se opera a renovação historiográfica, que permite a passagem da história diplomática à história das relações internacionais é o conceito de *forças profundas*. As *forças profundas* são, por assim dizer, as condicionantes estruturais das relações internacionais, e Renouvin e Duroselle esboçam uma tipologia dessas *forças profundas*: fatores geográficos; demográficos; econômicos; psico-sociológicos. E é nesse quadro, e não isoladamente, que pode e deve pensar-se a ação dos homens de Estado e as decisões externas dos Estados. Duroselle procurará, ele próprio, mais tarde, uma abordagem mais profunda do homem de Estado e uma teoria da decisão em política externa. O conceito de forças profundas encerra duas noções fundamentais: em primeiro lugar, a noção de coletivo e global, por oposição ao individual

e ao fato isolado; em segundo lugar, a noção de tempo longo, por oposição ao tempo curto do fato político. Não fora a inclusão dos fatores psicológicos nas forças profundas, e o conceito aproximar-se-ia do conceito marxista de infra-estruturas. Em todo o caso, o caráter global, a longa duração e o próprio modelo desenvolvido em três instâncias – forças profundas; homem de Estado; acontecimento, explicado a partir da relação entre as duas primeiras instâncias – aproximam Renouvin do modelo braudeliano.

E é por esse processo que a história das relações internacionais se liberta progressivamente do paradigma da velha história diplomática e alinha o seu paradigma pelo da renovação historiográfica, que vai dos *Annales* à Nova História.

Desfaz-se, então, o equívoco entre o *événementielle* e o político-diplomático, e confere-se ao estudo histórico das relações internacionais a possibilidade de uma abordagem científica.

Outros campos historiográficos tinham já percorrido o mesmo trajeto. Por que não a história das relações internacionais? Como dizia Raymond Aron, “nunca houve razão lógica ou epistemológica para afirmar que o conhecimento histórico dos fenômenos econômico-sociais apresenta um caráter mais científico que o dos regimes políticos, das revoluções ou das guerras”.<sup>20</sup> A diferença residia, eventualmente, no fato de, no momento de arranque da renovação historiográfica, existir já uma ciência econômica e não existir ainda uma ciência política ou das relações internacionais. Mas esse era um problema superado desde o segundo pós-

17 Pierre Renouvin, *Histoire de Relations Internationales*, nova edição em 3 volumes, Paris, 1994.

18 Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, *Introduction à l'Histoire des Relations Internationales*, nova edição, Paris, 1991.

19 Jean-Baptiste Duroselle, *Tout Empire Périra*, nova edição, Paris, 1992.

20 Raymond Aron, *Comment l'historien écrit l'épistémologie*, in *Annales E.S.C.*, 1971, p. 1350.



guerra. A teoria das relações internacionais tinha já mostrado que era possível uma outra aproximação do fenômeno internacional.

De fato, a conjunção desses fatores, a renovação historiográfica aberta pelos *Annales* e o desenvolvimento das teorias das relações internacionais e o cruzamento desses dois campos científicos, vieram possibilitar a afirmação, o desenvolvimento e a diversificação das correntes na história das relações internacionais iniciada pela escola de Renouvin e Duroselle e, hoje, desenvolvidas e afirmadas em várias historiografias nacionais.

Desse percurso breve, quais as constantes e linhas de força que poderão traçar-se como características da história das relações internacionais?

Em termos globais, poderiam sintetizar-se numa idéia: o alinhamento da história das relações internacionais pelo novo paradigma historiográfico e a constituição do seu campo teórico no cruzamento entre a história e a teoria das relações internacionais.

Mas explicita-se.

Em primeiro lugar, o alargamento do campo de análise: do campo restrito das relações diplomáticas, ou seja, das relações políticas bilaterais entre Estados, a todos os níveis e atores da cena internacional: infra-estatal, nacional, internacional e transnacional.

Em segundo lugar, a renovação dos pressupostos teóricos em relação com as teorias das relações internacionais: não a perspectiva normativa, jurídico-institucional, mas a perspectiva objetiva e sociológica. Pensando o primado do político numa perspectiva de autonomia relativa e a centralidade Estado no seu contexto social e, sobretudo, pensando-o não como fato isolado,

mas na sua articulação estrutural e sistêmica, tanto interna como no meio internacional.

Em terceiro lugar, o alargamento da noção de documento: não só os documentos de chancelaria mas toda uma pluralidade de documentos que decorre do alargamento do objeto – cartografia, estatística, testemunhos escritos ou orais, imprensa, rádio, audiovisual etc.

Em quarto lugar, utilização, no campo histórico, dos métodos e técnicas das ciências sociais: superando, definitivamente, o monismo metodológico empírico descritivo e adotando um pluralismo metodológico que vem das *passerelles* múltiplas estabelecidas com os diferentes domínios de especialização setorial. A história das relações internacionais troca, assim e em definitivo, o recitativo *événementielle* pela compreensão e pela explicação, à procura de um conhecimento tão rigoroso e objetivo quanto é possível no campo das ciências sociais.

Em quinto lugar, o abandono da função tradicional, patriótica e comemorativa. À história das relações internacionais não cabe mais uma função de legitimação política, mas sim, uma função de natureza científica. Independentemente e para além da produção de conhecimento fundamental, seu objetivo primeiro, a história das relações internacionais poderá, também, desenvolver um conhecimento aplicado. Num sentido técnico-profissional poderá apoiar a formação de quadros especializados na área internacional, políticos, diplomáticos, militares ou empresariais. Num sentido mais lato, constitui-se como o grande e único laboratório possível para o teste de modelos de análise e construção de cenários de apoio à decisão em política externa.





# *A Inconfidência Baiana*

## *(A Revolução dos Alfaiates ou A Revolução dos Búzios)*

José de Sá Martins\*

*Comunicação apresentada em sessão do NEPHIM.*

**E**sta comunicação objetiva, unicamente, registrar a passagem, dia 12 de agosto de 1998, do segundo centenário de importante episódio da nossa História, que comportou algum envolvimento militar, e que, por circunstâncias não muito claras mas que se pode, com fundamentos, presumir, não tem tido o merecido destaque e, normalmente, nem mesmo a designação mais adequada.

Revoluções ou conspirações, em qualquer tempo ou lugar, sempre constituíram matéria para análise, e não só podem ser estudadas de vários prismas, como suscitam a curiosidade do estudioso em vários ângulos.

A chamada *Inconfidência Baiana* que, vale insistir, não tem sido objeto da ênfase devida pelo que significou, na sua complexidade representou um movimento de conteúdo político que conjugava profundo sentimento anticolonial, alimentado pelos problemas e contradições de uma sociedade fundada na monocultura e na escravidão.

Devemos a alguns estudiosos, que se lançaram na pesquisa de arquivos, a retirada dos acontecimentos do esquecimento a que ficaram por longo tempo relegados. Com isso, a *Inconfidência Baiana* tornou-se um fato histórico, pela sua significação real, inserido entre os movimentos de tendência democrática que precederam a independência política do Brasil.

Esse movimento, que deve ser estudado principalmente no plano das idéias que criou e pôs em circulação, teve na comunicação o suporte através do qual se corporificou, já que nela nasceu, viveu e morreu. Esse é um aspecto de importância que deve ser considerado. Nele, a *Inconfidência Baiana* se equivale aos movimentos que o antecederam e que são conhecidos como *Inconfidência Mineira* e *Inconfidência Fluminense*. Mas, diferentemente deles, a *Inconfidência Baiana* foi mais popular e menos intelectualizada, nela estando envolvidos elementos de todas as camadas sociais e de todas as raças que formavam a população da Bahia à época, desde o branco letrado ao negro escravo.

Por ter envolvido todos os níveis sociais, com maior difusão, ao que se conhece, nos

\* Coronel de Artilharia e Estado-Maior. Sócio efetivo do IGHMB.



níveis mais baixos – artesãos, soldados, escravos e outros – e dada a pouca importância que recebeu na maior parte desses duzentos anos, dá margem a que alguns procurem hoje apresentá-la como um *movimento socialista*, como a primeira *revolução social brasileira* e, até, como uma *revolução proletária*, promovendo-se, no que diz respeito a essa última colocação, uma certa mistura de épocas, já que, no Brasil de 1798, seria difícil o reconhecimento da existência de um proletariado, salvo se se adotasse uma classificação da Roma antiga para os cidadãos da última classe do povo. Mas, de qualquer maneira, há que se considerar a significativa presença no movimento de outras classes sociais. De qualquer forma, vale registrar que Varnhagen classificou esse movimento como de tendências mais socialistas que políticas, levando certamente em conta que os seus participantes estavam movidos, sobretudo, pelo ódio à desigualdade social e ao preconceito de cor.

A Colônia, na época, se resumia numa sociedade de artesãos, que viviam sob a vigilância das autoridades, sufocados por alvarás e ordens régias proibitivas de qualquer expansão, em muitos casos ceifadoras de potencialidades existentes. Tudo o que constituísse ameaça aos produtos da Metrópole, sobretudo aos industriais, era objeto de proibições drásticas dentro da política das nações colonialistas. Em todas as épocas, consideravam-se as colônias apenas como fornecedoras de matéria-prima e consumidoras dos produtos industrializados. Era uma sociedade de vizinhança. Nela predominavam as relações primárias, pela inexistência de veículos de comunicação (imprensa e gráficas para impressão), daí decorrendo o fato de a oralidade ter marcado a produção cultural de quase todo o Brasil Colônia.

Aqui vale lembrar que, mesmo em Portugal, houve grande atraso na adoção da imprensa e na utilização de gráficas, o que reforçava a sua ação limitativa em relação às colônias. Assim, esse movimento conspiratório desenvolveu-se e propagou-se através de conversas, reuniões, recados, bilhetes, anotações e, nos seus últimos momentos, por meio de boletins manuscritos afixados em paredes. De qualquer forma, ele não significava um simples conflito entre colonos e metrópole ou um protesto contra cobrança de impostos e taxas. Ele se desenvolveu sob a influência de idéias liberais-democráticas postas em causa pela vitoriosa Revolução Francesa de 1789. Os conspiradores baianos alimentavam a idéia de república com liberdade e igualdade para todas as pessoas. Desejavam a independência, mas se referiam à Bahia, à *República Baiense*, e não ao Brasil. Como a conspiração mineira, a baiana era também mais regional, uma vez que a idéia de Brasil como um todo ainda não estava consolidada no sentimento dos colonos, o que certamente resultava, em grande parte, das dificuldades de comunicação entre as diversas regiões coloniais.

O ideário dos conspiradores contemplava, basicamente, os seguintes pontos: independência nacional, regime republicano do tipo federativo, abolição da escravidão, igualdade de direitos sem distinção de cor, liberdade de comércio com todas as nações, pleno direito de propriedade, revisão das relações entre a Igreja e o Estado, estabelecimento de fábricas e manufaturas e de novas minas, e instauração de mecanismos repressivos para a defesa do novo regime.

Um destaque a dois aspectos: a influência das idéias francesas e a liberdade de comércio bem mostram a presença ou, pelo menos,



a influência de pessoas letradas, com acesso a informações sobre a revolução ocorrida na França, em 1789, através de literatura (em geral contrabandeada), certamente, ou de contatos num nível pouco admitido para aqueles da última classe do povo; e a questão da liberdade de comércio leva a que se admita que, também, direta ou indiretamente, havia algum envolvimento de comerciantes e, possivelmente, produtores de bens para exportação.

Nessa ocasião, a maior parte da população de Salvador era formada por homens de cor escura, pardos e negros, numa relação de, aproximadamente, um para dois, entre brancos, por um lado e, por outro, pardos e negros.

Por outro lado, como dado de importância a considerar, o Exército colonial obedecia a critérios seletivos, na medida em que o recrutamento era amplo, incorporando pardos e negros; mas, nesse Exército, o critério de cor era um impedimento à ascensão aos postos de comando para os que não fossem brancos, numa limitação objetiva às expectativas de progresso social dos interessados. A questão era significativa, uma vez que a tropa representava um contingente numeroso e, por ser enquadrado em normas de organização militar, representava um grupo homogêneo e funcionalmente organizado, o que não ocorria com outros conjuntos da população, que não dispunham de instrumentos de ação coletiva ordenada, com base em seus interesses objetivos, ainda que corporativos. E o fato de os homens pardos contarem com um regimento, ainda que de segunda linha, formado só por seus iguais (Regimento de Artilharia Auxiliar de Pardos), assim como os negros (Terço de Henrique Dias), formado, o primeiro, por 575 homens e, o segundo, por 603, impedidos de

chegarem a posições de comando, criava descontentamentos e insatisfações. O total da tropa perfazia 3.479 homens, se considerada a tropa paga e os corpos auxiliares, contingente numeroso em presença da população da cidade e de seus arredores.

Então, aqueles que vieram a conhecer e aceitar os acontecimentos franceses e tinham interesses em causa, passaram a divulgar, cautelosamente, as idéias de independência, república e liberdade de comércio e as demais, certamente como atrativos para cooptação de correligionários e, basicamente, do apoio militar. Dentre esses, vamos encontrar um bacharel em filosofia e cirurgião, Cipriano José Barata de Almeida, um professor de gramática, Francisco Moniz Barreto de Aragão, um negociante, José Raimundo Barata de Almeida, e dois tenentes, José Gomes de Oliveira Torres, do Regimento pago, e Hermogenes Francisco de Aguillar Pantoja, do 2º Regimento, certamente conquistados pelos ideais alevantados de independência.

O que a História registra, e esse é pormenor muito importante a considerar, é que as condenações extremas caíram sobre soldados e artesãos, todos homens de cor parda. Dos 32 réus arrolados no processo, dentre eles uma mulher, seis foram condenados a morte; quatro foram enforcados e esquartejados, em 8 de novembro de 1799; um nunca chegou a ser preso e o outro teve a pena comutada em degredo perpétuo na África. Os executados foram: o alfaiate João de Deus do Nascimento, considerado o grande líder da conspiração, os soldados Lucas Dantas e Luiz Gonzaga das Virgens, e o escravo liberto Manoel Faustino dos Santos Lira, de 18 anos. Outros mais tiveram pena de degredo ou de flagelo do açoite; houve o confisco de bens de todos, o que



nada significou, pois nenhum deles tinha qualquer bem de valor. Os elementos de nível social mais elevado ou foram inocentados ou tiveram penas leves e acabaram perdoados, como o Tenente Pantoja, que foi morrer, já como major, quando do ataque ao Forte de São Pedro pelas forças favoráveis ao movimento constitucionalista de 1821, e Cipriano Barata, que se livra do processo e vai participar de outros movimentos pela independência, como a Confederação do Equador. A Justiça se revelara não só colonial como também de classe, tendo nela funcionado elemento que participara da devassa em Minas Gerais, o Desembargador Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto. Como se deduz da leitura dos *Autos da Devassa*, parece ter sido o propósito não valorizar o movimento, reduzindo-o a uma manifestação das classes mais baixas que, de qualquer forma, era necessário punir, e a teatralização de punição e clemência teve uma dimensão assumidamente de pedagogia política. A *Conjura Mineira* ainda deveria estar traumatizando Lisboa, e por todo o mundo as colônias estavam criando problemas para suas metrópoles. Assim, por consequência, a História passou a minimizar o ocorrido, não lhe deu sentido maior de movimento envolvendo todas as categorias sociais e objetivos de maior significação, buscando designá-lo, de certo modo, até pejorativamente: *Revolução de Alfaiates* ou *Revolução dos Búzios*, já que os conspiradores, em determinada fase, se identificavam com o desenho de um búzio.

No dia 9 de dezembro de 1798, o Governo publicava nota dando por esmagada a intentona e proclamando-se *vigilante contra os princípios jacobinos e revoltosos*.

Conquanto tenha sido, nos seus propósitos, mais objetiva que a Mineira, a cons-

piração ainda estava em fase de conversas, não possuindo nada de concreto, quando foram espalhados boletins sediciosos, na madrugada de 12 de agosto de 1798, por iniciativa pessoal, segundo constou, do soldado Luiz Gonzaga. Em seguida a essa divulgação, começou a repressão e as prisões ocorreram até fevereiro de 1799, totalizando mais de cinquenta.

Temerosos de que Luiz Gonzaga os delatasse, os outros conspiradores decidiram promover a sua libertação e a antecipação da eclosão do movimento. Mas aí era tarde, tudo já tinha sido denunciado por algumas pessoas que, na última hora, tinham sido convidadas para dele fazer parte.

O que merece registro destacado é o fato de que as autoridades, desde algum tempo, sabiam da ocorrência das reuniões e mesmo de alguns assuntos nelas tratados, mas não lhes davam importância, admitindo que, ou eram coisas de jovens buscando emoção ou conversas de gente sem expressão e nenhuma possibilidade de criar problemas. Mas a divulgação ostensiva dos boletins, atingindo o público em geral, obrigou-as a tomar providências de repressão.

Tem sido admitido que os elementos de maior projeção chegaram a fundar uma organização de caráter maçônico que denominaram *Os Cavaleiros da Luz*. Mas, sobre isso, há carência de dados para comprovação.

Parece interessante fazer uma comparação em profundidade entre as três inconfidências – a mineira, a fluminense e a baiana – e uma ampla reflexão sobre as conjunturas – interna e externa – existentes nas épocas em que ocorreram. O resultado será certamente muito interessante e elucidativo e servirá para caracterizar a conjura baiana como um dos mais significativos movimentos pela nossa independência.



Luiz Viana Filho registrou, na sua obra sobre a *Sabinada*, reportando-se à *Inconfidência Baiana*, que ela se distinguiu da Inconfidência Mineira e da Revolução de 1817 por ser o que classifica de fato raro na nossa vida política: um movimento *de baixo para cima*,

enquanto os outros dois vêm *de cima para baixo* e, acrescenta que “a nação se comoveu mais com o sacrifício dos intelectuais mineiros e pernambucanos do que com o enforcamento dos humildes baianos de 1798, e, por isso, depressa esqueceu a estes”.



## BIBLIOGRAFIA

A INCONFIDÊNCIA DA BAHIA – *Devassas e Seqüestros*.

CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL.

GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE.

HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO.

JANCSÓ, Istvan. *Na Bahia, contra o Império*.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Volumes I e II.

MATTOS, Florisvaldo. *A Comunicação Social na Revolução dos Alfaiates*.

QUADROS, Jânio e MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *História do Povo Brasileiro*.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Volume 9.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *As Idéias dos Revolucionários de 1798*.

VIANA, Hélio. *História do Brasil*.

*De todas as companhias para um escritor,  
nenhuma é mais valiosa do que um dicionário.*

Victor Hugo

*O melhor do futuro é que ele acontece a cada dia.*

Anônimo

*A dor não é um mal, a menos que ela nos derrote.*

Charles Kingsley



# O General Sylvio Frota

Paulo Dartanham Marques de Amorim\*

*Comunicação apresentada em sessão do NEPHIM.*

**C**onheci o General Sylvio Frota no início do ano de 1966 quando, ainda Segundo-Tenente de Cavalaria, me apresentei no Regimento de Reconhecimento Mecanizado, de Campinho, integrante da então Divisão Blindada, sob o comando daquele oficial general.

Já o conhecia de nome e de conversas familiares, uma vez que era companheiro de meu saudoso tio, Heryaldo Martins Ferreira, da turma de novembro de 1932 da Escola Militar de Realengo, a primeira a receber, e honrar, o espadim de Caxias. Essa turma se destinava a ser ímpar na história do Exército e foi também a que mais oficiais gerais formou na arma de Cavalaria, além de integrantes do Alto Comando do Exército, no início dos anos 1970. Servira também com meu pai em duas organizações militares: no CPOR/RJ e no 4º RCD de Três Corações, onde as relações de amizade e companheirismo puderam estabelecer laços sinceros e duradouros.

Comandando a Divisão Blindada, o General Frota impunha-se pela presença

constante nas unidades: era ativo, exigente, disciplinador e muito se empenhava na resolução dos problemas existentes, principalmente os referentes à manutenção e suprimento do material motomecanizado, então inexistente no parque fabril do nosso País.

Acompanhei a ação do General Frota posteriormente, como Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Exército e Comandante da 1ª Região Militar. Vim a reencontrá-lo, mais assiduamente, quando ele assumiu o Comando do I Exército e eu desempenhava as funções de ajudante-de-ordens do General Edgard Bonneze Ribeiro, seu dileto amigo e prestimoso auxiliar, quer no Comando da 4ª Região Militar e 4ª Divisão de Infantaria, em Minas Gerais, quer no Comando da 1ª Divisão de Exército e Guarnição da Vila Militar. Naquela oportunidade, tive o privilégio de conviver com aquele grande chefe em várias situações: manobras, inspeções, viagens, solenidades, formaturas, visitas de cortesia e, até mesmo, nas situações descontraídas onde extravasava as emoções, os anseios, as frustrações e as esperanças.

Acompanhei a sua trajetória após o Comando do I Exército, quando ele foi chefiar o Estado-Maior do Exército e, poste-

\* Coronel de Cavalaria e Estado-Maior. Sócio efetivo do IGHMB.



riormente, fruto da fatalidade, assumiu o honroso cargo de Ministro do Exército, função que desempenhou com a mesma dignidade de seus antecessores, em cuja galeria figuram homens da têmpera de Caxias e Osório.

Após 12 de outubro de 1977, por várias vezes fui visitá-lo na intimidade do modesto apartamento 401 da Rua Engenheiro Richard, 156. Algumas vezes acompanhado de meu irmão, Coronel Athos Marques de Amorim que, junto ao Coronel Nilson Melo, foi seu último assistente-secretário.

Trinta anos de conhecimento me permitem falar sobre o General Sylvio Frota. Faço-o agora, na esfera das minhas atribuições e nesta Casa de Cultura, onde se espera sejam cultuados os valores e as figuras da nossa História Militar.

Sylvio Frota foi para mim, antes de mais nada, um homem de virtudes. No dizer do General Alacyr Frederico Werner, foi mesmo vítima de suas virtudes, tão raras nos dias de hoje.

Meu longo convívio com o saudoso chefe me permitiu distinguir as virtudes do soldado, do homem e do cidadão.

Como soldado, admirei-lhe a coragem e o espírito militar.

A coragem, atributo maior do chefe, ele a possuía no campo físico e no moral.

Busquemos na história, e nos contrários, a coragem do jovem Tenente de Cavalaria Sylvio Frota, de 25 anos, quando era instrutor do CPOR/RJ, em novembro de 1935.<sup>1</sup>

Possuía a coragem moral de defender os seus subordinados quando em causa justa; sabia ouvir e concordar com idéias coerentes.<sup>2</sup>

Teve ainda a coragem de arriscar a sua carreira no famoso *Memorial dos Coronéis*, do qual foi um dos articuladores.

Seu espírito militar sobressaiu quando assim se expressou:

*Envaideço-me de ter sido sempre soldado, indiferente às tentações dos bens materiais, imune às ambições do poder e infenso às sedutoras tentativas de afastar-me do quartel. Prefери, por cinco décadas, viver no puro ambiente das casernas – de sacrifícios e pesados trabalhos – onde o cansaço traz a sensação do dever cumprido e todas as ações expressam harmonia. Nelas se encontram as nossas mais nobres reservas cívicas, e delas têm partido, nos momentos precisos, sob incontrolável impulso patriótico, reações enérgicas para conter as ameaças feitas à Nação brasileira e seu regime.*

*Em nenhuma oportunidade servi-me do Exército, em tempo nenhum hesitei servi-lo.*

*O Exército só tem sido lembrado nos períodos de crise, quando dele se precisa para manter a ordem pública e o regime.*

Lamentava-se entretanto:

*O militar, para muitos, só tem deveres e nunca direitos; é um ente passível de todos os sacrifícios, sem murmúrios. A disciplina é confundida com subserviência e a hierarquia com instrumento de prepotência.*

*São julgamentos de lamentável injustiça.*

No homem e no cidadão, destaquei a simplicidade, a fraternidade, o amor à família, o espírito democrático e a honestidade.

*Nascido de família modesta, tive, a acalantar-me, no sono de menino pobre, os sonhos de uma carreira militar, vocação sublime que conservei ao longo de uma vida inteiramente dedicada ao Exército. Aprendi, no lar paterno e nas agruras dos que lutam sozinhos, a valorizar as coisas simples, por serem racionais; a desprezar a ostentação,*

1 Ler *Olga* – Fernando Moraes, 5. ed., p. 83.

2 Inspeção no 8º GACosM, Capitão Gerson.



*vizinha íntima da mediocridade; a respeitar a dignidade alheia, visto que o brio não constitui privilégio de ricos ou de pobres, mas sim apanágio dos homens de bem; e a ver no esforço pessoal a única fórmula digna de se alcançar o sucesso. Senti, também, naqueles já longínquos e difíceis dias, a necessidade imperiosa da fraternidade cristã que, pela repartição do pouco, assegura a todos o indispensável. Encontrei, pois, no Exército, a profissão em que poderia realizar-me, porquanto se a disciplina é espantoso e pesado grilhão para os ambiciosos, torna-se suave trilha para os que trazem o destino de servir.*

A sua vida militar coincidiu com um dos períodos mais turbulentos da nossa evolução política.

Promovido a general-de-brigada em meados dos anos 1960, viu nascer, crescer e tomar corpo o movimento terrorista de triste memória.

Firme e determinado na sua jugulação, não permitiu, entretanto, o desrespeito à dignidade humana. Foi vítima de julgamentos equivocados, por pessoas que não presenciaram a sua atuação.

*Dividi minha vida entre o Exército e a família, talvez com prejuízo desta, são as suas palavras.*

Chefe de família amoroso e devotado, era de emocionar o seu carinho, paciência e cuidados para com o filho Sérgio, que o acompanhava até mesmo em atos de serviço, devido à necessidade de sempre assisti-lo. Nunca o vi lamentar-se do pesado encargo. Esse padecimento talvez tenha aguçado a sua compreensão para com os problemas de saúde de seus subordinados e familiares. Em sua gestão ministerial teve a coragem de implantar o FUSEX, projeto que se arrastava havia anos. Idealizou e projetou ainda uma

grandiosa unidade hospitalar para substituir o HCE.

Do filho Luís, gabava-se pela aplicação nos estudos, aceitando resignadamente, quando o então aluno do Colégio Militar, hoje contra-almirante da nossa Marinha, meio sem jeito, participou-lhe que não desejava ir para o Esquadrão de Cavalaria.

Sempre atencioso e preocupado com a sua filha, Professora Dylce, testemunhei a sua aflição e movimentação quando se cogitou de retirar a pensão das filhas dos militares.

Homem de imaculada honestidade, não conseguiu amealhar recursos para deixar aos seus.

Testemunhei a dor do general e de toda a família quando Dona Ydia, companheira dedicada e sempre presente, mãe de família amorosa, atendeu ao chamado do Senhor. Senti naquela manhã, no Cemitério São Francisco Xavier, que o general não lhe sobreviveria em muito.

Sylvio Frota era um homem da família – seu caráter forjou-se no lar paterno. O Exército, essa grande instituição, apenas aprimorou-lhe as qualidades.

Ao receber o título de *Cidadão Sobralense*, quatro anos após deixar o Ministério do Exército, assim se expressou sobre a figura do seu pai, o cearense Virgílio Coelho da Frota:

*Educou-me nos mais nobres e rígidos princípios morais. Transmitiu-me os ensinamentos de que, no universo, só a sabedoria divina é infinita e que a Pátria é o objeto constante de nossa veneração. Dizia-me que o importante para a consciência é ser justo, dela banindo as preocupações de ser considerado bom ou mau. Prevenia-me, com insistência, contra a ambição, a hipocrisia e o egoísmo dos homens, defeitos respon-*



sáveis, principalmente entre os governantes, pela insensatez de seus atos.

*Nos cinquenta anos em que servi ao Exército pude verificar quão judiciosos foram esses conselhos e advertências. Eles orientaram minha carreira militar e mostraram-se sempre verdadeiros em todas as situações de crise, como as das muitas Revoluções que vivi, e deixaram traços indeléveis em minha lembrança.*

Foi um democrata e um revolucionário convicto desde as origens do movimento de 31 de março de 1964. Expressava o seu pensamento político em uma ordem clara e racional:

*Aceito e defendo a Democracia como a mais bela forma de regime político, porque somente ela poderia permitir que um menino descalço do distante subúrbio de Cachambi chegasse a Ministro, nos atapetados gabinetes de Brasília.*

*Coerente com meu ponto de vista de que ao setor privado compete, num regime de livre iniciativa, as atividades de produção, determinei aos órgãos adequados propusessem a criação da indústria de material bélico, o que foi feito.*

*A existência de um processo de domínio, pelo Estado, da economia nacional – inclusive das empresas privadas – de modo a condicionar o empresariado brasileiro aos ditames do governo, caracteriza, entre nós, uma estatização clara, inadmissível num regime democrático de liberdade responsável e de estrutura econômica de livre iniciativa, o que nos coloca mais no quadro dos países do Leste europeu do que no bloco ocidental.*

Sobre as revoluções, das muitas que presenciou, assim se expressou:

*As Revoluções processam-se quando os padrões de cultura de um povo tornam-se incompatíveis com os seus anseios de vida. É imperativo, pois, mudá-los mas, desse empreendimento perigoso, só se arrogam, inicialmente, os genuínos idealistas. Por isso, pelos riscos que oferecem, nascem nas catacumbas e tem seus primeiros vagidos abafados pelo segredo. Fazem-nas, portanto, os idealistas; porém, se vitoriosas, não raro, são usufruídas gostosamente pelos oportunistas.*

*Entretanto, as revoluções também morrem.*

*Entram em agonia quando, à semelhança do mitológico Saturno, começam a engolir os homens de ideais que as fizeram, e perecem no momento em que as hordas de aproveitadores acabam de asfixiá-las. Vemos, então, os seus mais puros princípios e aspirações serem jogados, à matroca, no rio das ambições e interesses pessoais e liberarem-se forças imprevisíveis que os lídimos revolucionários sobreviventes jamais poderão conter.*

Da honestidade, tive no General Frota, os mais claros exemplos. Dele ouvi certa vez: *não basta ser, é preciso também mostrar que se é.*

Após exercer o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro do Exército, foi-lhe oferecida uma missão no exterior, que de pronto recusou. Como revolucionário, não desejara dar mostras de se aproveitar da situação vitoriosa.

Acompanhando-o em certa inspeção às guarnições de Minas Gerais, presenciei-o na recusa de presentes e gentilezas do Governo estadual. Não se permitiu nem ser considerado hóspede do governo, uma vez



que se encontrava em missão militar e funcional.

Quando ministro, quando vinha ao Rio de Janeiro, preferia a modéstia do seu apartamento no Grajaú às mordomias do Palacete Laguna.

Não sou a melhor pessoa para falar do General Frota. Sinto-me traído pela emoção pois, ao grande chefe, após trinta anos de

conhecimento, sou reconhecido e grato pela amizade com que me honrou.

*O reconhecimento é fruto do raciocínio, gera-se na mente, que é, no pensar filosófico dos iluministas, o guia infalível da sabedoria, ao passo que a gratidão nasce nas cavidades quentes do coração, a sede das emoções humanas, no consenso de nossa religiosa gente.* (Sylvio Frota.)



### *"Os Ladrões do Tempo"*

*"Sabei cristãos, sabeis príncipes, ministros que se vos há de pedir conta do que fizestes; mas muito mais estreita do que deixais de fazer. Pelo que fizeram, se não de condenar muitos; pelo que não fizeram, todos. Não deixe o Ministro de fazer o que tem de obrigação e pode ser que se salve melhor em um Conselho do que em um deserto. Tome por disciplina a diligência, tome por cilício o zelo, tome por contemplação o cuidado e tome por abstinência o não tomar, e ele se salvará."*

*"Uma das coisas de que se devem acusar e fazer grandes escrúpulos os ministros é dos pecados do tempo."*

*"Por que fizeram o mês que vem o que se havia de fazer no passado?"*

*"Por que fizeram amanhã o que se havia de fazer hoje?"*

*"Por que fizeram depois o que se havia de fazer agora?"*

*"Ah! Omissões. Ah! vagares do tempo, ladrões do tempo."*

*"Não haverá uma Justiça exemplar para esses ladrões?"*

Padre Antônio Vieira — Sermões



# A Guerra Guaranítica: uma guerra invulgar e incômoda

Silvino da Cruz Curado\*

*Comunicação apresentada no XXIV Congresso Internacional de História Militar – A Guerra e o Encontro de Civilizações a Partir do Século XVI –, realizado em Lisboa, de 24 a 29 de agosto de 1998.*

**I**rei falar-vos da Guerra Guaranítica ou Guerra das Missões, assim chamada por ter sido levada a cabo contra os índios guaranis das Missões Jesuíticas do Paraguai, localizadas em territórios ao tempo espanhóis e que hoje se repartem pelo Paraguai, Argentina e Brasil.

Tendo decorrido de 1754 a 1756, considero-a uma guerra invulgar por combinar forças dos dois países ibéricos, tradicionalmente inimigos, e não contra um inimigo externo comum mas contra índios, fiéis vassalos do rei de Espanha.

É igualmente uma guerra incômoda, por ter conduzido ao esmagamento, por forças de duas importantes potências mundiais da época, milícias de índios, tendo estes a razão do seu lado.

Estamos em presença de um caso tardio de encontro de civilizações. De um lado, a civilização europeia já com alguma influência local e, do outro, o caso híbrido dos índios das Missões. Estes, convertidos ao catolicismo e afastados da vida selvagem que antes levavam, eram mantidos totalmente segre-

gados da sociedade espanhola, sendo tutelados pelos padres jesuítas que os consideravam umas inconstantes crianças grandes, sempre prontos a ceder aos apelos das suas tradições ráticas.

Pequena guerra que iria ter as mais drásticas consequências, estando na origem de processos complexos que levaram, quer à extinção da poderosa Companhia de Jesus, quer à dispersão e acelerado desaparecimento dos índios guaranis, quer ainda, a novos conflitos bélicos na região, entre portugueses e espanhóis.

Para além dos interesses das duas monarquias envolvidas, dos da Companhia de Jesus e das radicais mudanças que ocorriam na Europa, tiveram importância decisiva no processo as personalidades dos principais intervenientes no mesmo, quer em Lisboa e Madri, quer na América e, sobretudo, a deficiente percepção e avaliação das situações, num mundo onde a informação e as ordens levavam meses a chegar. Não desejando ninguém a guerra, que falta fizeram as modernas técnicas de controle de crises e de estabelecimento de medidas de confiança!

Correndo os riscos de todas as simplificações excessivas que a limitação do tempo

\* General do Exército português.



impõe, vejamos, em breves traços, como se originou esse problema.

Os portugueses tinham largamente ultrapassado o limite, nunca materializado no terreno, das 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde, estabelecido no Tratado de Tordesilhas, chocando-se com os espanhóis que avançavam em sentido contrário. Os conflitos eram inevitáveis, a menos que se estabelecessem novos limites e se demarcassem no terreno.

Reclamavam os espanhóis da situação na América mas esqueciam-se do que tinham avançado no outro lado do globo, ocupando as Filipinas, situadas na área atribuída a Portugal pelo mesmo Tratado.

Voltando à América, é de salientar, pelo interesse que tem para esse caso, a fundação, em 1680, por iniciativa da Coroa portuguesa, que considerava o Rio da Prata como limite sul do Brasil, da Colônia do Sacramento, em frente a Buenos Aires, origem de continuados conflitos. Contestava a Espanha que a Colônia se localizasse em território português. Tomada pelas armas no próprio ano da sua fundação e logo a seguir devolvida para esclarecimentos dos limites, foi novamente tomada, em 1705, para voltar a ser devolvida na sequência do Tratado de Utrecht, de 1715.

Justifica-se essa referência porque, por aquele tratado, a Espanha cedeu a Portugal toda a ação e direitos que pretendia ter sobre o território e Colônia do Sacramento pelos quais poderia vir a oferecer, no prazo de ano e meio, um equivalente que Portugal aceitaria ou não. Foi essa hipótese de equivalente que, não tendo sido concretizada naquele momento, foi retomada mais tarde, como veremos, para desgraça dos guaranis e dos jesuítas.

Aparentemente, estaria fixado o limite ao sul do Brasil, que se estenderia até o Rio

da Prata. Mas o governador de Buenos Aires, inconformado, logo propôs e obteve concordância da sua Coroa para que, por território da Colônia, se entendesse apenas o espaço que a partir da fortificação era coberto por tiro de canhão. Os conflitos continuaram.

Aconteceu, no entanto, uma excepcional situação de bom entendimento entre os monarcas peninsulares, decorrente do fato de Fernando VI de Espanha, de espírito pacífico, ser casado com Bárbara de Bragança, filha de D. João V de Portugal, e esta exercer grande influência sobre o marido. Foi possível, assim, negociar o Tratado de Madri de 1750, da maior importância para o Brasil pois, pela primeira vez, lhe foram reconhecidas dimensões semelhantes às atuais.

No referido tratado, estabeleceram-se limites, a demarcar no terreno por acidentes de fácil identificação, com base no que cada país ocupava no momento, estabelecendo-se, contudo, algumas correções através de cedências entre as coroas.

A Espanha estava particularmente interessada na Colônia do Sacramento para ficar com a posse exclusiva de todo o Rio da Prata e acabar com o contrabando que portugueses e ingleses realizavam através daquela praça. Portugal exigiu, mesmo com risco de malogro da demorada e muito persistente negociação, que lhe fosse cedido, como equivalente, território a oriente do Rio Uruguai, no qual se localizavam sete das trinta aldeias das Missões Jesuíticas.

Alexandre de Gusmão, natural de Santos, no Brasil, que pela parte portuguesa dirigiu as negociações, pretendia criar, no Sul, uma província poderosa, que se alargasse até o Rio Uruguai, e pudesse fazer face aos espanhóis que ali eram mais fortes.

D. José de Carvajal, o ministro que conduziu as negociações pela parte espanhola,



resistiu durante um ano para ceder as sete aldeias, sobretudo pelo receio do que iria suceder aos índios e das reações dos jesuítas.

Portugal, no sentido de forçar a decisão, dispôs-se a aceitar, quanto ao destino dos índios, qualquer das três soluções possíveis: continuarem todos nas sete aldeias, saírem todos para território espanhol, e ficarem ou saírem de acordo com o próprio desejo.

Decidiu-se a Espanha a entregar as aldeias sem os trinta mil índios que as habitavam e, por um dos tais erros de percepção anteriormente anunciados, Carvajal, no dizer do embaixador português, tinha por certo que, cedidas as aldeias a Portugal, todos os índios seguiriam aos jesuítas que os tinham doutrinado para onde os quisessem levar e que nem um só ficaria nelas.

As Missões tinham milícias que podiam mobilizar vinte mil soldados e dispunham, para além das armas tradicionais, de umas dezenas de armas de fogo por aldeia e, até, de alguma artilharia. Forças de três mil e quatro mil índios dessas milícias foram utilizadas pelos governadores espanhóis contra os portugueses, na Colônia do Sacramento, em 1681, 1705 e 1735, e na tentativa de fundação de Montevidéu, em 1723.

Para além dos índios, havia que temer a reação dos padres da até aí muito poderosa Companhia de Jesus. Contudo, o Padre Geral, não desejando abrir qualquer conflito que pudesse ser aproveitado contra os jesuítas, acedeu ao pedido do rei de Espanha para ordenar aos curas das missões que efetuassem a mudança dos índios das sete aldeias para outros locais em território espanhol.

Não podiam, os padres das Missões, absorvidos pelos cuidados com os seus filhos, ter a percepção das profundas alterações que se preparavam na Europa. Impossível para eles admitir que a Companhia não

fosse capaz de convencer o rei da injustiça que se cometia com os índios, do risco de se perderem para a fé e do perigo que representava para os interesses da Espanha a aproximação dos portugueses das Missões e até das minas de Potosi. Desencadearam, por isso, uma campanha de representações próprias, dos bispos e das autoridades da região, a Madri e a Roma, primeiro no sentido de ser anulado o tratado e, mais tarde, pedindo maiores prazos para a mudança.

Com a subida ao trono de D. José, coube a Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, dar execução ao Tratado contra o qual tinha algumas reservas. Temia que os espanhóis procurassem apoderar-se da Colônia do Sacramento sem que fosse possível, devido à oposição dos índios, receber ou conservar as sete aldeias. Naturalmente, porém, desejava que se procedesse às demarcações dos novos limites e que, à parte portuguesa, não pudesse ser atribuída a culpa de quaisquer demoras. Fez, por isso, nomear Comissário Régio para as demarcações e mútuas entregas a Gomes Freire de Andrade, governador da extensa Capitania do Rio de Janeiro, com provas dadas e militar capaz de cumprir a missão.

Pela parte espanhola, foi nomeado o Marquês de Valdelírios e foi ainda nomeado, pelo Padre Geral, como comissário jesuíta, para a entrega pacífica dos Sete Povos das Missões, o Padre Luís Altamirano. Qualquer deles verificou rapidamente que a percepção que tinha da respectiva missão estava longe de corresponder à realidade de ir, revestidos de maior autoridade, desempenhar uma rápida missão que lhes granjeasse honra, glória e alguma recompensa. Deparavam-se com a rebelião dos índios e, no mínimo, a completa discordância dos jesuítas que, só na observância do voto de obediência, pro-



curavam, com desigual empenho, levar os índios a mudarem-se com velhos, crianças e setenta mil cabeças de gado, para lugares incertos, a centenas de léguas de distância! Nem um nem outro estiveram à altura da difícil situação.

As demarcações só foram iniciadas, a partir da costa, em 23 de novembro de 1752. Logo em 26 de fevereiro do ano seguinte, em Santa Tecla, foi a partida demarcadora impedida de continuar por índios armados que teriam dito estarem a cumprir ordens dos jesuítas.

O Padre Altamirano, que se deslocara às Missões, não só não conseguiu a mudança dos índios como teve que fugir para não ser morto. De nada serviram outras medidas como o envio de um vice-comissário e a tentativa frustrada de retirar os padres das aldeias. Acabou acusando os seus irmãos de falta de colaboração e a admitir que só à vista da força os índios se submeteriam.

Impacientava-se Gomes Freire pelo arrastamento do processo. Para ele, desde o início, toda a culpa da resistência dos índios pertencia aos padres da Companhia, do que repetidamente avisava Lisboa, onde, pouco depois, começavam igualmente a chegar relatos da falta de colaboração dos jesuítas portugueses às demarcações na Amazônia. Não é de admirar que o futuro Marquês de Pombal se fosse tornando um inimigo implacável da Companhia.

Face à situação, resolveu o Comissário espanhol, Marquês de Valdelírios, de acordo com instruções secretas que trouxera de Madri, entregar ao Governador de Buenos Aires, General D. José Andonaegui, em 27 de março de 1753, a ordem régia que o encarregava, em caso de resistência dos índios, de ir com a tropa que lhe parecesse, incluindo todo o pos-

sível auxílio armado português, executar a entrega das aldeias.

Andonaegui, já com 75 anos, dispoñdo de escassos efetivos e pouca vontade de partir para a guerra, iniciou demorados preparativos bélicos, em especial a convocação de forças de milícias das principais cidades do seu governo. Mas, ainda na esperança de não necessitar utilizá-las, enviou aos índios as mais arrasadoras ameaças. Mais uma errada percepção da situação que teve efeitos desastrosos. Os índios não só não se amedrontaram como mais se sentiram impelidos a responder também com a guerra.

Os jesuítas, certos de que a anunciada guerra destroçaria as Missões, passaram a recorrer, ainda sem sucesso, a expedientes extremos para convencer os índios a aceitarem a mudança pacífica, enquanto, por outro lado, voltaram às suas desesperadas representações, desta vez no sentido de se suspenderem os preparativos das hostilidades. Mas estas não só não chegaram às mãos de Fernando VI, como foram consideradas mais uma prova da oposição dos referidos padres.

Finalmente, em 24 de março de 1754, fixou-se o plano de operações. Andonaegui marcharia ao longo do Rio Uruguai para ocupar as aldeias mais próximas deste. Gomes Freire seguiria da Colônia do Sacramento para o Rio Pardo, donde marcharia a ocupar as aldeias mais próximas, começando pela de Santo Ângelo. Essas primeiras ocupações deveriam ter lugar cerca do dia 15 de julho, trocando-se logo correios para ajustamento da conduta posterior.

Desconheciam os comissários e o governador de Buenos Aires, quando aprovaram esse plano, que os índios, já em 23 de fevereiro, tinham iniciado as hostilidades, atacando sem sucesso a Guarda do Rio Pardo. O relatório português, datado do dia imediato



e referindo que os índios eram comandados por um padre da Companhia, mais convenceu Gomes Freire e as Cortes de Lisboa e Madri de que os jesuítas eram os verdadeiros rebeldes.

Pressionado por Madri, Andonaegui acabou por lançar a operação no decurso de um inverno extremamente rigoroso e escolheu um itinerário perpendicular aos afluentes do Rio Uruguai, cujas enchentes e pântanos lhe dificultaram a progressão. A lama, a neve e o gelo destruíram as fracas pastagens que tinham escapado a um verão exageradamente seco e os animais da coluna, sem outro alimento, foram morrendo ou ficando incapazes. De nada valeu enviar pedidos de novos animais às aldeias das Missões mais próximas, a ocidente do Rio Uruguai, porque também aí tinha chegado a rebeldia. Assim, em 10 de agosto, tendo levado mais de setenta dias para vencer setenta léguas, viu-se Andonaegui forçado a retirar, quando ainda estava a 25 léguas do Rio Ubicuy. A defesa deste fora confiada aos índios da margem ocidental do Rio Uruguai, deixando livres os dos Sete Povos para enfrentarem Gomes Freire. Seguido por cerca de trezentos índios que lhe roubavam cavalos e faziam pequenas escaramuças, decidiu-se o governador mandar atacá-los, do que resultou o número impressionante de 230 mortos e 72 prisioneiros, segundo os espanhóis, e cerca de metade, segundo os jesuítas.

Entretanto, Gomes Freire teve que percorrer, com parte das suas forças, 150 léguas até a Vila do Rio Grande, onde reuniu o seu exército e tomou conhecimento de novo ataque falhado dos índios ao Forte do Rio Pardo. Marchou mais 87 léguas até ao referido forte, para dali sair, em 25 de agosto, na direção da aldeia de Santo Ângelo. Também ao general português, apesar dos seus

esforços, impediu o rigoroso inverno de chegar às Missões a 15 de julho, como fora planejado.

Em 7 de setembro, chegou ao Passo do Rio Jacuí, que naquele momento não era vadeável e se achava defendido por uma força de índios entrincheirada. E foi só na noite seguinte que teve conhecimento de que Andonaegui tinha suspenso a marcha para as Missões, não o informando, contudo, da data em que tencionava voltar à ação. Assegurada a passagem do rio, considerada uma vantagem para o prosseguimento da campanha, ali permaneceu 75 dias, inquietado pelos índios e pela subida das águas, até receber comunicação do general espanhol de que só daí a seis meses se poderia retomar a atividade.

Gomes Freire, que sendo auxiliador não podia agir na falta do auxiliado, negociou uma trégua com os índios e retirou, primeiro para o Rio Pardo e depois para o Rio Grande, propondo que numa segunda campanha se juntassem as forças dos dois países em Santa Tecla e seguissem daí, em conjunto, para as Missões. Assim se veio a fazer mas só em 1756, pois Andonaegui, só passado o inverno de 1755 estava em condições de retomar as operações.

Muito tinha mudado na Europa. Ainda em 1754, falecera o Ministro Carvajal e o sucessor, Ricardo Wall, informou Fernando VI do que se passava na América, decidindo este que não se faltasse à sua palavra e se cumprisse o Tratado. Em meados de 1755, desencadeou o futuro Marquês de Pombal um plano para terminar, de forma concertada, com a influência dos padres da Companhia nas Missões e nas Cortes de Portugal e Espanha. Por outro lado, instruiu o Embaixador em Madri para lançar a idéia de se manter a demarcação de limites estabelecidos no



Tratado e se abandonarem as cedências mútuas, continuando Portugal com a Colônia e a Espanha com as sete aldeias das Missões.

Fernando VI considerou que seria prejudicial para a América, por constituir um mau exemplo, recuar perante a resistência dos rebeldes e, pelo contrário, determinou medidas para se lhes fazer a guerra *com toda a força*, e despediu o seu confessor, o jesuíta Padre Francisco Rábago, através do qual os seus irmãos sempre esperaram obter a anulação da cedência das Missões.

Reunidos Gomes Freire e Andonaegui na região de Santa Tecla, em 16 de janeiro de 1756, dali seguiram para as Missões. Pouco depois começaram os índios a atacar elementos ou forças isoladas e a fazer a guerra de terra queimada que, se tivesse sido mantida e levada ao extremo, levantaria um sério problema aos aliados pela falta de pastagens. Mas, em 7 de fevereiro, numa ação mais significativa, foi morto o Capitão Sepé, o comandante destas guardas avançadas, considerado um chefe capaz e, por isso mesmo, partidário de uma atuação guerrilheira.

Nicolas Nenguirú, chefe dos dois mil índios que já se achavam na região, resolveu vingar a morte de Sepé e instalou as suas forças num morro ligeiramente fortificado, no qual se opôs à passagem dos exércitos aliados. Essa decisão foi precipitada, pois ainda se aguardava a chegada de muito mais índios e havia posições muito mais fortes à retaguarda. O armamento de que dispunham não era adequado para fazer face a forças regulares com significativa artilharia e faltava disciplina, efetiva unidade de comando e acordo acerca da forma de atuar.

Estava-se em 10 de fevereiro e teve lugar a maior ação de toda a guerra, que ficou conhecida como a *batalha de Caiabaté*. Uma espécie de batalha de Canas, célebre pelo

duplo envolvimento, como a considera o General Paula Cidade, ou apenas a hecatombe que outros consideram? Os relatos portugueses e espanhóis valorizaram a vitória, referindo números de mortos variáveis entre 1.200 e 1.700, enquanto os dos jesuítas a pretenderam diminuir, registrando apenas 300 a 600. O fato de apenas se terem verificado entre 127 e 154 prisioneiros e as perdas luso-espanholas terem sido insignificantes parece confirmar ter havido excessos por parte das forças dos dois países.

Ainda tentaram os índios flagelar as colunas ou mesmo detê-las, mas não logrando qualquer êxito, entraram os exércitos, em 17 de maio, na aldeia de São Miguel, previamente incendiada e abandonada. Na noite de 19, foi ocupada sem resistência a aldeia de São Lourenço. Seguidamente, foram-se apresentando os padres e algumas autoridades das aldeias, mas a maioria dos índios fugira para os matos ou para as estâncias.

Do ponto de vista militar, a Guerra Guaranítica estava terminada. Continuava, porém, a faltar que as populações aceitassem transferir-se para território espanhol. Sem essa condição satisfeita, Gomes Freire não podia receber as aldeias nem entregar a Colônia do Sacramento. Carvalho e Melo de tudo culpava a Companhia, contra a qual lançou uma frenética campanha, quer a nível interno, quer diplomático, que muito contribuiu para a sua extinção, em 1773.

Com o falecimento da rainha e, pouco depois, do rei de Espanha, desapareceram os últimos criadores do Tratado de Madri. O sucessor, Carlos III, assinou, em 1761, o Tratado de El Pardo, que anulou o de Madri. Os conflitos entre portugueses e espanhóis iriam recomeçar no Sul do Brasil logo no ano seguinte.



Que recordar dessa estranha guerra que tenha interesse para a História Militar?

Fica, pelo menos, uma idéia da forma como, naquela época, se fazia a guerra numa área extensa, desprovida de vias de comunicação e de quaisquer recursos. Havia que vencer distâncias consideráveis e transportar tudo o que se necessitava. Gomes Freire, por exemplo, na primeira campanha, percorreu, só na ida, cerca de mil e quinhentos quilômetros!

Por outro lado, os bois e cavalos necessários dependiam das pastagens para sua alimentação e arruinavam-se com frequência, quer por falta daquelas, quer pela extrema dureza dos improvisados caminhos que tinham de percorrer. Só assim se compreende

o impressionante número de animais que, à partida, incluía cada coluna. Atente-se, a título de exemplo, no exército de Ando-naegui, em 1774. Para um efetivo da ordem dos 1.250 militares e 400 peões, partiu com 1.100 cavalos, 1.500 bois para a tração de 200 carros e 5.000 vacas para abate. Gomes Freire, na segunda campanha, para um efetivo semelhante, partiu com 4.030 cavalos e muares, 1.816 bois para 152 carros e 2.823 rezes de abate. Imagine-se a área de pastagem necessária para tanto gado e os problemas de segurança que impunha a sua guarda! E a extensão das colunas dos trens que chegavam a atingir dez quilômetros? Teriam sido objetivos apropriados para a guerrilha dos índios, se tivessem chefias competentes. 

*Estamos todos matriculados na escola da vida,  
onde o mestre é o tempo.*

Cora Coralina

*Mesmo as noites totalmente sem estrelas  
podem anunciar a aurora de uma grande realização.*

Martin Luther King

*Seja grande nos atos como tem sido em pensamento.  
Harmonize a ação à palavra, e a palavra à ação.*

William Shakespeare



# O emprego do avião na Revolta de Princesa

Alcyr Lintz Geraldo\*

*Comunicação apresentada em sessão do NEPHIM.*

**A**ntes de encarar especificamente o tema, faremos algumas considerações sobre a *Revolta de Princesa*. Foi ela uma insurreição ocorrida no Estado da Paraíba, contra o governo do Presidente João Pessoa, tendo por epicentro a cidade hoje conhecida como Princesa Isabel, situada no planalto formado pela Serra da Borborema. Vinda de Alagoas, a serra atravessa Pernambuco e Paraíba, onde se bifurca em Borborema Central, ocupando regiões semi-áridas, chegadas ao sertão, e Borborema do Leste, que se desenvolve em terras úmidas, próximas do litoral. Situa-se a 650 metros de altitude e o município ocupa cerca de 395km<sup>2</sup>.

O chefe do motim foi José Pereira Lima, residente na cidade, onde era comerciante, fazendeiro e chefe político local, eis que deputado estadual e um dos líderes do Partido Republicano da Paraíba.

O movimento teve início no dia 24 de fevereiro de 1930 e entendemos ter se findado, de fato, no dia 26 de julho, quando o Presidente João Pessoa foi assassinado por João Duarte Dantas, em Recife, no interior

da Confeitaria Glória. Após esse fato, o Presidente da República, Washington Luís Pereira de Souza e o Vice-Presidente da Paraíba, Álvaro de Carvalho, acertaram o que podemos chamar *intervenção federal branca* no estado. Por essa avença, tropas do Exército, sob o comando do General Lavenère Wanderley, comandante da 7ª Região Militar, que abrangia o território da Paraíba, ainda que em operações que seriam supervisionadas por autoridades estaduais, puseram fim à rebelião. O Capitão João Facó comandava os soldados que ocuparam Princesa e recebeu a deposição de armas pelo chefe revoltoso e seus asseclas. Assim, ao nosso aviso, o motim terminou, de direito, no dia 19 de agosto, tudo daquele ano, quando o General Wanderley comunicou ao Presidente Washington Luís o fim do movimento.

Vários foram os fatores ligados à eclosão da revolta.

Em primeiro lugar, localizemos a ascensão de João Pessoa à presidência da Paraíba. Gravemos, antes, alguns aspectos peculiares ao clã dos Pessoa. Do casamento de duas irmãs de Epitácio Pessoa resultaram as famílias Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, de que João Pessoa fazia parte, e Pessoa de

\* Tenente-Coronel Intendente da Aeronáutica. Sócio efetivo do IGHMB.



Queiroz, a que pertencia Francisco Pessoa de Queiroz. João Pessoa, de muito, afastara-se do estado. Residia no Rio de Janeiro, onde fora nomeado Auditor Auxiliar, em 1909, Auditor Geral da Marinha, em 1914, e Ministro do Supremo Tribunal Militar (denominação da época), em 1920. Assim sendo, não militava na política estadual. Ao contrário, seu primo Francisco nunca estivera fora da Paraíba e participava com intensidade de sua política.

Isto posto, uma radiografia social e política da Paraíba mostra o que ocorria em todo o Brasil, à época. Economicamente, predominava a estrutura agrária, à base do latifúndio, cujos senhores eram os chefes políticos locais. Verdadeiros senhores feudais, nada era feito ou deixava de ser feito em seus territórios que não tivesse o seu beneplácito.

João Pessoa, desejando inaugurar uma política de renovação em seu estado, não ofertou a esses homens a importância a que eles estavam acostumados. Eis aí um dos fatores de oposição dos chefes políticos locais ao presidente do estado.

Outra fonte de desarmonia foi o combate de João Pessoa ao cangaço. Em seu governo, reviveu convênios com estados vizinhos para tal luta. Demitiu juízes e promotores lenientes com os facínoras, geralmente protegidos pelos chefes políticos, que os homiziavam em suas terras, dificultavam a apreensão de suas armas e facilitavam sua devolução.

Todavia, o ponto nodal da questão foi a reforma tributária engendrada pelo governo paraibano. Desejando desenvolver o estado, cogitou o Presidente João Pessoa de aumentar-lhe a arrecadação monetária. Acontece que, devido à falta de estradas e ineficiência do porto de Cabedelo, todo o interior pernambucano abastecia-se em Recife, onde os Pessoa de Queiroz eram abastados comer-

ciantes. João Pessoa aparelhou o seu porto e criou o imposto de importação, pelo qual a mercadoria por ele chegada ao estado pagaria taxa bem mais suave do que a que chegasse pelo porto de Recife. Isso alcançava diretamente o que era fornecido pelos comerciantes pernambucanos. A essa medida se opuseram tenazmente os comerciantes pernambucanos, que tiveram seus interesses altamente atingidos. Entre esses, como já visto, figuravam os Pessoa de Queiroz. A questão foi motivo de recurso ao Poder Judiciário.

Esse episódio passou à História como *a guerra tributária*, na qual se envolveu, também, José Pereira Lima, destacado comerciante em sua cidade, Princesa, verdadeiro pólo fornecedor de mercadorias para o sertão.

O motim foi tramado no Rio de Janeiro, onde os Pessoa de Queiroz tinham certa influência. Contou com apoio, ainda que velado, do Governo federal e do presidente do Estado de São Paulo, Sr. Júlio Prestes, que era o candidato oficial a Presidente da República nas eleições de 1º de março de 1930, ao qual o Presidente João Pessoa não brindou com seu apoio, no dia 29 de julho de 1929, conhecido como *Dia do Nego*. O escopo da revolta era a intervenção federal na Paraíba, com o conseqüente afastamento do Presidente João Pessoa e a revogação de suas leis tributárias.

A causa eficiente foi dada pela escolha dos candidatos paraibanos à deputação federal. Como presidente do estado, João Pessoa dirigiu o conclave da comissão executiva do Partido Republicano da Paraíba que os escolheu. A idéia diretriz era a rotatividade; vale dizer, quem já era deputado não entraria no rol de candidatos. Tal orientação objetivava afastar o Sr. João Suassuna que, como presidente do estado que antecederia a João Pessoa, teria maltratado parentes de Epitácio na



cidade natal de ambos, Umbuzeiro. No entanto, João Pessoa deixou, na relação dos candidatos, o nome de seu primo, Carlos Pessoa, que já era deputado. Isso valeu controvérsia na comissão executiva, e apenas João Pessoa assinou o rol dos candidatos.

Partindo em campanha política a visitar cidades do interior paraibano, João Pessoa esteve em Princesa. Foi recebido com festas por José Pereira, em que pesasse o desejo deste de eliminá-lo. Ficou hospedado na residência de Pereira que, após sua saída, enviou-lhe violento telegrama alegando que retirava-lhe o apoio, o qual passava, a seguir, à candidatura oficial de Júlio Prestes. Acusou Pessoa de a ele ter se referido desairosamente na reunião da comissão executiva que escolheu os candidatos a deputado. Alegou que o presidente do estado não lhe deu ciência dos nomes dos escolhidos para concorrer às eleições. E, assim, a insurreição explodiu, no dia 24 de fevereiro de 1930.

A Força Pública paraibana, despreparada sob todos os aspectos, apesar do alerta que lhe fizera João Neves da Fontoura pouco antes, jamais conseguiu chegar à Princesa, embora tivesse mobilizado três colunas para fazê-lo, partindo todas de Piancó, onde se achava seu quartel-general, e vindo cada uma por um caminho diferente. É de se destacar que, em socorro de uma delas, partiu de Campina Grande a chamada *Coluna da Honra* ou *Coluna da Vitória*, que foi emboscada por gente de José Pereira na localidade de Água Branca, tendo sido totalmente destruída. Pereira havia sido avisado sobre essa coluna pelos seus simpatizantes, já que os tinha até mesmo entre as fileiras da Força Pública.

Como a intervenção federal na Paraíba não era votada pelo Congresso Nacional e nem a Força Pública conseguia entrar em

Princesa, em 9 de junho de 1930, José Pereira proclamou-a território livre, desmembrado do Estado da Paraíba e subordinando-se diretamente ao Governo federal.

Armou diversas colunas que percorreram o território do estado, combatendo com a Força Pública e cometendo as maiores atrocidades.

## O EMPREGO DO AVIÃO

Desde o início da luta, o governo paraibano cogitou de nela empregar o avião. Com efeito, o avião, nascido em 23 de outubro de 1906, quando Santos Dumont descobriu a dirigibilidade aérea, havia sido empregado belicosamente pouco depois, na Primeira Guerra Mundial, em missões de caça, para manter a superioridade aérea, de bombardeio, para isolar o campo de batalha, impedir ou dificultar a chegada de suprimentos ao inimigo, e em reconhecimento, para obter todo o tipo de informações. Assim ensina o saudoso Tenente-Brigadeiro-do-Ar e Ministro Deoclécio Lima de Siqueira, em seu livro *Fronteiras*, edição Revista Aero-náutica, página 47.

A idéia era bombardear Princesa. Sobre esse ponto divergem os autores. Ademar Vidal, em *João Pessoa e a Revolução de 1930*, Edições Graal, 1978, página 234, diz que, para a eficácia da medida, seriam necessárias oitocentas bombas, que foram fabricadas pelos senhores Alberto Borges e José Pimentel, por determinação dele, que era o Secretário de Segurança. A Professora Inês Caminha Lopes Rodrigues, em sua obra *A Revolta de Princesa – Poder privado x Poder instituído*, página 42, prega que uma bomba de cerca de sessenta quilos, altamente explosiva, seria lançada sobre a cidade rebelada, por



via aérea, o que não teria acontecido por determinação pessoal do presidente do estado.

Todavia, faltava o principal instrumento de combate: o avião. Quanto a esse, depõe Vidal, na obra citada, página 233, que a primeira tentativa para a obtenção de uma aeronave foi feita no Rio de Janeiro, por intermédio de Antônio Pessoa Filho, primo do presidente paraibano e representante do estado na capital federal, pessoa altamente vigiada pela polícia carioca. Esta descobriu o tentame e o avião acabou esquecido no Saco de São Francisco, em Niterói.

Tratou-se de adquirir outro nos Estados Unidos, por intermédio do Sr. Paulo Duarte, que se achava no Rio de Janeiro, e para tal foi autorizado pelo governo paraibano.

Como não tivesse prosperado essa segunda tentativa, pensou-se na compra de um pequeno avião de turismo, o *Flit*, sobre o qual também divergem os historiadores. A Professora Inês Caminha Lopes Rodrigues, na página 58 de sua obra, diz que a aeronave em apreço fora doada pelo Estado de Minas Gerais. No entanto, Ademar Vidal declara que o avião fora comprado em Recife, dos senhores Paulo Viana e Raul Cardoso. As duas informações levam a crer que o avião possa efetivamente ter sido doado por Minas Gerais, que teria feito chegar à Paraíba o numerário preciso para a aquisição na capital pernambucana.

A Paraíba já dispunha de dois aviadores, Luigi Fossati e Florindo Perroni, que haviam sido enviados de Minas Gerais, quando lhe foi rogado auxílio pelo estado nordestino, impedido pelo governo federal de munir-se de armamento e munição, quer adquiridos no País, quer no exterior.

No dia 14 de abril, às 14 horas, o avião chegou à praia de Jacumã, pilotado por Perroni. A aeronave era um hidroavião, que

teve seus flutuadores substituídos por rodas, para que operasse em terra. Todavia, não foi feliz ao decolar de Jacumã, pois avariou a hélice junto às ribanceiras. Desmontado, foi conduzido para Campina Grande. Denunciada a pretensa manobra de levá-lo desmontado para Piancó, o comando do 22º Batalhão de Caçadores, com parada na capital paraibana, deslocou tropa para impedi-la, em caminhões do empresário Dolabela Portela, mas não logrou êxito. Improvisou-se um arremedo de campo de pouso em Piancó e o *Flit* chegou a ali pousar. Ao decolar, partiu a asa. Inutilizou-se.

Não desanimaram os paraibanos e, através de um emissário do aviador paulista Reinaldo Gonzaga, Sr. Charles Astor, foi adquirido outro, o *Garoto*, com que o referido piloto conseguiu decolar de Recife e pousar em Piancó, no dia 25 de junho. Lá estavam os aviadores, mas novo óbice aconteceu: o piloto Fossati faleceu em breves dias, após insidiosa enfermidade contraída na região.

Perroni havia sido comissionado no posto de tenente da Força Pública, com a missão de bombardear Princesa. Acontece que essa missão não se concretizou. Ocorreram simplesmente ações de caráter psicológico, representadas pelo lançamento sobre a cidade revoltada de um boletim incitando os amotinados a se renderem em 24 horas, sem o que seriam lançadas bombas sobre a cidade. A teor do depoimento de José Américo, em 1968, o bombardeio não era efetivamente o objetivo colimado e, sim, o abatimento do moral inimigo sob o efeito do sobrevôo da cidade e da ameaça contida no documento por ele redigido, a ser sobre ela lançado e que continha os seguintes termos:

*O governo da Paraíba intima-vos a entregar as armas e as vossas vidas serão garantidas, dando o governo liberdade aos*



*que não responderem por outros crimes. Confiai na palavra do governo. Deveis apresentar-vos aos nossos oficiais. Dentro de quatro horas Princesa será bombardeada pelos aeroplanos da polícia e tudo será arrasado. Evitai o vosso sacrifício inútil. Ainda é tempo de salvar-vos. Os vossos chefes estão inteiramente perdidos.* (Inês Caminha Lopes Rodrigues, op. cit., p. 80.)

A aeronave, em vôo rasante, chegou a vinte metros de altura sobre as trincheiras inimigas em São Boaventura, ocasião em que recebeu descargas de fuzil. Vidal afirma (na p. 324 de seu livro) que três morreram de medo.

É de se reconhecer que, como ação de caráter psicológico, o emprego do avião foi de completa eficiência. Com efeito, José Pereira passou ao desafio pelo *Jornal de Princesa*. Aguardava o *Garoto* e prevenia que os governistas não se lamentassem caso o avião e o piloto, que ele chamava Rolando, saíssem garroteados ou rolassem de uma vez. Telegrafou ao presidente do estado dizendo que aguardava o bombardeio, que havia aconselhado sua gente a conflagrar o estado pelo implemento do regime do terror. Essa comunicação foi lida no Senado Federal pelo Senador José Gaudêncio, em meio a veemente protesto que fazia. A ameaça acima foi inspirada pelos Pessoa de Queiroz, partidários do "quanto pior, melhor", com o fim de alcançarem seu objetivo magno, a intervenção federal no Estado da Paraíba.

Compensa consignar, por derradeiro, que esse emprego da aviação antecipou de muito a missão que hoje é tarefa diária na Força

Aérea Brasileira: lançamento de material e de víveres por avião. De fato, foram jogados sobre Tavares, onde se encontrava em dificuldade uma fração da Força Pública, sacos contendo provisões e correspondência. Alguns, possivelmente desviados pelo vento, foram ter a Santa Maria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nosso sentir, não há como não considerar como verdadeira aventura o emprego aqui descrito do avião na revolta de Princesa.

De fato, é suficientemente sabido que a atividade aeronáutica carece de sofisticada infra-estrutura, vale dizer, em termos menores, campos de pouso, suprimento e manutenção. Nada disso a Paraíba possuía e nem dispunha de recursos para tê-lo. Ficou clara a improvisação de um arremedo de campo de pouso em Piancó. Por outro lado, não havia oficina especializada em manutenção nem pessoal técnico suficientemente preparado. E, mais ainda, como obter material sobressalente para os aviões? Os próprios aviadores não eram portadores de formação de piloto militar. Assim, desconheciam a conduta a seguir em combate. Como se vê, tudo no improviso, verdadeira aventura, impulso de homens novos ante nova atividade humana.

O episódio é pouco conhecido na história da aviação brasileira. Esperamos que nossas palavras ajudem a divulgá-lo. Se tal ocorrer, esta será nossa maior recompensa. 

*Aprenda a dizer "não"; será mais útil do que conseguir ler latim.*